

Thiago Fidelis
Heloísa Paulo
(Organizadores)

Fascismo(s)

da ascensão de Mussolini
aos seus desdobramentos
na contemporaneidade



EdUESPI

Thiago Fidelis
Heloísa Paulo
(Organizadores)

Fascismo(s)

da ascensão de Mussolini
aos seus desdobramentos
na contemporaneidade





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Raurys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

[Marcelo de Sousa Neto](#) **Editor**

EdUESPI **Capa**

Organizadores **Diagramação**

Autores **Revisão**

EdUESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/169>

F248 Fascismo(s): da ascensão de Mussolini aos seus desdobramentos na contemporaneidade / Thiago Fidelis, Heloísa Paulo (org.). – Teresina: EdUESPI, 2024.
160 p. : il.

ISBN versão digital: 978-65-81376-27-7

1. Fascismo. 2. Nazismo. 3. História contemporânea. 4. História do tempo presente. I. Fidelis, Thiago (org.). II. Paulo, Heloísa (org.). III. Título.

CDD: 940.53

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
José Edimar Lopes de Sousa Júnior (Bibliotecário) CRB 3a Região / 1512

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI

Todos os Direitos Reservados

Dedicamos essa obra à todas as pessoas que lutaram e ainda lutam contra toda e qualquer
forma de opressão

E quest' è il fiore del partigiano
O bella ciao, bella ciao, bella ciao, ciao, ciao
E quest'è il fiore del partigiano
Morto per la libertà
(Bella Ciao)

Prefácio

Intitulada *Fascismo(s): da ascensão de Mussolini aos seus desdobramentos na contemporaneidade*, a presente obra colectiva, coordenada por Thiago Fidelis e Heloísa Paulo, publicada pela Editora da Universidade Estadual do Piauí, integra textos de historiadores quer sobre o conceito de fascismo — aplicado à investigação e ao ensino — quer acerca de várias realidades nacionais. Considera, nomeadamente, os casos da Alemanha e do Japão, do Brasil (antes do fim da Segunda Guerra Mundial e na actualidade) e de Portugal, de Estados e de Territórios Não Autónomos africanos.

À semelhança de outras propostas de leitura sobre objectos de estudo situados tanto nas décadas de 1920 a 1940 — ou nos anos de 1940 a 1980 — como na actualidade, este livro reconstitui e analisa, contextualiza e compara, pois, questões passadas e presentes. Aborda, ainda, recorrendo para o efeito à categoria teórica de fascismo ou a outros conceitos mais ou menos contíguos, processos ocorridos na Europa e na Ásia, na América e em África. Privilegia, no entanto, a etapa que decorreu entre o imediato pós-Primeira Grande Guerra e o fim da Segunda Guerra Mundial/do Holocausto.

Talvez a explicação mais significativa para a referida estratégia de comparação e de eventual correlacionamento entre fenómenos verificados na Época do Fascismo, durante o período da Guerra Fria e nos nossos dias tenha a ver com a conjuntura de crise que atravessamos. Ou seja, quando hoje historiadores e outros cientistas sociais escrevem ou falam sobre a categoria teórica de fascismo, acerca de ideários/organizações/regimes ditatoriais de extrema-direita, referem-se simultaneamente ao passado e à actualidade.

Penso, assim, que a ampliada relevância da problemática abordada nesta obra, por um lado, para as humanidades e para as ciências, para as artes e para tecnologias de base científica (didáctica da História e divulgação da historiografia, cultura organizacional e diferenciação territorial, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais, etc.); por outro, para a nossa vivência cívica, implicam maior empenhamento e rigor. A actual crise de regimes democráticos e do multilateralismo, do Estado-Providência e de governanças menos discriminatórias da multiculturalidade exigem, acrescidamente, debate epistemológico e deontológico, teórico e metodológico.

Convirá lembrar que essa mesma crise de regimes democráticos e do multilateralismo, de maior ou menor intensidade, afectou ou afecta, sob a forma de Governos populistas-autoritários e/ou de organizações de extrema-direita, entre outros países como os EUA e o Brasil, a Índia e a Turquia, a Hungria e Israel, França e a Itália. A este panorama deve

acrescentar-se a invasão da Ucrânia pela Federação Russa e Estados com ditaduras de extrema-direita e/ou de extrema-esquerda, nomeadamente a Federação Russa e a China, o Irão e a Arábia Saudita, a Bielorrússia e a Síria, Cuba e a Venezuela.

Encontramos em *Fascismo(s): da ascensão de Mussolini aos seus desdobramentos na contemporaneidade* reflexão sobre os conceitos de fascismo, autoritarismo e totalitarismo; análise dos factores que viabilizaram a implantação de regimes ditatoriais de extrema-direita; explicitação das características dos e das relações entre os fascismos e outros tipos de ditaduras. Deparamos, por fim, com uma apreciação acerca da categoria teórica de história do tempo presente e relativamente à natureza do bolsonarismo (ideologia, movimento político e modo de governação).

Coimbra, 25 de Abril de 2023

João Paulo Avelãs Nunes

(UC/FL/DHEEAA/SH e CEIS20/UC)

Sumário

Introdução	07
Fascismos: a duplicidade de visões e conceitos	10
<i>Heloísa Paulo</i>	
Memórias do campo: discutindo a experiência concentracionária na Alemanha Nazista a partir do testemunho	25
<i>Juliana Aparecida Lavezo</i>	
El Estado Novo salazarista, su aparato de propaganda y el apoyo a la instauración de la ditadura franquista em España	42
<i>Alberto Pena-Rodríguez</i>	
O fascismo com seu estado forte pela ótica de Miguel Reale: por uma teoria política do Estado brasileiro	68
<i>Cícero João da Costa Filho</i>	
O surgimento dos movimentos autoritários de direita no Japão e o triunfo do militarismo	91
<i>Nadia Saito</i>	
Legados do colonialismo: desdobramentos do Fascismo em África	119
<i>Alexsandro de Sousa e Silva</i>	
A História do Tempo Presente e o Bolsonarismo: interlocuções e reflexões	138
<i>Thiago Fidelis</i>	

Introdução

No dia 28 de outubro de 1922, após um conturbado período de tentativas de reestruturação do país após a *Grande Guerra* ou *Primeira Guerra Mundial*, a Itália viu a caminhada de um grupo que, em linhas gerais, prometia uma nova organização para o país e que a levaria, novamente, ao patamar atingido na chamada “Roma Antiga”, ou seja, a glória mundial. Sendo assim, o evento conhecido como “Marcha Sobre Roma”, organizada e liderada pelos camisas negras, sacramentou a ascensão ao poder de seu líder, posteriormente mais conhecido como *Il Dulce*, Benito Mussolini.

Tal perspectiva, que a primeiro momento poderia ser apontada como um movimento limitado às condições socioeconômicas do recém-criado país italiano, demonstrou ser algo que se espalharia por vários locais, uma vez que, mesmo com o fim da *Primeira Guerra Mundial* e a tentativa de reorganização mundial a partir dos valores liberais, o questionamento sobre essas bases manteve-se bastante em evidência tanto pela Europa quanto pelo resto do mundo.

Em vários países, governos ou partidos que coadunavam, de alguma forma, com algum ponto indicado por Mussolini ganharam considerável força no início dos anos 1930, em especial na Alemanha, quando o *Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*, mais conhecido pelo termo *Partido Nazista*, conseguiu a maioria dos votos, em intensa disputa com o Partido Comunista, consolidando no poder a figura de Adolf Hitler, direcionando o país para um dos conflitos mais intensos e trágicos da história humana, conhecido como *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945).

Partindo das premissas acima estruturadas, a ideia dessa obra é fazer a discussão sobre o *Fascismo* enquanto um fenômeno histórico e suas consequências, seja nos períodos contemporâneos a ele, seja aos seus desdobramentos. Tais reflexões surgiram em fins de 2021 quando, prestes a completar 100 anos, a *Marcha Sobre Roma* instigou a reflexão sobre como, mesmo com todos os acontecimentos posteriores, símbolos e aspectos ligados aos princípios fascistas, bem como seus desdobramentos, ainda eram estimulados e pensados por alguns grupos e políticos por todo o mundo, especialmente em países com crise política e econômica, evidenciando um cenário bastante fértil para tais germinações autoritárias.

Sendo assim, nasceu o projeto de extensão *Fascismo(s), 100 anos: da ascensão de Mussolini aos seus desdobramentos na contemporaneidade*, curso de extensão organizado por nós tendo como sede a *Universidade do Estado de Minas Gerais* (UEMG), campus Passos,

com apoio do *Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória* (CITCEM), integrado à Universidade do Porto (Portugal). Em formato online, o curso foi realizado em oito encontros, as atividades foram direcionadas aos alunos do curso de História e para a comunidade em geral, sendo que todas elas estão gravadas e podem ser acessadas no canal de História da UEMG Passos, cujo link é <https://www.youtube.com/channel/UCcqFY6HK9SSiVcrrlhbq0Mw>.

A ideia do curso foi elaborada em três aspectos: a conceituação do Fascismo e do Nazismo, seus desdobramentos em distintas regiões do mundo (Europa, América, Ásia e África) e, por fim, a sua manutenção nos dias atuais, levando em conta algumas perspectivas que ocorreram no Brasil e em todo o mundo, evidenciando um fato que, de maneira geral, ninguém gostaria de atestar: os valores ligados ao Fascismo ainda estão presentes em nosso meio, sendo que suas manifestações têm se intensificado nesses últimos anos.

A estrutura organizada nesse evento foi mantida para a organização dessa obra, embora essa não é apenas um mero desdobramento do curso. Em linhas gerais, os textos abordados aprofundam uma temática entre as várias abordadas, de maneira mais generalizante, nas atividades online. Sendo assim, o livro visa uma discussão para além dos conceitos iniciais abordados nas atividades, indicando um aprofundamento nas bases iniciais do projeto.

O texto inicial, *Fascismos: a duplicidade de visões e conceitos*, de Heloísa Paulo, traz um panorama bastante amplo sobre a conceitualização do termo, levando em conta as diferentes visões e perspectivas sobre as distintas formas de análise, perpassando pela trajetória do conceito em diferentes países e matizes.

Em *Memórias do campo: discutindo a experiência concentracionária na Alemanha Nazista a partir do testemunho*, Juliana Aparecida Lavezo trouxe para a obra a reflexão sobre o Nazismo a partir de testemunhos de campos de concentração, indicando as consequências desses acontecimentos na vida das vítimas.

Deslocando o eixo de reflexões para a Península Ibérica, na Europa, o capítulo *El Estado Novo salazarista, su aparato de propaganda y el apoyo a la instauración de la ditadura franquista em España*, de Alberto Pena-Rodriguez, evidencia como o Estado Novo português apoiou, utilizando as propagandas como fontes, a estruturação da ditadura na Espanha, a partir da Guerra Civil Espanhola.

No caso do Brasil, Cícero João da Costa Filho analisa, no texto *O fascismo com seu estado forte pela ótica de Miguel Reale: por uma teoria política do Estado brasileiro*, a obra

de Miguel Reale e sua contribuição para a disseminação de ideias e ideais ligadas aos princípios instituídos na Europa, tendo em vista a adoção de um regime com princípios parecidos no Brasil.

Já pensando no território asiático e, de maneira mais específica, o caso japonês, Nadia Saito nos aponta em *O surgimento dos movimentos autoritários de direita no Japão e o triunfo do militarismo* como as bases de estruturas elencadas pelo Fascismo foram amplamente influenciáveis em alguns grupos no Japão, que buscavam organizar um Estado forte e centralizado, buscando a hegemonia asiática.

No continente africano, Alexsandro de Sousa e Silva indica em *Legados do colonialismo: desdobramentos do Fascismo em África* como ideias e símbolos identificados no Fascismo desdobraram-se em vários locais dessa região, demonstrando o diálogo de várias ações dentro do contexto específico de alguns países com uma lógica europeia que, ao desdobrar-se para vários pontos do planeta, também encontravam eco nessa parte.

Por fim, em *A História do Tempo Presente e o Bolsonarismo: interlocuções e reflexões*, Thiago Fidelis faz uma breve análise do termo Bolsonarismo, refletindo sobre as ações e declarações do ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, tendo vários aspectos levantados pelo político em consonância com perspectivas ou ideais fascistas.

Sendo assim, a discussão presente em toda obra busca uma espécie de mapeamento do pensamento fascista, levando em conta seus desdobramentos que, se não marcam uma cópia fiel de seus princípios, indicam sua ampla influência em inúmeros aspectos autoritários presentes, em todo o mundo, tanto no contexto próprio do Fascismo quanto posteriormente.

Além disso, parte de um compromisso ético, de lutar contra a propagação de tais ideias. Afinal, a pretensa neutralidade no campo científico foi um dos fatores que serviu para a disseminação desses ideais autoritários sob o manto da cientificidade e da ausência de teor político nas pesquisas. A pesquisa científica sempre deve dialogar com os desafios da sociedade e, em linhas gerais, indicar caminhos para o futuro ou demonstrar como determinados acontecimentos não podem ocorrer novamente.

Portanto, o compromisso é a luta, constante e ininterrupta, contra o Fascismo e todos seus desdobramentos.

Thiago Fidelis

Heloísa Paulo

Fascismos: a duplicidade de visões e conceitos

Heloísa Paulo

“Talvez somente os muros durmam, à noite, em Via del Corno. As pessoas não. Ou apenas aquelas que não têm preocupações. Mas quem não tem preocupações em Via del Corno? Ou aquelas que não são doentes. Mas quem não tem doença? [...] Corações e cérebros doentes de obsessões, de sentidos, de cobiça, de bons propósitos, de escrúpulos, de amor. Quem sofre de uma dessas doenças, revira-se entre os lençóis, em silêncio faz companhia aos que esperam a ronda da vigilância. Em Via del Corno são todos vigiados inconscientes que esperam o boa noite do brigadiere.”
(PRATOLINI, 1983, p. 17).

O romance de Pratolini narra a vida em Florença entre 1925 e 1926, cidade que, em 1919, acolhera o Iº Congresso dei Fasci italiani di combattimento, um verdadeiro evento de propaganda do movimento fascista que, em 1921, assume a feição de partido, o Partido Nacional Fascista. O relato do romancista revela como o fascismo perpassa o cotidiano da sociedade italiana, gerando adesões, repúdios e interpretações. Na verdade, desde os primeiros anos dos fasci di combattimento, o fenómeno fascista chama a atenção de boa parte dos políticos, historiadores, economistas e de todos aqueles que buscam as razões para a sua rápida ascensão ao poder.

Apresentado como um fenómeno tipicamente italiano, o fascismo recebe adesões de nacionalistas que esperam o renascimento do papel da Itália Romana, que, naquele momento sofria as agruras de uma crise económica e política, decorrentes da Primeira Guerra e do fracasso político do Estado Liberal. Apoiantes de primeira hora, como o historiador Benedetto Croce, aplaudem a chegada ao poder de um movimento que se apresenta como defensor da italianidade e combatente das esquerdas antinacionais, como os comunistas. Em 24 de outubro de 1922, no teatro San Carlo, em Nápoles, Croce é um dos que aplaude Mussolini quando este anuncia a sua “marcha sobre Roma” (ABBAGNANO, 1990, p. 9-16). Croce tem na figura de Giovanni Gentile, um neo-hegeliano como ele, o mote para o seu apoio à proposta de Mussolini. Num artigo intitulado “O problema de Mussolini”, Croce elogia a solução corporativista, onde a ideia liberal de concorrência é substituída pela noção de cooperação. De facto, neste período, Croce considera o fascismo como a única força que pode exercer o governo, diante da ineficácia das medidas que visavam conter a crise económica e as convulsões sociais. Como muitos da sua época, acredita da possibilidade de “normatização do

fascismo”, ou seja, na sua transformação para um Estado Constitucional, onde, por um lado, as perturbações causadas pela violência operária, e por outro, as desordens internas e os compadrios, oriundos das transgressões dos partidos, fossem eliminados. Como liberal e nacionalista, ele considera o fascismo como uma forma de recuperação do sentimento nacional do povo italiano e uma via para o retorno da estabilidade do regime político (CINGARI, 2016).

No entanto, tal como outros apoiantes de primeira hora, o rumo do fascismo é outro. A violência sindical e os confrontos sociais são substituídos pela repressão política e pelo controlo do Estado. A supressão da liberdade de imprensa e o discurso de 3 de janeiro de 1925 de Mussolini, no qual assume a responsabilidade pelo assassinato de Matteotti mostram a real face do regime. Em 1º de maio de 1925, Croce publica “O Manifesto dos Intelectuais Antifascistas”, onde assume uma postura contrária ao regime e os seus apoiantes, afirmando ter o fascismo enterrado a função do Estado enquanto regulador da ordem social, mantendo a estreiteza das bases sociais e as deficiências do Liberalismo, enquanto promotor dessa mesma ordem.

Em Outubro de 1925, Croce considera o fascismo “um movimento de defesa da ordem social, patrocinado na linha da frente pelos industriais e agrários” (CINGARI, 2016), cerne de diversas análises posteriores do movimento. Em 1929, ele rompe definitivamente ao condenar o Tratado de Latrão, que determina a administração do ensino religioso nas escolas públicas italianas, da primária ao secundário (KERTZER, 2014). Este último item é decisivo para que o filósofo e então deputado do Partido Liberal corte com o regime.

Mas muitos são os críticos de “primeira hora” do fascismo, nomeadamente os marxistas, como António Gramsci. Eleito como inimigo do movimento operário, diante das agressões dos fascios aos movimentos grevistas, o fascismo para Gramsci é analisado através de um amplo espectro conceitual. Como Croce, Gramsci vê na alta burguesia o verdadeiro apoio para a ascensão do fascismo: *[...] o golpe de Estado dos fascistas, isto é, do estado-maior, dos grandes proprietários de terras, dos banqueiros, representa o espectro ameaçador que, desde o princípio, paira sobre esta legislatura* (GRAMSCI apud MACCHIOCI, 1977, p. 31).

No entanto, o fascismo cresce e consegue arregimentar grande parte da pequena e média burguesia e do próprio operariado. O carácter ditatorial das Leis fascistíssimas, expresso no assassinato de Matteotti e no controlo da sociedade italiana pelo Partido leva Gramsci a repensar as suas convicções com relação ao fascismo. Já na prisão, ele compreende

a complexidade do fenómeno e reflete sobre a rápida transformação do movimento em Estado. Na procura de uma explicação, ele analisa o papel do “Condottiere” em Maquiavel, procurando analogias com a realidade fascista da mitificação do Chefe e do Partido. Para tal, ele trabalha com a ideia da construção de uma hegemonia, pela qual os valores burgueses são impostos e incorporados pelo restante da sociedade. Em *Maquiavel e o Estado Moderno*, o papel do Príncipe é atribuído ao partido político, que tem como função o estabelecimento de um consenso hegemónico da sociedade como um todo em torno das suas propostas:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 1978, p. 6).

Para ele, o fascismo vai trabalhar com o vazio político criado com a falência do Estado Liberal, apelando ao nacionalismo, satisfazendo de imediato e de forma controlada os anseios de uma sociedade que sofre uma intensa crise económica, política e social. A publicação da Carta de Lavoro e da suposta solução corporativista, aliadas ao controlo e repressão das vozes dissidentes, faz com que os interesses do grande capital sejam vistos como os de toda a sociedade italiana. Desta forma, o Estado fascista impõe a sua diretriz, auxiliado pela pequena burguesia que teme a sua proletarização, e pela Igreja, como força e expressão dos dois outros segmentos.

Conceituação semelhante formula Palmiro Togliatti, o seu companheiro no Partido Italiano Comunista. Nas suas *Lições sobre o Fascismo*, que reúne palestras ministradas na URSS em 1935, Togliatti conota o fascismo a dois elementos: o uso da violência para o desmantelamento do movimento operário e a adoção de uma “política de massas” centralizada no Partido Nacional Fascista, entendido como um “partido de novo tipo”, vinculado à burguesia:

A burguesia italiana tem no Partido Fascista uma organização política de tipo novo, capaz de exercer a ditadura aberta sobre as classes trabalhadoras. Além disto, através de toda uma série de outros organismos e de vínculos, o Partido Fascista torna-se a organização que dá à burguesia italiana a possibilidade de exercer, a todo momento, uma pressão armada sobre as massas trabalhadoras (TOGLIATTI, 1978, p. 39).

Esse olhar do fascismo dentro da Itália pelos seus críticos é fruto de toda uma reflexão acerca da realidade italiana. Fora de Itália, e diante da expansão dos Estados de inspiração fascista, outros críticos contribuem para estas tentativas de análise do movimento italiano e da

expansão do seu modelo político pela Europa.

Em 1934, após a ascensão de Hitler ao poder, um anarquista francês realiza uma viagem à Alemanha atesta a mudança no comportamento dos jovens alemães. Daniel Guérin relata a sua experiência em *La peste Parda* e apresenta uma primeira conclusão e alerta para o perigo da sua expansão:

El fascismo es esencialmente ofensivo: si permanecemos a la defensiva, nos aniquilará. Utiliza un lenguaje nuevo, demagógico y revolucionario: si repetimos machaconamente, si vivificarlos con los actos los viejos clichés sobados, si no penetramos hasta el fondo de sus terribles doctrinas, si no aprendemos a responderle, padeceremos la misma suerte que los italianos y los alemanes (GUÉRIN, 1977, p. 167)

No entanto, em 1929, a Terceira Internacional (1919-1943), considerava o fascismo apenas a manifestação de uma fase terminal do capitalismo. Somente a partir do 7º Congresso da IIIª Internacional, em 1935, a ideia do fascismo como ameaça internacional prevalece e com ela a solução de uma Frente Popular. Uma solução tardia já que o avanço dos regimes fascistas colocava a democracia da Europa em perigo iminente.

Na Alemanha, o surgimento do Nazismo gera a mesma consternação em parte dos intelectuais e nomes como Otto Bauer (1881-1938) oferecem uma explicação para o fenómeno fascista:

O fascismo é resultado de três processos sociais intimamente relacionados entre si. Em primeiro lugar, a guerra, que expulsou da vida e desempregou as grandes massas dos combatentes. Estas, incapazes de regressar ao modo de vida do seu passado, e nostálgicas dos hábitos e ideologias adquiridos durante a guerra, formaram as “milícias fascistas” [...] Em segundo lugar, as crises económicas de após-guerra, eu deixaram na miséria grandes massas pequeno-burguesas e camponeses. Essas massas empobrecidas e ressentidas abandonaram as fileiras dos partidos de massa democrático-burgueses, em que haviam militado até então, e levantaram-se cheias de ódio e decepção contra a democracia [...]. Em terceiro lugar, a causa dessas crises: a diminuição dos benefícios da classe capitalista, que quis ressarcir-se aumentando o grau de exploração” (BAUER apud RODRIGUES, 1974, p. 67).

Daniel Guérin retoma o mesmo enfoque ao tratar do *Fascismo e Grande Capital: El fascismo, en Italia y en Alemania fue subvencionado y apoyado esencialmente por los magnates de la industria pesada (metalurgia, minas) y por los banqueros que tenían intereses en dicha industria* (GUÉRIN, 1973, p. 35-36).

De facto, estudos recentes demonstram o interesse económico dos grandes grupos económicos no financiamento do fascismo. Não é uma mera coincidência o facto da FIAT

lançar o seu Fiat Ballila, em 1932, ou Volkswagen, o carro do povo da Alemanha Nazista (PADULO, 2010).

No entanto, o próprio Guérin afirma que o fascismo é uma espécie de “religião” (GUERIN, 1973, p. 99). A sedução das “massas”, os grandes eventos do fascismo, o mito forjado em torno de Mussolini, a fascinação gerada pelo nazismo coloca uma outra questão que ultrapassa a relação entre o Estado e os setores económicos dominantes na sociedade. Wilhelm Reich (1897-1957) é um dos primeiros a tentar explicar a ascensão do nazismo através de uma abordagem freudiana. Em *Psicologia de Massa do Fascismo*, ele descreve Hitler como a encarnação da nação que estabelece um vínculo íntimo com os membros da sociedade alemã: *Na medida em que ele consegue despertar nos indivíduos da massa laços afetivos familiares historicamente preponderantes fica a ser do mesmo lance uma figura paterna* (REICH, 1974, p. 61).

A expansão dos Estados de cunho fascista vai levar a necessidade de expandir o campo de análise e redefinir conceitos. A criação dos *Comitati d'azione per l'universalità di Roma (CAUR)*, em 1933, destinado a internacionalizar o fascismo, integrando os movimentos fascistas mundiais em uma agremiação formada por participantes teoricamente autônomos, lança a ideia da existência de traços comuns entre as diversas ditaduras europeias com base nos princípios que defendem, ou sejam o nacionalismo, o corporativismo e a valorização da juventude como força revolucionária. O auge dos CAUR foi no seu Congresso em Montreux em 1934, do qual participa o filho do escritor Eça de Queiroz como representante oficioso de Portugal.

Este evento e o debate em torno da possibilidade da existência do fascismo fora da Itália, já que ele próprio se apresenta com uma criação tipicamente italiana, gera uma intensa produção nos anos posteriores. Gioacchino Volpe, um dos teóricos do fascismo, abre uma possibilidade para a existência de “fascismos” ao formular uma análise do Estado Novo português, onde afirma de forma categórica a sua semelhança com o modelo italiano:

Non c'è dubbio che, fra i vari regimi di nuova formazione, Salazar, sia stato suo proposito, sia stata affinità di stirpe e di tradizioni culturali, ha avuto sotto gli occhi specialmente quello italiano e fascista, in esso più che in ogni altro egli ha visto realizzate certe sue vedute, o certi suoi ideali, E tuttavia, il Portogallo molto e giustamente tiene alla originalità della propria rivoluzione (BIZZARRI, 1941, p. 14).

É de Angelo Tasca, historiador italiano e um dos fundadores do PCI, a fórmula que abre o debate a ser retomado após o final da Segunda Guerra quando o fascismo passa de “fenómeno político” para o campo da História:

Definir o fascismo, é antes de tudo, escrever a sua história [...] Uma teoria do fascismo só poderá ser construída a partir do estudo de todas as formas de fascismo, latentes, assumidas, reprimidas ou triunfantes. Pois existe inúmeras formas de fascismo, cada uma esconde tendências múltiplas, por vezes contraditórias, e que podem evoluir até a mudança de alguns dos seus aspectos mais essenciais. Definir o fascismo significa descobrir esta evolução, e deter, em cada caso estudado, suas diferenças específicas [...] Este método mais prudente e menos ambicioso, talvez nos permitirá indicar uma série de características comuns que possam integrar uma definição geral de fascismo (TASCA apud de COLLOTTI, 1992, p. 37-38).

A partir de 1945, há que explicar a razão da adesão de alemães e italianos as propostas de seus líderes e o desencadear de um conflito internacional, marcado pelo genocídio. Na verdade, há uma tentativa de branquear a responsabilidade da sociedade alemã, evitando a repetição das retaliações impostas em 1918. Neste sentido, é importante destacar a publicação da obra de Trevor Roper, historiador inglês, encarregado, enquanto membro do Exército britânico, de investigar as circunstâncias da morte de Adolf Hitler e refutar a propaganda soviética de que o *Führer* estava vivo e vivendo na região Oeste. Trabalhando rapidamente, redigiu um relatório, que serviu de base para seu livro mais famoso, *The Last Days of Hitler*, em que descreveu os últimos dez dias da vida do *Führer*, e o destino de alguns dos membros de alto escalão do círculo interno, bem como de figuras de menor importância. O livro foi autorizado pelas autoridades britânicas em 1946 para publicação assim que os julgamentos de crimes de guerra terminassem. Trevor-Roper chegou a receber uma carta de Lisboa, escrita em hebraico, ameaçando-o de morte, já que, o seu retrato de Hitler como uma figura "demoníaca", deixou de fora do Tribunal de Nurembergue a própria sociedade alemã que havia apoiado o ditador (WATSON, 2010, p. 608-617).

A questão do carácter ditatorial do regime nazista é abordada em diversos trabalhos. Alguns dos trabalhos são elaborados por sobreviventes do próprio período nazifascista e guardam essa marca na sua análise. Entre as análises surgidas neste período, é necessário destacar o trabalho de Hanna Arendt, filósofa, polémica autora da obra *As origens do totalitarismo* (1951), que aparece em plena Guerra Fria, e onde nazismo e o stalinismo são colocados no mesmo plano, como ideologias totalitárias. Assimilando a permanência do modelo totalitário à banalização do terror e da manipulação das massas. Hitler e Stalin seriam

duas faces da mesma moeda, oriundos de uma máquina partidária que alcançaram o poder por terem explorado a falta de estrutura de suas sociedades:

Vindas da sociedade do Estado-Nação, que era dominada por classes cujas fissuras haviam sido cimentadas pelo sentimento nacionalista, essas massas, no primeiro desamparo da sua experiência, tenderam para um nacionalismo especialmente violento, que os líderes aceitavam por motivos puramente demagógicos, contra os seus próprios instintos e finalidades. [...] Mas os mais talentosos líderes de massa da nossa época ainda vieram da ralé, e não das massas, como Hitler e Stalin, que provinham da aparelhagem conspirativa do partido [...] (ARENDDT, 1979, p. 43-44).

Os trabalhos produzidos nos anos sessenta retomam o debate de antigas questões, como o carácter do fascismo enquanto forma de poder, os seus apoiantes e a manipulação de massas. Barrington Moore vai realçar a singularidade do fascismo se comparado com outras formas de conservadorismo. A assumida violência do fascismo corta os laços com o passado e, ainda que dê uma posição de destaque as massas, estas são submetidas pela violência à hierarquia social fascista:

O fascismo é inconcebível sem a democracia, ou sem aquilo a que, por vezes, se chama, mais empoladamente, a entrada das massas no palco da história. O fascismo foi a tentativa de tornar popular o conservadorismo, que evidentemente perdeu a sua substancial ligação com a liberdade. [...] Entre as suas características mais significativas encontrava-se uma violenta rejeição das ideias humanitárias, incluindo qualquer noção de igualdade humana (MOORE, 1975, p. 514).

Esta ampliação espacial é acompanhada por uma amplificação de temáticas, como os estudos sobre a cultura fascista, que tem na obra *La Experiencia Fascista Sociedad y Cultura En Italia 1922-1945*, de Edward Tannebaum, de 1975, uma das suas primeiras expressões. O fascismo é analisado pelo papel que desempenha em moldar a sociedade italiana como uma *società fascista: Como fuerza socializadora, el movimiento juvenil fascista fue probablemente muy eficaz para reforzar las actividades políticas y culturales que los muchachos de la clase media y de la clase baja aprendían en los colegios y a través de los medios de comunicación social* (TANNEBAUM, 1975, p. 181).

Nos anos setenta, quando o debate política acerca das ditaduras ibéricas ou das ditaduras latino-americanas cresce entre a intelectualidade europeia, as análises sobre a caracterização do Estado Fascista é retomada. Já em 1968, *Fascism in Europe*, uma coletânea coordenada por S. J. Woolf, incorpora estudos de casos diversos, como é o caso do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Dinamarqueses, na Dinamarca. Em 1971, a obra de

Nicolas Poulantzas representa um marco para os estudos no período. Retomando o trabalho de Gramsci, o autor trabalha a “crise de hegemonia” do Estado Liberal. Graças a esta, foi possível a ascensão do fascismo, e a reorganização do controlo do Estado pelo grande capital. A falência da representatividade partidária é o outro dado que complementa a conquista do poder pelos fascistas. Por outro lado, para efetivar o seu processo hegemónico, este mesmo Estado lança mão de aparelhos ideológicos que buscam perpetuar a sua mensagem. Como discípulo de Althusser, Poulantzas vai oferecer um novo olhar sobre o papel das instituições do partido, da família e da propaganda:

O fascismo estabelecido é igualmente acompanhado por uma reorganização das relações no seio dos aparelhos ideológicos de Estado [...] podem discernir-se os aparelhos sob cuja dominância as novas formas se estabelecem [...] o partido fascista [...] a família [...] o aparelho de informação e propaganda (POULANTZAS, 1978, p. 357).

O trabalho de Renzo de Felice, a partir da Universidade Sapiencia, em Roma, retoma a ideia do Fascismo uma criação nacional, fruto da conjunta específica da Itália ou da Alemanha, não podendo o conceito ser utilizado para além do espaço e do tempo que limitam o fenómeno. Assumindo a importância da crise política e económica do final da Grande Guerra e dos impactos sentidos nas duas sociedades, ele destaca o vínculo entre as classes médias e o fascismo como forma de explicitar, juntamente com a repressão e o emprego da força, a ascensão de Mussolini e Hitler ao poder:

Dito isto, devemos também deixar claro que, para compreender historicamente os verdadeiros fascismos[...] e para os distinguir dos outros movimentos, partidos ou regimes que só superficialmente foram fascistas – ou de todo em todo o não foram – em suma, para apreender o famoso menor denominador comum de que falámos no início, é necessário, em nosso entender, ter sempre bem presente a relação classes médias-fascismo (FELICE, 1976, p. 285).

Do lado oposto, temos o trabalho de Enzo Collotti, *Fascismo, Fascismos*, que, anos mais tarde, em 1989, recoloca a questão da internacionalização do fascismo. Para ele: *um fascismo referido inteiramente ao interior de Itália seria um trecho da história amputado [...] Já antes de 1939 a difusão do fascismo era um facto largamente generalizado, mesmo para lá da sua sistematização em fileiras homogénea* (COLLOTTI, 1992, p. 34-36).

Os estudos sobre os aparelhos de Estado ganham mais destaque com trabalhos sobre as instituições fascistas como o Opera Nazionale Dopolavoro, organização voltada para a ocupação dos tempos livres do trabalhador, ou o "Kraft durch Freude", o seu similar na Alemanha Nazi (DE GRAZIA, 1981). O modelo de recreação acompanha uma tendência

internacional, onde o preenchimento do lazer é visto como uma opção para as atividades sindicais que poriam em risco o próprio Estado: L'Ópera interpreto una tendenza all'organizzazione dello svafò e del riposo típica, in quegli stessi anni, di tutti i paesi capitalistici, per lo meno giunti a un certo stadio di sviluppo; dappertutto, sia pure in forme diverse, proossa o incraggiata dall' iniziativa pubblica (VIGILANTE, 2004, p. 11).

Na década de 80 do século passado, antigas questões são retomadas, como a feição hegemónica do regime no trabalho de Norbert Frei, *O Estado de Hitler. O Poder Nacional-Socialista de 1933 a 1945*. Publicado em 1985, o autor questiona o papel do Estado na construção de uma unanimidade do nazismo na sociedade alemã. No mesmo sentido, temos ainda os estudos de George Mosse sobre a cultura nazista, *Masses and Man: Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*, onde tenta entender como a ideologia nazista se torna atraente para a sociedade alemã no período (ELEY, 2013). Neste sentido, o nazismo ritualiza a realidade, buscando o consenso da sociedade em torno da proposta do regime. Através da liturgia fascista, utiliza os valores do nacionalismo e o apresenta como um dado que identifica todo aquele que se diz alemão:

Il nazionalesocialismo incrementò lo sviluppo del culto nazionale quale si era venuto realizzando durante oltre un secolo, prima che il movimento nazista fosse fondato; questo sviluppo è d'importanza essenziale per comprendere lo stile politico nazista, perché se si prescinde da esso non è possibile analizzare correttamente il nazional socialismo in quanto movimento di massa. (MOSSE, 1993, p. 261).

Nos anos noventa, a imagem dos líderes torna a ser alvo de análises, agora bem distante da polémica causada pela obra de Trevor Roper. Os trabalhos de Pierre Milza, *Mussolini*, de 1999, ou a exaustiva análise de Renzo de Felice, *Mussolini*, 4 volumes, publicados entre 1965-1997, inserem os personagens no contexto histórico da sua época, pondo fim a visão maniqueísta dos primeiros trabalhos do pós-guerra. Neste sentido, é de assinalar o trabalho de Ian Kershaw, *Hitler, um perfil de poder*, uma tentativa de decodificação da razão para a construção de imagens diversas e desqualificativas, privilegiando o estudo da imagem forjada pela propaganda e as razões da sua aceitação pela sociedade alemã:

O apoio popular à forma de poder de Hitler foi indispensável ao exercício efectivo desse poder. Hitler não foi um tirano imposto à Alemanha. Foi, em muitos aspectos, até a uma fase avançada da guerra, um líder nacional sumamente popular. A extensão da sua popularidade foi uma condição fundamental da expansão do seu poder personalizado. A dinâmica destrutiva encarnada na pessoa de Hitler não é compreensível fora das motivações

sociais e políticas, que estiveram embutidas na aceitação de uma forma irrestrita de dominação pessoal (KERSHAW, 1998, p. 124).

A figura de Mussolini também ganha um novo aporte. O trabalho sobre o culto da personalidade de Mussolini no livro infantil, de Luisa Passerini (PASSERINI, 1991), inicia uma série de outros estudos, nos quais a frente aberta por Poulantzas ganha uma outra dimensão (COLIN, 2010). A escola, a família e a elaboração da mitologia fascista são analisadas por inúmeras investigações nos anos seguintes. Neste quadro, a juventude assume lugar de realce frente ao papel “inovador” que lhe é oferecido:

I giovani, presenti nel movimento fascista sin dai suoi albori, svolsero un ruolo peculiarissimo e di assoluto primo piano nell'evoluzione ed attuazione della dottrina politica fascista. Il giovane, versatile miles, e la gioventù, infatti, furono in parte scaturigine in parte fine ultimo della rivoluzione fascista; una rivoluzione professata come eternamente giovane e costellata nel proprio pantheon da granitici e giovanissimi arditi (GIANSANTI, 2016, p. 14).

A reprodução da ideologia fascista e nazista é tratada nas suas diversas formas de veiculação, O teatro, a música e o cinema, que haviam ganho espaço e lugar na propaganda oficial destes regimes, são analisados de acordo com os olhares de especialistas em História e Comunicação (CAVALLO, 1981, 1990). A importância da propaganda é definida por David Welch:

There is now considerable evidence to suggest that policies and propaganda reflected (many of) the aspirations of large sections of the population. Propaganda in Nazi Germany was not, as is often believed, a ‘catch-all’ process. The ‘revolutionary’ aim of the Nazi regime to bring about the *Völksgemeinschaft*, the true harmony of classes, highlights the remarkably ambitious nature of its propaganda (WELCH, 1995, p. 9).

Neste quadro, a questão da hegemonia é retomada, realçando a importância do nacionalismo como elemento agregador da ideologia fascista. Premissas anteriores sobre a instrumentalização do nacionalismo são revistas em trabalhos como o de Stefano Cavazza, ou Vittorio Capelli. Estas análises buscam explicitar a releitura da cultura popular feita pelo fascismo, objetivando oferecer um “rosto” à italianità. Desprovidas de qualquer conteúdo de reivindicação popular, as tradições rurais são tornadas lúdicas formas de representação da Itália e do povo italiano:

Mediante l'uso del folklore, l'intervento dello Stato mette in opera un processo di legittimazione e un'inedita attribuzione di dignità culturale alle identità locali. Lo stesso localismo può essere così avvertito, dagli intellettuali di provincia, non più solo come limite angusto e indice di isolamento di un universo rurale e periferico rispetto ai processi di

urbanizzazione e alla diffusione di nuovi valori, bensì come identità culturale capace di tradursi in attività ludica, che idealizzando il mondo contadino tradizionale ne fa spettacolo codificato. I costumi, le coreografie e i suoni inventano o sublimano la tradizione e ne fanno strumento di svago per una piccola borghesia in espansione. In questo senso, le manifestazioni folkloristiche, malgrado il tradizionalismo antimoderno dei teorici del folklore, diventano uno dei momenti della nazionalizzazione e della modernizzazione fascista (CAPPELLI, 1998, p. 61).

Em contrapartida, os estudos dos monumentos e cidades dos regimes analisam o outro lado deste universo ruralista proposto na identificação do nacional. Trata-se de estudar o significado das esculturas, da arquitetura monumental como formas de demonstração do poder do Estado, do seu líder e da grandeza da “Nação Italiana”:

“I ‘problema della grandezza’ furono il pensiero dominante nella visione mussoliniana della nuova Roma. Tutto, nella Roma dell’era fascista, doveva essere grande e crescere in grandezza. Ancor più, che il numero degli abitanti in Roma, erano cresciuti in grandezza la sua autorità e il suo prestigio, come notavano i visitatori stranieri. Roma era diventata, in ogni senso, il centro politico, moral e intellettuale dello Stato, della nazione e del fascismo” (GENTILE, 2010, p. 113).

O mesmo autor já havia analisado o uso do conceito de “Nação” como sustentáculo importante do fascismo, aprofundando questões já levantadas anteriormente e distinguindo o “fascista” e o “não fascista”, ou melhor, o “nacional” e o “não nacional”:

"L'identificazione fra nazione e fascismo, durante il regime, introdusse di fatto, nel principio della cittadinanza, una nuova discriminazione fra italiani fascisti e italiani non fascisti, perché tale identificazione non soltanto comportò la snazionalizzazione degli antifascisti, ma riservò di fatto soltanto ai fascisti il godimento dell'esercizio di quella che potremmo chiamare la 'piena cittadinanza' del nuovo Stato fascista, riconoscendo soltanto ad essi, in virtù dell'appartenenza al partito fascista, prerogative civili e politiche che erano negate ai cittadini non iscritti al PNF, così come l'espulsione dal partito fascista, comportando la messa al bando dalla vita politica e pubblica, equivaleva di fatto ad una perdita della 'piena cittadinanza'" (GENTILE, 1993, p. 890).

É importante ainda realçar três temáticas relacionadas ao nacionalismo:

1. A questão da raça, entendida como um outro parâmetro para a definição do verdadeiro “fascista”. O arianismo ou o problema racial é tratado de forma diferenciada nos casos do fascismo e nazismo. No primeiro caso, temos a ênfase centrada em trabalhos relacionados ao universo do colonialismo, já que a perseguição aos judeus só é formalizada em 1938 (COLLOTI, 2006). O discurso da raça é o referencial e a justificativa para a expansão colonial italiana (ELIA, 2020). No exemplo nazista, este último tópico assume um

lugar de destaque na historiografia contemporânea, sobretudo no que respeita a memória do Holocausto actualmente (BOHNEKAMP, 2014).

2. A emigração e a afirmação do fascismo fora de Itália, sobretudo entre os diversos núcleos de emigração. Neste sentido, a gama de análises é bastante ampla abrangendo obras vinculadas ao mundo académico de Itália, como também no Brasil (BERTONHA, 2015). Entre os autores italianos, assim como entre os alemães, é comum o vínculo estabelecido entre o regime e as colónias de emigração, sendo o emigrante alvo preferencial de toda uma propaganda especialmente destinada às colónias italianas no estrangeiro (FRANZINA; SANFILIPPO, 2003).

3. O antifascismo, uma temática na qual as análises regionais se multiplicam, diante das dificuldades da caracterização de um movimento geral de resistência antifascista. Antes de mais nada, é preciso ter em conta a força da ideologia fascista na sociedade italiana, não relativizando a presença hegemónica em todos os setores da vida cotidiana:

“[...]Comprendere grandezza e limiti della Resistenza, intravederne i contorni utopici quanto il realismo politico è possibile solamente pensando a una società che vent'anni di fascismo hanno in gran spolicizzato e appiattito, occupando tutti i gangli vitali della vita colletia: la piazza, la cattedra, l'informazione.” (PELI, 2006, p. 4).

Mais recentemente, outros trabalhos desenvolvem temas já inseridos nos trabalhos anteriores, como a questão do turismo que aparece como mais um fator que é visto como um mais um elemento na construção do italiano fascista: “Il turismo si configurava così come uno dei tasselli necessari per la costruzione dell'uomo nuovo fascista. Esso permetteva di garantire la salute fisica e psicologica dei lavoratori e delle giovani generazioni e di conseguenza una maggiore produttività” (BATTILANI, 2020, p. 128).

Nesta pequena amostra da produção historiográfica, podemos constatar que, nestes 101 anos da ascensão do fascismo na Itália, todo o debate realizado parte de pontos inicialmente destacados pelos contemporâneos do fenómeno, como Gramsci, Guérin, Tasca e outros. Nesta procura de compreensão do fascismo há muito ainda por fazer. Compreender o fascismo como um fenómeno complexo e abrangente territorialmente exige esforços transdisciplinares e transnacionais. Neste sentido, equipas de investigação são formadas para estudos comparados. A REFAT, Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para Democracia, reúne especialistas de Itália, Portugal, Brasil e Espanha na investigação das diversas formas de fascismos, autoritarismos e suas manifestações e instituições dentro e fora da Europa.

No caso do Estado Novo de Salazar, o debate se inicia pela própria aplicabilidade do conceito ao regime. Seguindo a tradição da ideia do fascismo como criação nacional, historiadores como António Costa Pinto considera o caso português apenas como um exemplo de "autoritarismo de direita" (PINTO, 1992). No entanto, até mesmo teóricos do fascismo italiano, como Gioacchino Volpe, afirmam de forma categórica a sua semelhança com o modelo italiano :

Non c'è dubbio che, fra i vari regimi di nuova formazione, Salazar, sia stato suo proposito, sia stata affinità di stirpe e di tradizioni culturali, ha avuto sotto gli occhi specialmente quello italiano e fascista, in esso più che in ogni altro egli ha visto realizzate certe sue vedute, o certi suoi ideali, E tuttavia, il Portogallo molto e giustamente tiene alla originalità della propria rivoluzione" (VOLPE apud BIZZARRI, 1941, p. 14).

Assim sendo, outros especialistas como Luís Reis Torgal ou Fernando Rosas analisam o regime salazarista como fascista na sua essência e instituições (TORGAL, 2009; ROSAS, 2012). Neste quadro, a produção da REFAT tenta abranger o maior leque possível de temáticas, desde o debate em torno do conceito até temas como a arte, os desportos ou a propaganda (TORGAL; PAULO, 2008; PENA-RODRIGUEZ; PAULO, 2016). Visando dar a conhecer o resultado de investigações ou ampliar o âmbito das mesmas, todas as publicações oriundas dos debates estão disponíveis nos sites da Universidade de Coimbra ou no site da REFAT, na Universidade de Bologna: <https://site.unibo.it/refat/en/publications>.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Ricordi di un filosofo*. Milano: Rizzoli, 1990.
- ARENDRT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo. Totalitarismo, o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979.
- BATTILANI, Patrizia. “Gli anni in cui tutto cambiò: il turismo italiano fra il 1936 e il 1957”. *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*. Madrid, n.º 41, 2020.
- BAUER, Otto. “Fascismo” In: RODRIGUES, E. M. (org). *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- BERTONHA, João Fábio. *Fascismo, antifascismo e gli italiani all'estero. Bibliografia orientativa (1922-2015)*. Viterbo: Sette Città, 2015.
- BIZZARRI, Aldo. *Origine e caratteri dello "Stato Nuovo" portoghese*. Milano: Istituto per gli studi di politica internazionale, 1941.
- BOHNEKAMP, Dorothea. “La communauté juive face à la culture mémorielle en Allemagne”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* (Nº 122), 2014, 2º, pp 99-108.
- CAPPELLI, Vittorio “Identità locali e Stato nazionale durante il fascismo”. *Meridiana*, II(32), 1998, pp. 53-62
- CAVALLO, Pietro. *Immaginario e rappresentazione: il teatro fascista di propaganda*, Roma, Bonacci, 1990.

- CAVALLO, Pietro. *Vincere! Vincere! Vincere! Fascismo e società italiana nelle canzoni e nella riviste di varietà. 1935-1943*, Roma, Editrice Iana, 1981.
- CINGARI, Salvatore. “Croce e il fascismo” in: *Enciclopedia Treccani*. 2016. (https://www.treccani.it/enciclopedia/croce-e-il-fascismo_%28Croce-e-Gentile%29/)
- COLIN, Mariella. *Les enfants de Mussolini ; littérature, livres, lectures d'enfance et de jeunesse sous le fascisme ; de la Grande Guerre à la chute du régime*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2010.
- COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- COLLOTTI, E. *Il fascismo e gli ebrei*. Bari: Laterza, 2006.
- DE GRAZIA, Victoria. *Consenso e cultura di massa nell'Italia fascista. L'organizzazione del Dopolavoro*. Roma-Bari: Laterza, 1981.
- ELEY, Geoff. *Nazism as Fascism: Violence, Ideology, and the Ground of Consent in Germany 1930-1945*. London, New York: Routledge, 2013.
- ELIA, D. F. A. “La costruzione di un'identità nazionale contrapposta all'alterità in Età liberale. Pregiudizi culturali nei confronti dell'Africa nelle immagini dei marchi depositati presso l'Archivio Centrale di Stato”. *Rivista di Storia dell'Educazione* 7(1), 2020, pp. 99-114. (doi: 10.36253/rse-9397).
- FELICE, Enzo. *Explicar o Fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- FRANZINA, E. , SANFILIPPO, E. *Il fascismo e gli emigrati. La parabola dei fasci italiani all'estero (1920-1943)*. Roma-Bari: Laterza, 2003.
- GENTILE, Emilio. *Fascismo di Pietra*. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- GENTILE, Emilio. "La nazione del fascismo. Alle origini della crisi dello Stato nazionale in Italia". *Storia Contemporanea*, Anno XXVI, dicembre 1993.
- GIANSANTI, Gianluca. “La politica pedagogica fascista: l'Opera Nazionale Balilla e la Gioventù Italiana del Littorio”. *IL Pensiero Storico Rivista italiana di Storia delle idee*. 2016, n° 2, p. 14.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel e o Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. “Ordine Nuovo, Julho de 1921” In: MACCHIOCI, M. A. *Elementos para uma análise do fascismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.
- GUÉRIN, Daniel. *Fascismo y Gran Capital*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1973.
- GUÉRIN, Daniel. *La peste parda*. Madrid: Fundamentos, 1977.
- KERSHAW, Ian. *Hitler, um perfil de poder*. Lisboa: Editoria Inquérito, 1998.
- KERTZER, David I. *Il patto col diavolo. Mussolini e papa Pio XI. Le relazioni segrete fra il Vaticano e l'Italia fascista*. Milano: Rizzoli, 2014.
- MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Editora Cosmos, 1975.
- MOSSE, George. *La nazionalizzazione delle masse*. Bologna: Il Mulino, 1993.
- PADULO, Gerardo. *I finanziatori del fascismo*. Siena: Nuova immagine editrice, 2010.
- PASSERINI, Luisa. *Mussolini Immaginario*. Bari, Editori Laterza, 1991.
- PELI, Santo. *Storia della Resistenza in Italia*. Turim: Einaudi, 2006.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; PAULO, Heloisa. *A cultura do poder: a propaganda nos estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/38994/1/A%20Cultura%20do%20poder.pdf>.
- PINTO, António Costa. *O salazarismo o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- PRATOLINI, Vasco. *História de Pobres Amantes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massa do Fascismo*. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

TANNEBAUM, E. *La Experiencia Fascista Sociedad y Cultura En Italia 1922-1945*. Madrid: Alianza Editorial, 1975.

TASCA, A. *Nascita e avvento del fascismo*. In: COLLOTTI, Enzo. *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Caminho, 1992.

TOGLIATTI, P. “O Partido Nacional Fascista” in: *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TORGAL, L. R. e PAULO, H. *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/2751/9/Estados%20Autorit%C3%A1rios%20e%20Totalit%C3%A1rios%20e%20suas%20Representa%C3%A7%C3%B5es%20%282010%29.pdf>

TORGAL, L.R. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, 2 volumes.

VIGILANTE, E. *L’Opera nazionale dopolavoro. Tempo libero dei lavoratori, assistenza e regime fascista 1925-1943*. Bologna: Il Mulino, 2004.

WATSON, George. “The Trope: Hugh Trevor-Roper”. *Sewanee Review Journal*. 2010, pp. 608-617 (DOI: 10.1353/sew.2010.0043).

WELCH, David. *The Third Reich. Politics and Propaganda*. London, Routledge, 1995.

Memórias do campo: discutindo a experiência concentracionária na Alemanha Nazista a partir do testemunho

Juliana Aparecida Lavezo

Introdução

A Segunda Guerra Mundial havia sido uma guerra total (JUDT, 2008). Um conflito longo que envolvia civis e militares e que, ao findar, pelo menos em solo europeu, em maio de 1945, deixou uma população miserável, exausta e desesperançosa. O que se pode observar em seu desfecho foi um rastro de destruição jamais imaginado. O mundo havia presenciado a maior catástrofe do século XX (CARNEIRO, 2010).

Nenhum conflito registrado na História matou tanta gente em tão pouco tempo e o que causa maior espanto é o número de mortos entre os civis não-combatentes: cerca de 19 milhões, ou seja, mais da metade do total (JUDT, 2008). A causa do grande número de mortos entre civis está ligada aos massacres nos campos de extermínio e campos de batalha, sob os mais diversos meios, desde subnutrição e fome ao fuzilamento e incineração dos reféns. Além dos campos, inúmeros civis foram mortos pelos bombardeios que atingiram diversas cidades e campos, explosões, fuzilamento em filas de refugiados, sacrifício de indivíduos submetidos a trabalho forçado em indústrias e campos de prisioneiros de guerra (JUDT, 2008).

Muitos judeus foram removidos de seus países: da Áustria, 125 mil, sendo que somente 4.500 retornaram depois da guerra; na Holanda, havia 140 mil judeus antes da guerra, 110 mil foram deportados e apenas 5 mil voltariam para casa. Na França, dos 76 mil judeus deportados entre 1940 e 1944, menos de 3% sobreviveram. Em uma população de mais de 3 milhões de judeus na Polônia, 97,5% foram dizimados. Na Alemanha, dos 600 mil judeus que viviam no país, em maio de 1945 restavam apenas 21.450. E aqueles que regressaram não foram tão bem recebidos (JUDT, 2008).

Na Bélgica, os judeus não tiveram direito à assistência pública, somente aqueles que estivessem ligados ao movimento de resistência teriam direito.

Após a derrota da Alemanha, muitos judeus no leste da Europa levaram adiante a estratégia de sobrevivência adotada durante a guerra: escondiam sua identidade judaica de colegas, vizinhos e até dos próprios filhos, esforçando-se ao máximo para se integrar ao mundo do pós-guerra e assumindo ao menos a aparência de uma vida normal (JUDT, 2008, p. 792)

O Exército Vermelho libertou Auschwitz em 27 de janeiro de 1945, ali 7.650 pessoas estavam vivas, cerca de 1,5 milhão de judeus e outros 100 mil não-judeus morreram (CARNEIRO, 2010). Houve uma tentativa de apagar os vestígios dos assassinatos cometidos

nos campos, as instalações onde os prisioneiros eram mortos foram desmontadas.

Segundo Sémelin (2009) quem tem responsabilidade por tal ato não quer, definitivamente, deixar provas disso. Após um massacre, procura-se inclusive, apagar totalmente os traços daquele crime. Dessa forma, justifica-se a tentativa apressada dos nazistas em acabar com todo e qualquer vestígio do que tinham feito.

Em abril de 1945, outros cinco campos foram libertados. A situação em que os sobreviventes foram encontrados era deplorável, eles estavam todos esqueléticos, resumiam-se a pele e osso, seus rostos expressivos, olhos que transpareciam o sofrimento e o medo. Kershaw (2015) menciona as longas marchas às quais os judeus foram submetidos após saírem dos campos nesse ínterim. As “marchas da morte” resultaram no prolongamento do sofrimento daqueles que tinham sobrevivido ao terror, basicamente a anulação de sua existência.

Cerca de 15 mil prisioneiros de Auschwitz foram mortos durante essas marchas, a maioria deles era judeus. Do campo de Groß-Rosen, 44 mil prisioneiros chegariam vivos a outros campos do Reich, mas muitos foram mortos, talvez mais de quinhentos em um grupo de 3,5 mil pessoas foram assassinados à caminho da estação (KERSHAW, 2015).

Os presos de Buchenwald também foram cercados pelas mesmas condições assassinas no ano final da guerra. Dos 3 mil judeus que foram enviados para Theresienstadt, em abril o número reduziu para poucas centenas, assim como os 22 mil presos enviados à marcha para a Bavária ao mesmo tempo, cerca de 8 mil foram assassinados, enquanto os outros chegaram a Dachau e foram libertados pelos americanos. Dos 45 mil presos dos campos satélites de Buchenwald, 13 mil a 15 mil perderam suas vidas durante a evacuação (FRIEDLÄNDER, 2006). Em Belsen, apenas 500 crianças foram encontradas com vida na libertação do campo, algumas das quais sobreviventes da Marcha da Morte, desde Auschwitz.

O número de crianças perdidas era alarmante. Judt (2008) aponta que somente em Berlim, no final de 1945, eram 53 mil crianças. O cenário do pós-guerra também era de órfãos, por toda Europa se viam crianças sem pais, na Tchecoslováquia havia 49 mil crianças perdidas, na Holanda, 60 mil, na Polônia estimava-se que o número de crianças órfãs chegava a 200 mil, na Iugoslávia, 300 mil.

Outro problema que a população iria enfrentar era a fome e as doenças, consequência da subnutrição. Muitas dessas doenças provinham da carência de vitaminas e provocaram surtos em algumas regiões da Europa: “Em Berlim, durante um surto de disenteria ocorrido

em julho de 1945 – resultante de danos causados ao sistema de esgotos e de mananciais poluídos –, foram registradas 66 mortes em cada cem crianças nascidas” (JUDT, 2008, p. 35).

Em outubro de 1945, calculava-se uma média de 10 óbitos por dia em Berlim, em consequência da exaustão, subnutrição e doença. O índice de mortalidade entre crianças com menos de um ano era de uma entre cada quatro, no mês de dezembro de 1945 houve 1.023 casos de tifo e 2.193 de difteria.

Muitas doenças foram provocadas por causa dos cadáveres em decomposição. Casos como pessoas infectadas com tuberculose eram recorrentes. Em janeiro de 1946, estimava-se que cerca de 700 mil crianças carentes na Tchecoslováquia estivessem com a doença. Por toda a Europa, crianças contraíam enfermidades resultantes da escassez: raquitismo, pelagra¹, disenteria e impetigo²:

Todas as guerras afetam as vidas das populações civis: destruindo-lhes terras e lares, interferindo nos sistemas de comunicação, recrutando e matando maridos, pais, filhos. Mas, na Segunda Guerra Mundial, foi a política do Estado, não o conflito armado, que causou os maiores danos (JUDT, 2008, p. 36)

Após a queda do Terceiro Reich, em 1945, deslocamentos forçados ocorreram, cerca de 16 milhões de alemães foram obrigados a abandonar os Estados da Europa central e oriental e se dirigirem à Alemanha, então dividida em duas. O mesmo caso de 3,5 milhões de alemães dos Sudetos, que já viviam lá há séculos. Em um número menor, mas não menos importante, 200 mil húngaros, no momento da recriação do Estado tchecoslovaco por Edvard Benes, foram forçados por este a atravessar o Danúbio e se dirigirem à Hungria (SÉMELIN, 2009).

A guerra provocou um rastro de destruição que deixou a Europa em um profundo estado de miséria, seja ela humana ou no próprio sentido da palavra. O grande de número de calamidades, as perdas econômicas, campos devastados, a fome, o número de mortos, transformou o cenário europeu em um desfecho apocalíptico que necessitaria de inúmeros esforços para anos mais tarde reverter a crise à qual se submetera.

Os campos da morte

¹ Pelagra: doença nutricional caracterizada pela deficiência de niacina (vitamina B3) e triptofano, um aminoácido essencial.

² Impetigo: infecção cutânea altamente contagiosa causada por germes

Os campos de concentração e extermínio nazistas talvez sejam o capítulo mais triste do século XX e compõem, junto à historiografia da *Shoah*, um dos assuntos mais abordados pelos historiadores, buscando refletir, a partir dos relatos dos sobreviventes, como funcionavam sua estrutura dentro do Estado nazista. Arendt (2017) enfatiza que não há paralelos à vida dentro dos campos de concentração.

É preciso discutir a *Shoah*³ para que ela não seja um assunto distante para as novas gerações, pois, para muitos jovens politicamente conscientes de hoje, Auschwitz já não é mais um tema razoável, se situa no outro século e, por isso, se mantém afastado de sua realidade (SCHOENBERNER, 1994). O mesmo autor defende:

O genocídio do povo judeu, relatado neste livro, não é um fato histórico isolado que pertence a uma outra época; trata de uma lição completamente atual. Sua mensagem diz que é uma obrigação humana tomar partido e intervir nos acontecimentos, antes que eles virem história (SCHOENBERNER, 1994, p. 294).

Sémelin (2009) cita que o confisco dos bens das vítimas não era o que motivava as execuções, deportações, mas, com certeza, estimulava.

Arendt (2017) menciona que há três abordagens possíveis para a realidade do campo de concentração: a própria experiência de sofrimento do prisioneiro, a recordação do sobrevivente e o temor antecipado daqueles que têm o campo de concentração como uma possibilidade para o futuro. Viver na Alemanha Nazista sendo judeu era viver sob tensão e perigo, na constante ameaça de morte, ao passo em que não se podia prever o que aconteceria, esperava-se pelo pior. “O prisioneiro do campo de concentração não tem preço porque sempre pode ser substituído e não pertence a ninguém” (ARENDR, 2017, p. 288).

Primo Levi (2015) escreveu que havia cerca de 300 mil pessoas nos campos em 1939, na maioria comunistas e social-democratas alemães, além, claro, de muitos judeus. A partir da ocupação da Polônia, 2,5 milhões de judeus foram capturados. Ele cita que o estrangeiro era visto como inimigo “e todo inimigo deve ser suprimido; qualquer um que seja visto como diferente, por língua, religião, costumes e ideias é estrangeiro” (LEVI, 2015, p. 110).

Até o início da guerra, o Estado Nazista agiria para que os judeus fossem embora e eles pudessem se apropriar de seus bens. Com a invasão da Polônia e a eclosão da guerra, os nazistas viram novas possibilidades para conquistar o espaço vital no leste.

³ Catástrofe em hebraico.

Após a Conferência de Wannsee⁴, a questão judaica ganhou novos rumos e os judeus tiveram seu trágico destino definido: Seriam exterminados como militantes, era a solução final⁵.

Schoenberner (1994) é incisivo ao dizer que o assassinato dos judeus era um negócio lucrativo para o governo nazista.

Roubavam-se suas roupas e objetos de valor, matavam-se seus familiares incapacitados ao trabalho, utilizava-se sua força de trabalho até o esgotamento físico total, ou mutilavam-se seus corpos com experiências médicas; extraíam-se ainda dentes de ouro dos defuntos e transformavam-se suas cinzas em fertilizantes (SCHOENBERNER, 1994, p. 186).

Até mesmo os cabelos dos corpos das vítimas eram utilizados pela indústria alemã e os dentes ouro eram extraídos.

Para a organização do assassinio em massa há de se considerar dois agentes violentos, envolvidos na execução dos massacres. O primeiro seria o aparelho do Estado no qual encontram-se exército e polícia, assumindo a ideia de que destruir um ou outro grupo civil faz parte das suas funções de defesa da ordem da segurança. Trata-se de corpos especializados de matadores.

O horror, de fato, teria se dado quando a SS assumiu a administração dos campos. A morte era evitada e adiada indefinidamente. Roubaram da morte o significado que ela sempre teve e lhe atribuíram um novo significado. Arendt (2017) salienta que o totalitarismo aspira não ao domínio despótico sobre os homens, mas, pelo contrário, a um sistema no qual os homens tornassem supérfluos.

Hilberg (apud SÉMELIN, 2009, p. 259) menciona que o processo de destruição dos judeus da Europa se deu primeiramente com a elaboração da definição do judeu, depois, com a expropriação, e mais ainda, com a concentração em guetos, e depois, com a aniquilação de todos os judeus da Europa (SÉMELIN, 2009).

Mann (2005) discorre sobre o gradual processo de destruição de um povo e o classifica em seis níveis, chegando até o extermínio físico deste:

1) a assimilação forçada;

2) a assimilação biológica (leis restringindo casamentos, esterilização);

⁴ A Conferência de Wannsee ocorreu no dia 20 de janeiro de 1942 em Berlim reunindo membros superiores do governo nazista a fim de assegurar a cooperação dos líderes de vários departamentos do governo na implementação da solução final para a questão judaica, pela qual grande parte dos judeus das regiões europeias da Alemanha ocupada seriam deportados para a Polônia e eliminados.

⁵ A Solução Final refere-se ao plano nazista de genocídio da população judia de todos os territórios ocupados pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

- 3) a emigração forçada;
- 4) a deportação;
- 5) a depuração por assassinio e assassinatos organizados;
- 6) o genocídio.

Dessarte, como o autor expõe, percebe-se que os judeus passaram por tais “etapas” até serem enviados aos campos de extermínio quando a solução final foi de fato decretada.

Para o Estado nazista, os judeus estavam fadados a morrer, porém, deveriam morrer trabalhando. Por isso, o campo de concentração era o lugar onde se trabalhava e morria, diante das tarefas extenuantes, das condições climáticas, da subnutrição, etc.

Levi (2016) infere que reproduzia-se dentro dos campos, porém, em escala menor, a mesma estrutura hierárquica do Estado totalitário, onde o poder emana do alto e um controle de baixo para cima é quase impossível. O autor reforça, ainda, que, diante da escassez de mão de obra, ocorre no campo uma transformação que é a formação de um exército gigantesco de escravos não remunerados e obrigados a trabalhar até a morte.

A utilização de várias técnicas de morte em massa foram colocadas em prática, como a fuzilaria com a metralhadora, os caminhões a gás (óxido de carbono) que teve seu início marcado em Chelmno, em 1941 e depois, em 1942, a entrada em atividade de diversas câmaras de gás (Zyklon B) em Belzec, Sobibor, Treblinka, Auschwitz-Birkenau e Majdanek.

De acordo com Schoerberner (1994), a mortandade diária era tão grande em Buchenwald e Bergen-Belsen que os fornos crematórios erguidos para a cremação dos cadáveres não davam conta do trabalho. Ao chegarem em Belsen, os britânicos se depararam com inúmeras pilhas de cadáveres ao lado de grandes valas cheias de restos de ossos carbonizados. Em cada pilha dessas havia mais de cem desnudos, já em estado de decomposição.

Em Buchenwald poucos dias antes da chegada das tropas americanas, os nazistas tiraram do campo cerca de 18.000 a 22.000 prisioneiros. Dos que ficaram no campo, muitos eram judeus e não-judeus alemães, poloneses, húngaros, tchecos, franceses, belgas, russos, entre outras nacionalidades.

“Auschwitz é o campo piloto, onde as experiências feitas em outros lugares são reunidas, comparadas e aprimoradas à perfeição” (LEVI, 2015, p. 112) Levi menciona que em Auschwitz entre abril e maio de 1944 foram mortos cerca de 60 mil pessoas por dia. Ali, 95% dos prisioneiros eram judeus e cerca de 5% entre políticos e os chamados “triângulos verdes”,

ou seja, criminosos comuns. Geralmente, os políticos e os triângulos verdes eram quase todos alemães.

Em fevereiro de 1943, em Birkenau, inauguraram novas instalações de um crematório e de uma câmara de gás. “Eram compostos de três partes: a câmara de espera, a “a sala das duchas” e os “fornos” (LEVI, 2015, p. 31). Os campos mudam sua natureza e se tornam instrumentos de terror e intimidação política.

O referido discurso de Thomas Mann em 14 de janeiro de 1945 à rádio BBC de Londres, denunciava:

É inacreditável, mas é verdade. Você que está me ouvindo conhece Maidanek, perto de Lublin, na Polônia, um campo de extermínio de Hitler? Não era um campo de concentração, mas um gigantesco estabelecimento de assassinato. Lá existe um grande prédio de pedra com uma chaminé de fábrica, o maior crematório do mundo. Seu pessoal bem que gostaria de tê-lo destruído completamente assim que os russos chegaram, mas em sua maior parte ele está lá, um monumento, o monumento do Terceiro Reich. Mais de meio milhão de europeus, homens, mulheres e crianças, foram envenenados com cloro e depois queimados, 1.400 por dia. A fábrica da morte funcionava dia e noite; suas chaminés nunca deixaram de soltar fumaça [...] ossos humanos, barris de cal, encanamentos de gás e crematórios; além disso, a pilha de roupas e sapatos tirados das vítimas, muitos sapatos pequenos, sapatos de criança [...] De 15 de abril de 1942 a 15 de abril de 1944, apenas nesses dois estabelecimentos alemães foram mortos 1.715.000 judeus. De onde tiro os números? Pois seus soldados faziam a contabilidade, com aquele senso de ordem alemão! (MANN, 2009, p. 191-192).

Levi (2015) nomeia os campos de concentração como “moinhos de ossos”, por se tratarem de máquinas de extermínio na escala de milhões. Ele cita que os fornos crematórios eram do tamanho de catedrais e tinham a capacidade de incinerar até 24 mil cadáveres por dia só em Auschwitz, a capital do império dos campos de concentração.

As condições sanitárias dos campos e a saúde dos prisioneiros

É comum na literatura sobre os campos de concentração encontrar o termo *mussulmen* (traduzido como muçulmano). Primo Levi, Agamben, Lengyel, entre outros sobreviventes e também escritores falam da figura do muçulmano. Por conta da debilidade que se encontravam, dobravam os joelhos de frio e dessa forma, pareciam estar em oração, daí a origem do nome. Acreditavam que o termo tinha origem no campo de Auschwitz. Agamben o denomina de “cadáver ambulante” por conta da sua aparência degradante.

Heidegger (1994) refere-se ao campo de extermínio como lugar de “fabricação de cadáveres”:

O campo seria o lugar em que é impossível fazer a experiência da morte como possibilidade mais própria e insuperável, como possibilidade do impossível. Ou seja, o lugar em que não acontece apropriação do impróprio e o domínio fático do inautêntico não conhece nem inversões nem exceções. Por isso, nos campos (como de resto, segundo o filósofo, na época do triunfo incondicionado da técnica) o ser da morte está interdito e os homens não morrem, mas são produzidos como cadáveres (AGAMBEN, 2008, p. 81).

No campo, eram muitas as doenças que assolavam os prisioneiros, principalmente aquelas relacionadas à desnutrição. Na primeira fase, o doente passava por um profundo emagrecimento e astenia muscular. A mudança para a segunda fase era perceptível quando o indivíduo havia perdido um terço do seu peso normal. O doente respirava lentamente, falava baixo e sempre com grande fadiga.

Há um relatório sobre a organização higiênico-sanitária do campo de concentração para judeus de Monowitz no livro *Assim foi Auschwitz* de Primo Levi (2015) que detalha, para além das condições sanitárias do campo, os problemas de saúde enfrentados ali por muitos dos prisioneiros.

O campo de Monowitz era uma alçada administrativa de Auschwitz. Ele foi construído em meados de 1942 e tinha a finalidade de fornecer mão de obra para a construção do complexo industrial Buna-Werke, subordinado à IG-Farben. Monowitz era um “*arbeitslager*”, ou seja, um campo de trabalho.

Nos blocos que comportavam cerca de 150 a 170 pessoas, chegavam não menos que 200 e até 250. Em quase todas as camas dormiam 2 pessoas. Faltava água potável, esta, de origem fluvial, chegava ao campo sem ser filtrada – o que gerava muitas doenças. As doenças mais frequentes que atingiam os prisioneiros eram:

- 1) Doenças distróficas;
- 2) Doenças do trato gastrointestinal;
- 3) Doenças por frio;
- 4) Doenças infecciosas gerais e cutâneas;
- 5) Doenças cirúrgicas;
- 6) Doenças de trabalho.

As doenças distróficas eram resultantes da carência de proteína e gordura da má alimentação que os prisioneiros que recebiam, isso fazia com que eles emagrecessem rapidamente e que muitos apresentassem edemas cutâneos no rosto e nos membros inferiores.

Também eram comuns os furúnculos, as úlceras e diversos casos de diarreia.

As doenças do trato gastrointestinal, como a diarreia, eram associadas à indigestão crônica e à distrofia alimentar. As doenças do frio, como as reumáticas, ligadas ao sistema respiratório e às articulações, as nevralgias e congelamentos também ocorriam. Bronquites, pneumonias e broncopneumonias aconteciam mesmo em outras estações do ano. Nos casos de congelamento, a parte afetada do corpo era amputada.

Das doenças infecciosas que ocorriam com frequência no campo estavam a escarlatina, a varicela, a erisipela⁶ e a difteria e, de vez em quando, tifo abdominal. A sarna aparece entre as doenças cutâneas mais comuns.

As cirurgias aconteciam no campo, geralmente no abdômen, cirurgias para remover úlceras, no apêndice.

O hospital do campo foi criado apenas no final de fevereiro de 1944, os medicamentos eram de uso reduzido, eram poucos. Os médicos eram escolhidos entre os que estavam no campo, de preferência aqueles que falassem alemão ou polonês. Para recompensá-los pelos serviços prestados, recebiam roupas, calçados e alimentos melhores. No entanto, enfermeiros e auxiliares eram escolhidos sem qualquer experiência profissional prévia.

Levi (2016) revela que o resfriado e a gripe eram desconhecidos no campo, mas que se morria subitamente, por males que os médicos jamais tiveram oportunidade de estudar e conhecer. Outras doenças como as úlceras gástricas e as doenças mentais eram curadas.

No momento da libertação do campo de Buchenwald, foi necessário que primeiro se cuidasse da saúde dos poucos sobreviventes encontrados ali e também com a limpeza do campo. Os americanos cuidaram da alimentação e prestaram atendimento médico aos sobreviventes.

As condições eram deploráveis: o fedor da decomposição e doença tomava conta do ambiente. Cabanas foram criadas a fim de atender aqueles que necessitavam de primeiros socorros, até mesmo casos graves de desnutrição. Alguns em estado pré-comatoso, outros com feridas, graves esfolamentos e inchações, certamente provocados por chutes e pancadas (SCHOENBERNER, 1994).

A libertação dos campos

⁶ É um processo infeccioso da pele, que pode atingir a gordura do tecido celular causado por uma bactéria que se propaga pelos vasos linfáticos.

Os relatos sobre os últimos dias até a libertação total dos campos pelos aliados são estarrecedores. Os alemães, coagidos diante do avanço dos aliados, iniciaram as chamadas “marchas da morte”, onde deslocaram forçosamente os prisioneiros dos campos para outros locais dentro da própria Alemanha ou locais com maior resistência nazista.

Schoenberner (1994) discorre sobre como aconteceram essas marchas a partir de depoimentos e declarações de pessoas que vivenciaram tal situação. Em Mauthausen, o coronel-general da SS Pohl ordenou ao comandante Franz Ziereis que 6.000 mulheres e crianças deveriam ser postas em marcha para Bergen-Belsen. Elas já vinham sendo transportadas havia cerca de dez dias sem alimentação em vagões carvoeiros abertos, no inverno, em dezembro de 1944, sem qualquer previsão contra o frio.

Os judeus do canteiro de obras “sudeste” deveriam ser colocados em movimento, ou seja, em marcha. O destino era Mauthausen e as ordens partiam de Himmler: 60.000 judeus, apenas uma parte desses sobreviveu.

Após a ocupação do campo de Buchenwald pelos americanos, as tropas britânicas chegaram em Bergen-Belsen e encontraram ali 28.000 mulheres, 11.000 homens e 500 crianças. No entanto, não era somente a fome que dominava o campo, mas também o tifo.

Em julho de 1944, o campo de concentração de Majdanek foi libertado. No final de novembro, a SS explodiu os crematórios, destruiu as atas de campo e incendiou os imensos depósitos que guardavam os objetos das vítimas mortas por gás. A intenção era de não deixar rastros do horror que haviam provocado.

À medida que as tropas aliadas foram atacando a Alemanha, os campos do Leste foram evacuados. Os trens deslocavam-se de um campo para o outro na última semana de guerra: de Auschwitz para Buchenwald, de Buchenwald para Dachau, de Dachau para Belsen. Quando os vagões dos trens se abriam, quase sempre a cena que se via era a de um necrotério.

Daqueles que sobreviveram, muitos não tinham força para um novo começo, milhares de prisioneiros morriam nas primeiras semanas após a libertação – não havia nenhum tipo de tratamento para poder ajudá-los.

Alguns, ainda muitos fracos, poderiam ter sido salvos se não tivessem entre os cadáveres e não foram percebidos como vivos. Mais de um milhão pereceu por fome e epidemias, quase o mesmo tanto morreu sob as armas dos comandos de execução.

Em 15 de abril de 1945, tropas britânicas descobrem o campo de Bergen-Belsen, porém, era tarde demais. As imagens logo espalharam-se, mas elas em nada tinham relação com a destruição dos judeus. “Não era um campo de extermínio, nem sequer um campo de

concentração, mas um *krankenlager*, um suposto campo de doentes que eram deixados para morrer de fome e de frio” (SÉMELIN, 2009, p. 215).

De acordo com Schoenberner (1994), um major da SS, chamado Wilhelm Hoettl, informante e substituto de liderança de grupos da Divisão VI do Departamento de Segurança Nacional que esteve com Eichmann, cerca de 4 milhões de judeus foram mortos em diversos campos de extermínio e outros 2 milhões morreram de outra forma, a maioria fuzilada pelos Comandos de Tarefa da Polícia de Segurança.

Conforme o relato de Zdenka Vantlova:

Os cadáveres ficavam estendidos entre os vivos. Era difícil discernir quem estava morto e quem vivia. Éramos muito idênticos uns aos outros. Corpos esqueléticos, e nos aquela expressão enigmática e apavorada. Ninguém enterrava os mortos. Quem ainda respirava esperava o milagre em sua alma ainda acesa: uma faísca de esperança. Muitos, porém, sucumbiam, apesar de seu esforço para permanecerem vivos e, morriam em poucos dias, às vezes poucas horas antes da libertação (SCHOENBERNER, 1994, p. 271).

O peso dos prisioneiros era de 28 a 36 kg. A maioria tinha perdido entre 50, 60% de seu peso normal. Lengyel (2018) cita que as pessoas encolhiam de tamanho. Após o fim da guerra, aqueles que ocupavam cargos superiores não assumiram a culpa – diziam não saber de nada. No momento de sua libertação, Levi (2016) confessa que para ele não foi nem alegre nem despreocupado, pois era um contexto trágico de destruição, massacre e sofrimento. Ele e tantos outros voltavam a se sentir homens, mas retornavam também às angústias dos homens: a dor universal, a vida a ser recomeçada em meio às ruínas, a família dispersa ou perdida:

Ainda durante a guerra, começou-se a exumação das vítimas nos territórios libertados. Alguns meses mais tarde, as tropas aliadas, em sua marcha progressiva através da Polônia e Alemanha, esbarraram em grandes campos de concentração, onde um exército de seres vivos deformados por doenças e carências esperava a libertação. Frequentemente, os soldados aliados chegavam tarde demais. Muitos prisioneiros morreram nos últimos dias antes da libertação, muitos morreram poucas semanas após (SCHOENBERNER, 1994, p. 265).

Levi (2016) expõe que os historiadores do *Lager*⁷ observam que os casos de suicídio durante o cativeiro eram raros e apresenta algumas explicações para isso. Ele refere-se ao suicídio como algo próprio do homem e não do animal, e desta forma, trata-se de um ato meditado, uma escolha instintiva, que não é natural. Reforça que, no *Lager*, tinham poucas oportunidades de escolher e viviam como animais subjugados, que às vezes se deixavam morrer, mas não se matam. Outro ponto destacado pelo autor é que “havia mais no que se

⁷ Campo de concentração.

pensar”, como se fala comumente, o dia era bastante ocupado: pensavam primeiro em satisfazer a fome, em evitar de algum modo o cansaço e o frio, em escapar dos golpes, justamente pela constante iminiência da morte, eis porque faltava o tempo para concentrar-se nessa ideia. Para finalizar, o autor reforça o pensamento de que na maior parte dos casos o suicídio surge de um sentimento de culpa, estava relegado ao segundo plano, reaparecendo após a libertação. Em outros termos, não era preciso punir-se com o suicídio por uma culpa, seja ela verdadeira ou suposta, pois já se pagava com o sofrimento diário. Menciona que o objetivo último dos perpetradores era a desumanização dos adversários e questionou-se: até que ponto os nazistas lograram seu intuito?

A memória do campo

Testis em latim significa testemunha: aquele que se põe como terceiro em um processo, ou ainda, cabe um outro significado e talvez mais apropriado aqui, o *superstes* aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e, desse modo, pode, portanto, dar testemunho disso. Testemunhar se torna essencial, e o mais rapidamente possível, para que “façam alguma coisa”, para que se dê fim à carnificina. O depoimento da testemunha é capital para que se cesse o massacre enquanto for tempo.

Agamben (2008) discorre sobre a testemunha da *Shoah*, a qual ao relatar o que aconteceu com ela, estaria se vingando. Há, sobretudo, aqueles que preferiram se manter em silêncio. É passível de nota lembrar que as testemunhas são, sobretudo, sobreviventes:

Talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado. Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua. E é sobre a natureza deste não-testemunhado sobre a não-língua que é preciso interrogar-se (AGAMBEN, 2008, p. 47).

Para as vítimas, o trauma produz um lapso ou ruptura na memória que interrompe a continuidade com o passado. “A história não pode ser confundida com o testemunho, tampouco a ação pode se confundir ou limitar-se ao testemunho (LACAPRA, 2009, p. 26).

Primo Levi afirmava não se sentir um escritor, mas tornou-se um para testemunhar o que tinha vivido. Ele sentia-se culpado por ter sobrevivido, mas não por ter testemunhado. A vergonha de se estar vivo no lugar de outro. Era impossível para ele evitar essa sensação, repassava suas lembranças esperando encontrar algo e em nenhuma delas algo que se tenha mascarado ou travestido, não via transgressões evidentes, não tinha espancado ninguém, não aceitou encargos, não roubou o pão de ninguém (LEVI, 2016).

Para ele o *Lager* foi como uma universidade, o ensinou a olhar ao redor e a medir os homens (LEVI, 2016).

O manuscrito *É isto um homem?* de Primo Levi foi encaminhado à editora em 1946 e rejeitado. Somente anos depois foi publicado por uma editora menor com apenas 2.500 exemplares. Na Grã-Bretanha, só seria publicado em 1959 e na França só após sua morte e a partir de então teve sua importância reconhecida.

Os diários de Anne Frank foi o livro de bolso mais vendido na Alemanha com mais de 700.000 exemplares vendidos até 1960. Na década de 1970, a série estadunidense *Holocausto*, dirigida por Marvin Chomsky, coincidiu com o julgamento de ex-guardas do campo de extermínio de Majdanek, o impacto foi enorme. A transmissão serviu para lembrar aos telespectadores de que o assunto não havia se esgotado (JUDT, 2008).

LaCapra (2009) atesta que a memória é uma fonte fundamental para a História e, apesar de sua relação complicada com as fontes documentais, ela pode ser informativa, não em termos de uma representação empírica exata de um objeto, mas de uma assimilação de um objeto pelos participantes do acontecimento ou daqueles que nasceram depois.

As recordações dos sobreviventes, em geral, começam com eles escrevendo sobre o choque da realidade concentracionária que coincide com a agressão. Levi (2016) ressalta que cada um viveu o *Lager* à sua maneira.

Jean Améry não se considerava judeu, não conhecia hebraico e nem a cultura hebraica. Religiosamente era agnóstico, mas isso não o poupou de em 1943 cair nas mãos da Gestapo. Ele esteve em várias prisões nazistas e depois de Auschwitz vai para Buchenwald e Bergen-Belsen. Porém, suas lembranças se limitam a Auschwitz. “Ser um intelectual em Auschwitz era uma vantagem ou uma desvantagem?” (LEVI, 2016, p. 106). Ele iria sofrer por conta da mutilação da linguagem, porque era de língua alemã, era um filólogo e amante de sua língua.:

Assim, o sofrimento do intelectual era diferente, neste caso, daquele do estrangeiro inculto: para este, o alemão do *Lager* era uma linguagem que ele não compreendia, com risco de sua vida, para aquele, era um jargão bárbaro, que ele esfolava a boca se tentava falá-lo. Um era deportado, outro, um estrangeiro na pátria (LEVI, 2016, p. 109).

Levi (2016) enfatiza que os traumas deixados pela experiência no campo não eram apenas os cerebrais e que estes causavam danos irreversíveis. Améry se suicidou em 1978:

“Quando se é livre – escreveu Améry, pensando em Heidegger – é possível pensar na morte sem forçosamente pensar no morrer, sem estar angustiado pelo morrer”. Isso seria impossível no campo e não porque o pensamento sobre os modos de morrer tornasse supérfluo o pensamento sobre a morte como tal. E sim porque o pensamento da morte foi materialmente realizado, onde a morte “era trivial, burocrática e cotidiana”, tanto a morte como o

morrer, tanto o morrer como os seus modos, tanto a morte como a fabricação de cadáveres se tornam indiscerníveis (LEVI, 2016, p. 80)

Olga Lengyel morava na cidade de Cluj, capital da Transilvânia, na Romênia, com o marido, os pais e o padrinho. O marido era médico e ela também havia estudado medicina. Até 1943, soube das atrocidades cometidas nos campos de concentração, mas julgava estar longe de tais acontecimentos.

Em 1944, seu marido foi chamado à delegacia para um interrogatório da SS, depois foi enviado para a Alemanha. A princípio ela achava que, como médico, ele iria suprir a falta de profissionais no país devido à guerra, porém, o pior ainda a aguardava.

Diante da prisão do marido e sua ida forçada à Alemanha, Olga não relutou em acompanhá-lo. Carregou consigo alguns de seus pertences, mas também aqueles que lhe seriam os mais valiosos: seus pais e os filhos. Todos embarcaram em direção à Alemanha. Já no trem, a calamitosa situação em que foram colocados todos os passageiros lhe revelou que aquela viagem seria um pesadelo interminável.

Olga só se deu conta da gravidade de sua situação e da de sua família quando o trem chegou finalmente no campo. Em seu livro, *Os fornos de Hitler (2018)* que trata de sua experiência no campo de Auschwitz-Birkenau, ela expõe com riqueza de detalhes como era o tratamento no campo e seu funcionamento.

O *Lager* ocupava um amplo espaço entre 9 e 12 quilômetros, cercado por postes de cimentos, de 3 a 4 metros de altura e cerca de 40 centímetros de diâmetro. Estavam dispostos em intervalos de 3 metros e meio, ligados por uma rede dupla de arame farpado. Em cada poste havia uma lâmpada, um enorme olho brilhante, voltado para os prisioneiros, que nunca se apagava. Dentro do espaço imenso, havia muitos campos, cada um designado por uma letra.

É preciso explicar que havia diferenças entre Birkenau e Auschwitz, nomes infames e uma mancha na história da humanidade. A ferrovia separava um campo do outro. Quando os selecionadores separavam os deportados na plataforma da estação para “direita” ou “esquerda”, mandavam-nos para Birkenau ou Auschwitz. Auschwitz era um campo de escravos. Por pior que fosse a vida lá, era melhor que em Birkenau. Porque Birkenau era, sem dúvida, um campo de extermínio, e isso nunca foi mencionado em relatórios. Fazia parte da colossal culpa dos governantes alemães e raramente era citado, nem sua existência era sequer admitida, até que as tropas aliadas de libertação expuseram o segredo ao mundo (LENGYEL, 2018, p. 42)

Depois de 1941 foram postos em funcionamento 4 fornos crematórios.

Lengyel (2018) cita que, no começo, judeus e não judeus eram igualmente mandados para os crematórios, sem distinção. Ela ainda reforça que os judeus e os russos eram tratados

com crueldade e que isso era um pouco amortecido com criminosos comuns, prisioneiros alemães, presos políticos que eram beneficiados com alguns privilégios.

Depois de junho de 1943, as câmaras de gás e os fornos crematórios eram reservados somente para judeus e ciganos. Ela comenta que eram quatro unidades de crematórios em Birkenau, dessas, duas eram enormes e consumiam um número muito grande de corpos. As outras duas menores eram compostas por um saguão e uma câmara de gás. A capacidade de cada forno era tão grande que em cada um, com suas 120 bocas, podiam ser colocados três cadáveres por vez, ou seja, 360 cadáveres poderiam ser queimados por operação.

“Trezentos e sessenta cadáveres a cada meia hora, que era o tempo necessário para reduzir a carne humana a cinzas, perfaziam 720 por hora, ou 17.280 cadáveres a cada turno de 24 horas. E os fornos, com assassina eficiência, funcionavam dia e noite” (LENGYEL, 2018, p. 104).

As valas da morte também constituíam outra estratégia para eliminação dos cadáveres dos prisioneiros. Na verdade, eram trincheiras com cerca de 60 metros de comprimento por 4 metros de largura. Lengyel (2018) as descreve com capacidade para 8 mil mortos por dia, cerca de 24 mil pessoas eram mortas diariamente.

Nas câmaras de gás, após as portas se abrirem, Lengyel (2018) comenta que o sofrimento era visível:

Os condenados tentavam rastejar uns sobre os outros. Durante a agonia, alguns cravavam as unhas na carne de seus companheiros. Como regra geral, os cadáveres estavam tão comprimidos e enredados que era impossível separá-los. Os técnicos alemães inventavam varas com ganchos que eram cravados na carne dos cadáveres para puxá-los (LENGYEL, 2018, p. 113).

Diante da atrocidade da *Shoah* petrificada nos *Lager* é impossível não se indignar com sua amplitude destrutiva, alicerçada sobre um Estado que legitimava a violência e sistematiza o assassinio: segregando para depois aniquilá-lo. Como pensar aquela esclarecida tão disposta a matar? Seligmann-Silva nos inquieta:

Onde estava a fronteira entre o genocídio, câmaras de gás matando até 24 mil pessoas por dia, depois cremadas em fornos crematórios, e, de outra parte, as tramas do cotidiano, pessoas trabalhando, passeando, vivendo em suas casas? Esta fronteira nunca existiu; a vida normal (de um mundo em guerra) continuava fora do campo, enquanto dentro do campo o genocídio era operado sob uma terrível aparência de “normalidade” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 129).

Considerações finais

Com a experiência do *lager*, há a necessidade de se compreender o que houve nesses espaços de extermínio através daqueles que sobreviveram a esse genocídio. Para além de buscar por análises racionais, é importante deixar falar aqueles que testemunharam fatos sem precedentes na história e com isso, tomarmos como exemplo em nossos tempos para que ele não mais se repita.

Auschwitz se caracteriza como um evento tão singular e sem precedentes na história da humanidade que Habermas enfatiza que este mudou as bases para a continuidade das condições de vida na história (SELIGMANN-SILVA, 2000).

Cytrynowicz (2003), salienta que o papel do historiador em relação à memória da *Shoah* é o de recuperar as memórias e os fragmentos individuais e torná-los compreensíveis, não cabe a este apenas um papel descritivo dos fatos e contextos. É preciso valorizar os testemunhos dos sobreviventes, pois são eles que testemunharam fatos impossíveis de comparação na História. A *Shoah* é, sem dúvida, um evento singular. Neste caso, ele afirma que a literatura é o testemunho de sua própria possibilidade de sobrevivência e ainda ressalta que:

A história deve resgatar as histórias de vida, as dores e as intensidades subjetivas, deve também problematizar a memória, sem jamais recusar a aproximação com a mais (aparentemente) incompreensível de destruição. É preciso que cada documento da barbárie seja recuperado, estudado, criticado, entendido, conservado, arquivado, publicado e exposto, de forma a tornar a história uma forma presente de resistência e de registro digno dos mortos, muitos sem nome conhecido e sem túmulo. (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 137)

Aquele que testemunha é o mesmo que sobreviveu à morte, é importante que se compreenda que a arte da memória, assim como a literatura de testemunho, é uma arte da leitura de cicatrizes. A memória só existe ao lado do esquecimento: um complementa e alimenta o outro, um é o fundo sobre o qual o outro se inscreve.

Dessa forma, recorrer às memórias daqueles que tiveram a experiência concentracionária é também poder compartilhar a história vivida nesses espaços e alertar ao perigo ao qual estamos submetidos com governos autoritários no poder para evitar que episódios como esses não mais se repitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

- ARENDDT, Hannah. *Os campos de concentração*. Cad. Líng. Lit. Hebr., São Paulo, n. 15, p. 280-305, 2017.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Holocausto – crime contra a humanidade*. São Paulo: Ática, 2010.
- CYTRYNOWICZ, R. *O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do holocausto*. In: História, Memória, Literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- FRIEDLÄNDER, S. *The years of extermination*. New York: Harper Collins Publishers, 2006.
- HEIDEGGER, M. *Bremer und Freiburger Vorträge*. Frankfurt a. M., Klostermann, 1994. GA, v. 79.
- HILBERG, Raul. *La destruction des juifs d'Europe*. In: SÉMELIN, Jacques. Purificar e destruir: Usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- JUDT, T. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.
- KERSHAW, I. *O fim do Terceiro Reich*. A destruição da Alemanha de Hitler, 1944-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- LENGYEL, Olga. *Os fornos de Hitler*. São Paulo: Crítica, 2018.
- LEVI, Primo. *Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- MANN, Michael. *The Dark Side of Democracy*. Explaining Ethnic Cleansing. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- MANN, T. *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler (1940-1945)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SCHOENBERNER, Gerhard. *A estrela amarela: a perseguição aos judeus na Europa 1933-1945*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SÉMELIN, Jacques. *Purificar e destruir: Usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

EL ESTADO NOVO SALAZARISTA, SU APARATO DE PROPAGANDA Y EL APOYO A LA INSTAURACIÓN DE LA DICTADURA FRANQUISTA EN ESPAÑA

Alberto Pena-Rodríguez

1. INTRODUCCIÓN

El Estado Novo de Oliveira Salazar se fundó oficialmente el 11 de abril de 1933, cuando entra en vigor su Constitución Política, diseñada por el catedrático de derecho de la Universidad de Coimbra António de Oliveira Salazar, que se inspira en otros modelos autoritarios europeos de matriz corporativo y fascista con el objetivo de crear un régimen que aporte estabilidad a Portugal tras el golpe militar del 28 de mayo de 1926 (TORGAL; PAULO, 2008; COSTA PINTO, 2003; ANTUNES, 2004). La primera República portuguesa, nacida el 5 de octubre de 1910, había estado inmersa en una profunda división política que provocó una gran inestabilidad y, desde su instauración hasta el golpe militar, se sucedieron hasta 46 gobiernos diferentes, lo que derivó en una crisis galopante que, en cierto modo, legitimó a los militares para intervenir. La situación económica era tan grave que el ejército en el poder se vio obligado a recurrir a tecnócratas de prestigio, como Salazar, para solucionar la desastrosa situación del sistema productivo (RHI, 1994, 1995). Pero Salazar exigió cada vez más poderes para poder “salvar” el país aplicando una profunda renovación nacional. Con astucia e inteligencia política, Salazar fue alcanzando, poco a poco, nuevas cotas de poder desde que llegó al gobierno en 1928 como ministro de Finanzas hasta convertirse en un líder popular para los portugueses: un hombre del pueblo que quería cambiar Portugal y renovar la mentalidad y el espíritu de los portugueses con un exacerbado sentido patriótico basado en la tríada ideológica “Deus, Pátria e Família” (TORGAL, 2009; CASTRO BRANDÃO, 2008; ROSAS; BRITO, 1996).

A través de una operación de ingeniería social, Salazar pretendía modificar la manera de pensar y de ser de la sociedad portuguesa recuperando su “verdadera” esencia, basada en una fuerte socialización de carácter tradicionalista a través de las estructuras corporativas del Estado Novo y en un modelo de integración social sometido al molde ideológico del régimen (ROSAS, 1996). En este contexto, la identificación de la sociedad con el nuevo modelo político y su líder requerían de instituciones fuertes legitimadas por un prestigio alimentado por intensas campañas de propaganda. Para ello, se creó el Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que fue un instrumento fundamental para la articulación, el desarrollo y la

proyección de las nuevas ideas salazaristas, tanto en una dimensión cultural como estrictamente política, a través de un rígido control de la comunicación pública por medio de los servicios de censura del régimen (RAMOS DE Ó, 1999; PAULO, 1994; ADINOLFI, 2007).

Este trabajo, que se basa en fuentes documentales originales de archivos españoles y portugueses, así como también en otras de carácter hemerográfico, pretende demostrar la eficaz planificación y coordinación en las políticas salazaristas de control de la opinión pública, gracias a un excepcional grado de compenetración entre el gabinete del propio dictador, las estructuras de propaganda y el aparato represor de la censura, cuyas tareas estaban asignadas a diferentes organizaciones corporativas del régimen, como la União Nacional o el Ministerio do Interior. Asimismo, se intenta demostrar que las actividades propagandísticas del SPN, realizadas en concordancia con la aplicación de una sistemática censura política, cultural y periodística, contribuyeron decisivamente a la consolidación del Estado Novo en los años treinta y, posteriormente, favorecieron la instauración del franquismo en España.

2. EL SPN, EL ESTADO NOVO Y LA “POLÍTICA DO ESPÍRITO”

El Secretariado de Propaganda Nacional fue fundado bajo la dirección de António Ferro⁸ y la supervisión de Salazar el 25 de septiembre de 1933 (PENA-RODRÍGUEZ;

⁸ António Ferro (1895-1957) tuvo una trayectoria intelectual muy singular. Desde muy temprana edad, manifestó sus dotes literarias y su debilidad por el periodismo; se vinculó al movimiento modernista portugués; fue editor de la revista modernista *Orpheu* (1915) y publicó, en esta primera etapa, varias obras, como *Misal de Trovas* (1912) o *Cartas do Marinho* (1919), que era una colección de sus crónicas publicadas en *O Século*. Después de una estancia en Angola como miliciano, vuelve a Portugal con una disposición más participativa en la vida política, haciendo una defensa del nacionalismo y a favor de la intervención del Estado en la cultura. En 1921, dirige la revista *Ilustração Portuguesa*, donde queda patente su carácter nacionalista. En 1922 se establece en Brasil, desde donde trabaja como crítico teatral del *Diário de Lisboa* y escribe su obra teatral *Mar Alto*. A su vuelta, en 1924, hace sonadas entrevistas a dictadores, militares e intelectuales nacionalistas europeos para *O Século* y el *Diário de Notícias*, entre ellos, Mussolini, Miguel Primo de Rivera, el general Pétain, Gabriel d'Annunzio, o Clemenceau, que fueron recogidas en su libro *Viagen à volta das Ditaduras*. Su obra política se vería ampliada con *Prefácio à República Espanhola* (1933), en la que pretende hacer una radiografía de la vida pública española mediante la descripción de algunos de sus ilustres personajes, como Marcelino Domingo, José Ortega y Gasset, Indalecio Prieto o Miguel de Unamuno. Entonces Ferro ya se sentía identificado con el proyecto salazarista y, en 1932, publica una serie de entrevistas a Salazar en el *Diário de Notícias* recogidas en *Salazar. O Homem e a sua obra* (1933), que alcanzó numerosas ediciones en varios idiomas. En 1933, Ferro es llamado para dirigir el Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), a través del que pone en práctica su proyecto intervencionista en el arte y la cultura portuguesa. En 1935, desde el SPN, crea el Cinema Popular Ambulante y, poco después, el Teatro do Povo. Fue director del SPN entre 1933 y 1945, y del Secretariado Nacional de Informação (refundación del SPN) desde entonces hasta 1950. Otras de sus obras: *A Fe e o Império* (1935), *Homens e Multidões* (1938) y *A política do espirito e os prémios literários do SPN* (1935). Sobre António Ferro véanse: PAULO apud ROSAS; BRITO, 1996, p. 355-357; LEAL, 1994; HENRIQUES, 1990; CASTRO, 1988; OLIVEIRA, 1980; RAMOS DE Ó, 1999.

PAULO, 2016; PENA-RODRÍGUEZ, 2021). Su objetivo era el de “iluminar” al mundo sobre el “caso portugués”, según la expresión del propio director (FERRO, 1943a, p. 16). Era un arma esencial de la política salazarista, “(...) *tanto mais que muitos portugueses sofrem o complexo de inferioridade de só acreditarem que fizeram alguma coisa quando os estrangeiros lho repetem, quando se sentem envaidecidos com os seus elogios (...)*” (cursiva en el original), decía Ferro (1943a, p. 16). El SPN jugó un papel primordial en la construcción retórica del Estado Novo (ADINOLFI, 2007, p. 147-150). Su misión fundamental era proteger al gobierno de la dictadura de las campañas de propaganda contrarias a su política y difundir su propia visión de la realidad para captar adeptos para su causa, así como popularizar los principios ideológicos sobre los que asentaba el nuevo Estado portugués, dentro de un proceso de renovación moral que el régimen denominó “política do espírito” (PAULO, 1994, p. 73-137). El SPN trataba de que los portugueses ganasen confianza en sí mismos y tuviesen orgullo de la obra del Estado Novo, de lo “nacional”, dentro de ese proceso de transformación espiritual, para cuyo cumplimiento se precisaba ejercer un control férreo sobre la opinión pública, partiendo de la divisa salazarista, inspiradora de la estrategia de propaganda del régimen, que decía: “Não pode haver liberdade contra a verdade, não pode haver liberdade contra o interesse comum” (MATOS, 2010a, 2010b).

El SPN dependía directamente de la Presidência do Conselho (AOS/ANTT, 1933, CO/PC-19),⁹ es decir: de Salazar, como ocurrió también con la Emissora Nacional (EN) y la Direcção dos Serviços de Censura desde mayo de 1936 (AOS/ANTT, 1936). Además del patrocinio de diversos actos, premios o actividades de propaganda con un fuerte carácter nacionalista, el SPN consiguió en poco tiempo que la prensa modificase sustancialmente su línea editorial. A partir del segundo año de su creación, cada vez eran menos las publicaciones que se atrevían a desafiar al gobierno salazarista con una posición crítica (AOS/ANTT, CO/PC-12, 1933a).

Para hacerse una idea del cambio que produjo el Secretariado de Propaganda Nacional en el panorama periodístico portugués, en un solo año, entre diciembre de 1933 y el mismo mes de 1934, se había aumentado en un 20% el porcentaje de periódicos provinciales favorables al Estado Novo (AOS/ANTT, CO/PC-12, 1933b). Su estructura orgánica, por otra

⁹ Acrónimos de las fuentes documentales utilizadas: Archivo General de la Administración, Alcalá de Henares (AGA); Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa (ANTT); Arquivo Oliveira Salazar, Lisboa (AOS); Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid (AMAE); Arquivo Histórico Diplomático del Ministerio dos Negócios Estrangeiros, Lisboa (AHD/MNE); Arquivo do Ministério do Interior-Gabinete do Ministro, Lisboa, (AMI-GM); Archivo Rafael Heras (Fundación Largo Caballero) (ARH/FLC).

parte, estaba perfectamente definida (AOS/ANTT, 1933c). Según el Decreto-ley nº 115 del 23 de noviembre de 1935 de reforma del Secretariado de Propaganda Nacional, los servicios del organismo se dividen en tres: Serviços Centrais, Serviços de Informação e Imprensa y Serviços Exteriores. La primera sección, según se hizo constar e en el artículo 2 del decreto-ley, tenía como competencias principales la expedición de correspondencia, el control de la contabilidad y la tesorería, la tramitación de documentación interna y el control del régimen y trabajos de los funcionarios. La segunda sección tenía como misión regular las relaciones de la prensa con los poderes del Estado, supervisar las informaciones, conferencias o discursos que se transmitían por las emisoras radiofónicas, orientar y dirigir todas las acciones propagandísticas del gobierno nacional o internacionalmente, en colaboración con todos los organismos portugueses de propaganda existentes en el extranjero (particularmente las Casas de Portugal), editar y fomentar la edición de publicaciones sobre los logros del Estado Novo, “(...) combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no país de quaisquer ideas perturbadoras e dissolventes da unidade nacional” (parágrafo “g”), estimular la participación de los intelectuales en la política de propaganda nacional y difundir mundialmente la acción civilizadora de Portugal en sus colonias. En cuanto a los Serviços Exteriores, tenía como funciones la organización de propaganda a través del cine y el teatro, la producción de películas, la organización de manifestaciones nacionales, fiestas públicas y espectáculos, así como conferencias en centros de prestigio nacionales o extranjeros y establecer el intercambio de periodistas y escritores de renombre. Cada sección estaba dirigida por un jefe de servicio y el personal auxiliar era seleccionado directamente por el director. Todos los empleados del SPN tenían entrada libre en los espectáculos o reuniones públicas de cualquier naturaleza, así como en los estudios de las emisoras. Los teatros y cines, además, tenían la obligación de reservar un lugar de primera fila para un funcionario del organismo. Al mismo tiempo, las salas cinematográficas estaban obligadas a proyectar determinadas películas producidas por el SPN y las estaciones radiofónicas debían difundir los comunicados que le fuesen enviados (AOS/ANTT, 1933c).¹⁰

El SPN poseía un equipo de redactores,¹¹ dentro de los llamados Serviços de

¹⁰ Decreto-ley nº 115 del 23 de noviembre de 1935 de reforma del Secretariado de Propaganda Nacional.

¹¹ El equipo de redactores estaba dirigido por António Ferro y el subdirector era António Eça de Queiroz, que se encargaban, además, de los Serviços Exteriores. El Jefe de los Serviços Internos y de los Serviços de Informação e Imprensa era Artur Maciel y el de los Serviços Internos José Alvellos. Los empleados que trabajaban para el Secretariado de Propaganda Nacional eran varias decenas, aunque muchos tenían contratos de colaboración. En diciembre de 1936, formaban parte del equipo de redactores los siguientes: Jaime de Carvalho, Augusto Ferreira Gomes, Américo de Figueirêdo, Guilherme Pereira de Carvalho, Horácio de Castro Guimarães, Casimiro Afonso Alves, Armando Borges de Aguiar, Manuel Nunes Félix Ribeiro, António Ferreira, Alberto

Informação e Imprensa, que se ocupaban de *fabricar* noticias e informaciones diversas que enviaban a los periódicos para su publicación mediante pago o imposición (A VOZ, 1937, p. 1-6). Sobre las funciones de los redactores-periodistas en este departamento, el decreto sobre el funcionamiento del SPN decía lo siguiente:

(...) (Cada redactor del SPN) tomará a seu cargo os jornais que lhe forem indicados e, independentemente do estabelecimento de directrizes e informações de carácter geral, fornecerão artigos, sueltos e noticias que a sua observação lhes mostrar convenientes para elevar o valor político dêsses jornais (...) (AOS/ANTT, 1934).

Si los periódicos no se avenían a publicar las informaciones enviadas o adoptaban una postura contraria a la situación, se ponían en marcha otros procedimientos más expeditivos a través de la Direcção Geral da Censura, al que los periodistas estaban obligados a remitir (mediante un informe) las explicaciones que se estimasen oportunas, o bien se empleaban los mecanismos más convencionales arbitrados por el Ministério de Justiça (AOS/ANTT, 1934).

Con el conocimiento directo de Salazar, el organismo encargado de la censura y el SPN establecieron, a partir de junio de 1935, un “serviço directo de informações”, por medio del cual ambas instituciones se intercambiaban sus boletines internos y otros datos de interés para desarrollar más eficazmente sus tareas respectivas, que de este modo, se hicieron complementarias (AOS/ANTT, 1935a). También con la aprobación de Salazar, el aparato de propaganda del Estado Novo pasó a enviar a la Direcção Geral da Censura (vinculada al Ministerio do Interior) su *Boletim da Imprensa*, donde se recogían las tendencias editoriales de los periódicos nacionales, de provincia y los isleños, así como una circular especial periódica con informaciones confidenciales relacionadas con la “formação mental” de los periodistas de cada medio (AOS/ANTT, 1935a).

Los Serviços de Censura, por su parte, remitían al SPN sus boletines semanales sobre los cortes realizados para registrar y actuar en consecuencia sobre las actitudes opositoras de la prensa (AOS/ANTT, 1935a). Este trabajo coordinado se extendió también al partido único del régimen, la União Nacional, que, por orden de Salazar, estableció una “íntima colaboração” con el organismo encabezado por António Ferro (AOS/ANTT, 1935b). Esto afectó especialmente al órgano del partido, el *Diário da Manhã*, que quedaba bajo la supervisión del Secretariado de Propaganda Nacional (AOS/ANTT, 1935b), y cuyo lema

Eça de Queiroz, António Stubbs de Lacerda, Gastão Faria de Bettencourt, Joaquim Marques Martinho, Manuel Falcón, Francisco Xavier de Avillez, Lobo de Almeida Melo de Castro, Alberto Quintáns de Abreu, José Marques Rodrigues, entre otros (AOS/ANTT, 1936b).

oficial, que figuraba bajo su cabecera en cada ejemplar del periódico, era una de las frases más celebradas de Salazar: “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. Para garantizar el éxito de estos objetivos propagandísticos se habilitaron importantes partidas económicas. El presupuesto anual establecido por el Ministério do Interior para 1936, por ejemplo, ascendía a la importante cantidad de 1.800.000 escudos, repartidos de la siguiente manera: *Diário da Manhã*, 912.000; Serviços de Censura, 465.000; União Nacional, 360.000; Gabinete del ministro, 60.000 y Liga 28 de Maio (que era una especie de consejo para velar por los principios ideológicos que inspiraron el golpe militar del 28 de mayo de 1926), 24.000. Para imprevistos, se destinaron, además, 38.400 escudos (AOS/ANTT, CO/IN-6, 1936a).

El SPN no escatimó subvenciones a los periódicos que convenía financiar, incluidos los extranjeros. En octubre de 1936, el *Daily Telegraph* recibió un montante de 33.104 escudos por la publicación de 4 páginas dedicadas al Estado Novo (AOS/ANTT, CO/IN-6, 1936b). En Portugal, en junio de 1937, por poner un ejemplo, las publicaciones subvencionadas fueron: *A Verdade* (8000 escudos), *A Voz* (5000), *Defesa Nacional* (3500), *Diário de Coimbra* (1500), *O Setubalense* (1000), *Correio do Sul* (300) y *Beira Dão* (200) (AOS/ANTT, CO/IN-6, 1936c). Pero también percibían regularmente subvenciones del SPN, *Acção* (*Semanário português para portugueses*), *Acção Nacional*, *Era Nova*, *O Mundo Português*, *Estado Novo*, entre otros (AOS/ANTT, CO/IN-6, 1936c).

Asimismo, se estimuló muy especialmente las relaciones con el Centro de Imprensa Estangeira em Portugal (CIP), del que eran socios la mayoría de los corresponsales de los medios de comunicación extranjeros y cuyo consejo directivo estaba formado en 1937 por Marcel Dany, Wilhem Berner, Leo Negrelli, Carlos Cília, Rita Silbermann y el español Luis Falcón (*O SÉCULO*, 1937, p. 2). Los miembros del CIP mantenían reuniones periódicas con el SPN para tratar algunos aspectos de la información publicada por la prensa mundial sobre Portugal (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 1937, p. 3; 1938, p. 1-4).

Desde su creación hasta 1940, el Secretariado de Propaganda Nacional dispuso de un presupuesto medio anual de 2 millones de escudos (AOS/CO/PC-19, 1939). Pero hubo meses en los que el gasto se disparó como consecuencia directa de la guerra civil española, debido a las campañas a favor del franquismo en Portugal. Sólo en agosto de 1936, el gasto total fue de 525.336 escudos (AOS/CO/PC-19, 1939). En el desglose de los gastos del SPN en el mes citado, se incluyen los pagos a numerosos periodistas¹² que pertenecían a las plantillas de

¹² Entre otros, podemos citar a los siguientes: Óscar Paxeco, Carlos Cília, Luiz Forjaz Trigueiros, Joaquim Múrias de Freitas, Vasco Mendonça Alves, Pedro Correia Marques, Augusto da Costa, Jorge de Faria, Fernando

varios periódicos o que colaboraban en la elaboración de artículos de carácter anti-comunista para publicar en determinadas cabeceras.¹³

El aparato de propaganda del Estado Novo se completó con la creación de la Emissora Nacional, que estaba también subordinada al control ideológico del SPN y cuyas emisiones se regularizaron a partir de agosto de 1935. El propio Salazar fue el encargado de apadrinar e inaugurar la estación radiofónica estatal el 9 de diciembre de 1934. Desde la sede de la União Nacional en Lisboa, el dictador luso profirió su primer discurso radiofónico en directo. Aunque, ya desde abril de 1934, la EN hacía emisiones experimentales.¹⁴ Las emisiones regulares de la EN, sin embargo, no comenzaron hasta el primero de agosto de 1935, bajo la administración del Ministério de Obras Públicas e Comunicações y la dirección de Henrique Galvão. En sus primeros años, la potencia de la EN no sobrepasaba los 5 Kw de potencia; en 1939, sin embargo, ya alcanzaba los 20 Kw., que le permitía realizar transmisiones intercontinentales de gran calidad. Su sede principal estaba en la calle de Queluz, en un edificio con unas dignas instalaciones que disponían de un auditorio para orquestas y también una unidad móvil. Fue una de las radios europeas pioneras en la instalación del control de sonido automático, con tres mesas que facilitaban la realización de tres programas distintos al mismo tiempo. Su organización interna estaba controlada por una comisión administrativa, presidida por su director, Henrique Galvão (RADIO NACIONAL, 1939, p. 5).

El SPN, además de ejercer un control directo sobre la prensa y la radio, puso en marcha la producción de decenas de documentales sobre el Estado Novo (MATOS-CRUZ, 1989), a partir de 1938 encuadrados dentro del *Jornal Português* (PIÇARRA, 2006) (una especie de NO-DO que recogía en formato informativo los principales acontecimientos del mes), así como el largometraje *A Revolução de Maio* (1937) (PENA-RODRIGUEZ, 2009),

Campos, Mário Barros, António da Fonseca, Abranches Martins, Casimiro Afonso Alves, Carlos Rates, Armando de Aguiar, António Dória, Tomé Vieira, Artur de Melo e Niza, Fernando Costa, Zuzarte de Mendonça, Freitas da Costa, Domingos Mascarenhas, Marinho da Silva, Manuel Araujo, Alfredo Pimenta, João Ameal, Aldolfo Muller, Samuel Maia y Rodrigues Cavalheiro.

¹³ Los títulos de algunos de los artículos de propaganda anti-comunista enviados a la prensa portuguesa en agosto de 1937 son los siguientes: “A verdadeira verdade” (sobre las mentiras del periódico soviético “Izvestia”), “O Komitern em acção” (sobre los elogios de que es objeto el pabellón portugués en París y las críticas al ruso, junto con un cronología de revueltas comunistas en el mundo), “Com a bôca na botija” (sobre la corrupción de la burocracia rusa), “Tudo sob as ordens de Moscovo” (sobre el imperialismo de las teorías leninistas), “A miséria na URSS” (sobre el hambre del pueblo ruso, con testimonio de un periodista alemán), “Organização comunista” (sobre la desorganización profesional), “Moscovo tem sempre razão” (sobre las mentiras de la propaganda soviética), “A “felicidade” dos camponeses russos” (sobre la explotación de los agricultores rusos) (AOS/ANTT, 1939).

¹⁴ Véanse las siguientes fuentes: *Radio Nacional*, 09/04/1939, p. 5; *Radio Nacional*, 28/05/1939, p. 10-13; ABREU, 1995, p. 48; MAIA, 1995, p. 100-106; TAVARES, 1938; FERRO, 1943.

que se convirtió en una especie de testamento audiovisual del Estado Novo salazarista (PAULO, 1994, p. 112). Asimismo, otras creaciones del SPN, como el Cinema Popular Ambulante, el Teatro do Povo, los Prémios Literários (PINTO, 2008), o el patrocinio de publicaciones periódicas, libros y folletos de carácter nacionalista, específicamente salazaristas o en defensa de la dictadura, como *O Decálogo do Estado Novo*, sirvieron para orquestar eficazmente el discurso político del régimen (PINTO, 2008, p. 81-88).

El Teatro do Povo realizó una importante labor propagandística en los veranos de 1936 y 1937. Inaugurado en el Jardim da Estrêla de Lisboa el 15 de julio de 1936, el Teatro do Povo se dedicó a representar obras de contenido político que hacían apología del régimen (AOS/ANTT, 1936).¹⁵ Las actuaciones se realizaban siempre en las plazas públicas o en grandes recintos abiertos a todo tipo de público (AOS/ANTT, 1936).¹⁶ En 1937 comenzó sus actividades por todo el país; sus actuaciones se iniciaron el 20 de junio en Alcobaça y se prolongaron hasta el 29 de septiembre, con la última representación en Castelo Branco.¹⁷ Su actividad se concentró, sobre todo, en las zonas más rurales y fronterizas del país y, según el informe realizado por António Ferro para Salazar, se representaron obras especiales para el público infantil. Los cálculos del director del SPN cifraban en más de cien mil personas la asistencia a los 70 espectáculos programados (AOS/ANTT, 1936).

3. EL SALAZARISMO, LA CENSURA Y EL CONTROL DE LA PRENSA

Salazar se sirvió de la censura para controlar a la sociedad portuguesa y manipular su manera de interpretar el mundo.¹⁸ Se trataba de distorsionar la visión de la realidad a partir de

¹⁵ AOS/ANTT, CO/PC-12D, carpeta nº 7, 2ª subdivisión. Informe nº 1040 sobre el Teatro do Povo de António Ferro a Oliveira Salazar, 10/12/1936.

¹⁶ AOS/ANTT, CO/PC-12D, carpeta nº 7, 2ª subdivisión, hojas nº 169 y 170. La primera gira recorrió los siguientes pueblos y ciudades: Lisboa, Santarem, Rio Maior, Torres Novas, Abrantes, Castelo de Vide, Alter do Chão, Monforte, Arronches, Campo Maior, Elvas, Santa Eulália, Vila Boim, Borba, Vila Viçosa, Setúbal, Almada, Montijo y Barreiro.

¹⁷ La lista completa de las poblaciones por las que pasó en 1937 el Teatro do Povo es la siguiente: São João da Madeira, Braga, Chaves, Bragança, Macedo, Vinhais, Vimioso, Alfândega da Fé, Mesão Frio, Godim, Jales, Vidago, Valpaços, Venda Nova-Borralha, Fafê, Famalicão, Trofa, Paços Brandão, Vista Alegre, Oliveira de Frades, Tondela, São João de Areias, Nelas, São Romão, Folgoso, Santa Eufémia, Lamego, Régua, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Méda, y Covilha. Cf.: Idem. Informe nº 809-E de António Ferro para Oliveira Salazar, 31/12/1937. Para ver más gráficamente la distribución de las representaciones por las localidades portuguesas puede verse el mapa elaborado por el SPN a finales de 1937, donde se aprecia claramente que el Teatro do Povo centró sus actuaciones en las zonas fronterizas con España (AOS/ANTT, 1936)

. Cf.: AOS/ANTT, CO/PC-12D, carpeta nº 7, 2ª subdivisión, informe nº 140. “Teatro do Povo - Localidades onde deu representações” (mapa).

¹⁸ SOARES, 1974; BASTOS, 1983; CARVALHO; CARDOSO, 1971; LOPES, 1975; PRÍNCIPE, 1979; COMISSÃO, 1980; LUZ, 1979; PARDAL, 1978; RODRIGUES, 1980; SILVA, 1969; PENA-RODRÍGUEZ apud LEDO ANDIÓN, 1996, p. 201-207.

las informaciones de los medios de comunicación para construir una percepción nueva y falsa sobre la estructura política y social del país, que convertía al gobierno en un auténtico *Deus ex machina* de la “verdad”. Desde una perspectiva profundamente nacionalista, Salazar creía que el papel de la censura dentro del Estado Novo era fundamental para “proteger” a la nación frente a las influencias extranjeras, según señalaba en una entrevista concedida a António Ferro en 1932:

A censura, hoje, por muto paradoxal que a afirmação lhe pareça, constitue a legítima defesa dos Estados livres, independentes, contra a grande desorientação do pensamento moderno, a revolução internacional da desordem. Eu não temo o grande jornalista desde que seja português e o demonstre. O que temo são os pequenos jornalistas que se desnacionalizam sem dar por isso, talvez por não estarem o suficientemente armados para se defenderem de sedutoras e fáceis teorias. É preciso não esquecer que não existe comunismo português, inglês ou francês, mas sim o comunismo internacional que procura minar, falando, às vezes, a própria língua dos países onde se agita, a independência de todos os povos. Contra esse imperialismo ideológico, tão perigoso como qualquer outro, a censura é arma legítima. Todas as medidas de defesa se justificam perante a invasão estrangeira (...) (FERRO, 1938, p. 221).

El propio António Ferro resumía en 1938 cuál debía ser la base política del sistema informativo del Estado Novo: “(...) não pode haver liberdade contra a verdade; não pode haver liberdade contra o interêsse común (...)” (FERRO, 1938, p. 224).

Como ya se ha apuntado más atrás, los Serviços de Censura funcionaban con la financiación y la coordinación administrativa del Ministério do Interior, pero dependían del propio Salazar. Su organización estaba formada por una compleja red de censores y confidentes extendida por todo el país en la que colaboraban los afiliados de la União Nacional. Su organigrama interno estaba dividido en tres comisiones con circunscripción territorial: la comisión de Lisboa, la de Oporto y la de Coimbra, además de 22 delegaciones extendidas por las capitales de los distritos y dependientes de los gobiernos civiles (RAMOS DO Ó apud ROSAS; BRITO, 1996, p. 140). En cada una de ellas, había un comité de censura encargado de cortar las noticias o comentarios inconvenientes para el Estado Novo que los periódicos y emisoras de su demarcación territorial pretendían difundir, y que luego eran remitidas a la Direcção Geral para elaborar los boletines, estadísticas e informes sobre la manera de informar de cada cabecera, así como al SPN, al presidente de la República, Óscar Carmona, a Salazar, al ministro do Interior, a la Policia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) (MADEIRA, 2007; RIBEIRO, 2000) y a todas las instituciones que fueran objeto de

noticias cortadas (AMI-GM/ANTT).¹⁹ El director general era el mayor Álvaro Salvação Barreto, a la sazón editor de los boletines de la censura, en cuyo equipo como adjuntos se encontraban los capitanes Afra Nozes, Dimas de Aguiar, y Monteiro Liborio, que elaboraban dos clases de publicaciones internas y confidenciales con distribución para todos los censores. Por un lado, un *Boletim* semanal por medio del cual se transmitían consignas y órdenes de inspección e instrucciones a las diferentes delegaciones para subsanar errores en los cortes, y el *Boletim de Registo e Justificação de Cortes*, en el que constaban diariamente todas las censuras realizadas en la prensa nacional y sus respectivas justificaciones, clasificadas en varios apartados que generalmente se referían a “Questões de ordem política”, “Questões de ordem social”, “Questões de ordem moral” y “Questões de ordem internacional”. Cada uno de ellos se subdividía, además, en secciones que se correspondían con censuras que afectaban a cada una de las instituciones del gobierno, casi siempre por ministerios (AMI-GM/ANTT).²⁰

Gracias a la poderosa estructura del SPN y los Serviços de Censura, el gobierno luso pudo controlar tanto el proceso como la producción de contenidos en las empresas de comunicación social portuguesas. La censura previa se legisló e institucionalizó completamente en 1936 (COMISSÃO..., 1980; BARATA, 1970, p. 37-61). En mayo y septiembre de aquel año, el gobierno de Salazar endureció aún más las leyes contra la libertad de prensa y de expresión con dos decretos muy restrictivos (FRANCO, 1993, p. 65). El primero prohibía la fundación de nuevas publicaciones sin el reconocimiento oficial de la “idoneidade intelectual e moral” de los propietarios y directores, así como la difusión en Portugal de prensa extranjera con contenidos prohibidos para los medios de comunicación nacionales (DECRETO-LEY, 14/05/1936). El decreto de septiembre obligaba a todos los funcionarios a jurar por escrito la aceptación del orden social establecido por la Constitución del Estado Novo, con el expreso rechazo del comunismo y cualquier movimiento subversivo (DECRETO-LEY, 14/09/1936).²¹ A partir de entonces era difícil encontrar un periódico que no apareciese adornado con la frase represora “Visado pela Comissão da Censura” (RAMOS DO Ó apud SERRÃO; MARQUES, 1992, p. 440-443). Además, como apunta Graça Franco, existían otras medidas que tenían por objetivo silenciar a la prensa por medio de la quiebra forzada de la empresa editora (FRANCO, 1993, p. 113).

Salazar tenía muy claro cuál debía ser la función de la censura dentro del Estado

¹⁹ Como ejemplo, puede verse cualquier boletín de la Direcção Geral dos Serviços de Censura en los años treinta en AMI-GM/ANTT, M 508, C 66.

²⁰ AMI-GM/ANTT, M 508, C 66.

²¹ Decreto-ley nº 27003, del 14 de septiembre de 1936. Sobre la oposición al Estado Novo véase FARINHA, 1998; TORGAL, 1999.

Novo, como expuso en una entrevista periodística realizada por António Ferro en 1932, en la cual propone la creación de un colegio de periodistas para solucionar los problemas de los informadores con la censura (sic):

Não há nada que o homem considere mais sagrado que o seu pensamento e do que a expressão do seu pensamento. Vou mais longe: chego a concordar que a censura é uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor. Uma digestão laboriosa, uma simples discussão familiar, podem influir, por exemplo, no corte intempestivo duma notícia ou da passagem dum artigo. Eu próprio já fui em tempos vítima da censura e confesso-lhe que me magoiei, que me irritei, que cheguei a ter pensamentos revolucionários... (...). Ora o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Comprendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura que também pode ser apaixonada, por ser humana, e que significará, sempre, para quem escreve, opressão e despotismo. Mas vou oferecer-lhes uma solução para este problema (...): porque não se cria uma Ordem dos Jornalistas como se criou uma Ordem dos Advogados? (...)" (FERRO, 1978, p. 93-95).

Por tanto, según los fundamentos ideológicos del Estado Novo, la prensa se había convertido en un estamento poderoso que, necesariamente, debía estar al servicio del gobierno para conducir eficazmente los destinos del país. Era la plataforma divulgadora de la cultura nacional y la creadora de estados de opinión que, si no estaban debidamente controlados, podían obstaculizar la labor "constructiva" del Estado Novo. Así percibía el gobierno salazarista a los medios de comunicación. En palabras del periódico *A Voz*: "(...) Salazar quiere fazer da imprensa um poderoso elemento do progresso nacional, ao serviço do Bem da Nação (...)" (A VOZ, 11/06/1937, p. 1). En este contexto, los informadores no podían trabajar al margen de la política informativa del gobierno. Según el criterio del ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, los periodistas tenían que incorporarse y formar parte, indefectiblemente, de las estructuras corporativas del país para cumplir con su misión: "A missão do jornalista é cheia de nobreza e responsabilidade. É uma arma que só deve servir á verdade. Quando transgride a norma que a deve orientar no serviço da verdade e da Nação, frustra a sua missão e torna-se um elemento altamente daninho (A VOZ, 11/06/1937, p. 1)".

Desde este punto de vista, era lógico que los órganos salazaristas considerasen la libertad de prensa como un elemento nocivo para el país, como apuntaba el *Diário da Manhã*: "A liberdade de Imprensa é dos pretextos mais frequentes e mais clamorosos para discursatas liberais e subversivas (...)" (A VOZ, 13/03/1937, p. 1)."

Para controlar mejor la actividad de los periodistas portugueses, el 26 de febrero de

1934 se fundó el Sindicato dos Jornalistas con 300 socios ((DIÁRIO DA MANHÃ, 01/01/1937, p. 17). Sus funciones eran complementadas por el Grémio da Imprensa Diária, integrado dentro del régimen corporativo de acuerdo con el artículo 23 de la Constitución de 1933, en el que se dice lo siguiente: “a Imprensa exerce uma função de carácter público, por virtude da qual não poderá recusar, em assuntos de interesse nacional, a inserção de notas officiosas de dimensões comuns que lhe sejam enviadas pelo Govêrno” (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/11/1936, p. 1; CAETANO, 1986).

El principal objetivo del Grémio da Imprensa Diária era velar por el ejercicio profesional del periodismo dentro del orden político y social establecido por el Estado Novo. Los fundadores del Grémio fueron los directores y propietarios de los más importantes diarios portugueses.²² Entre 1933 y 1936, se silenciaron todos aquellos periódicos que, fuera cual fuera su ideología, no acataban el *status quo* de la dictadura (ROSAS; BRITO, 1996, p. 139-140). Así las cosas, tanto la prensa provincial como los grandes diarios se vieron abocados a seguir las pautas ideológicas del régimen si no querían desaparecer. Las grandes empresas periodísticas del país, como la Sociedade Nacional de Tipografia, que editaba *O Século* y *O Século Ilustrado*, la Empresa Nacional de Publicidade, propietaria del *Diário de Notícias*, así como el periódico del monárquico y católico Fernando de Souza, *A Voz*, el *Diário de Lisboa* dirigido por Joaquim Manso, el diario de la Iglesia Católica, *Novidades*, y los tres buques insignia de la prensa de Oporto, el *Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* y el *Jornal de Notícias* se alinearon con el discurso salazarista sin condiciones. Tan sólo la cabecera de referencia de los republicanos portugueses, el diario *República*, soportó estoicamente los cortes de la censura publicando en blanco los espacios de los artículos censurados. Hubo también algunos periódicos en las colonias portuguesas que no respetaron las pautas establecidas por el SPN y, ocasionalmente, se negaron a publicar algunos comunicados o artículos anti-comunistas (AOS/ANTT, 1937).

4. EL SPN Y LA CAMPAÑA A FAVOR DEL FASCISMO IBÉRICO

²² Los fundadores eran los siguientes: de *O Jornal do Comércio e das Colónias*, Deniz Bordalo Pinheiro; del *Comércio do Porto*, Seara Cardoso; del *Diário de Notícias*, Caetano Beirão da Veiga; de *O Primeiro de Janeiro*, Ernesto Canavarro; de *O Século*, João Pereira da Rosa; por el *Novidades* y el *Diário do Minho* (ambos periódicos pertenecían a la Iglesia Católica), el padre Pais de Figueiredo; por el *Jornal de Notícias*, Guilherme Pacheco; por el *República*, Carvalhão Duarte; António Joaquim Marques por *A Voz*; el *Diário de Lisboa* estaba representado por Pedro Bordalo Pinheiro; el *Correio do Minho* por Silva Dias, y por el *Diário da Manhã* estaba Mira da Silva. Beirão da Veiga fue elegido nuevo presidente el 10 de noviembre de 1936 (DIÁRIO DA MANHÃ, 20/11/1936, p. 1).

Durante la guerra civil española, pero muy especialmente en el período inicial de julio a diciembre de 1936, la censura estuvo muy pendiente de los acontecimientos de España.²³ Sus boletines estaban llenos de cortes de informaciones sobre el conflicto. El embajador de la IIª República española en Portugal desde mayo de 1936, Claudio Sánchez Albornoz, informó a su ministro el 6 de agosto que la acción sistemática de los Serviços de Censura impedía cualquier atisbo de imparcialidad en las noticias que se publicaban sobre España:

Si un periódico flaqueaba, se colocaba bajo la inspección inmediata de un delegado de Gobierno. Éste ordenaba incluso el tamaño de los titulares de las informaciones, se tachaba sin piedad cada noticia favorable a nosotros, se mutilaban otras, se suspendían los periódicos no incondicionales, se multó hasta con 20.000 escudos a un diario de Oporto por supuesta tibieza en el elogio del levantamiento. Las pizarras de los periódicos no podían publicar sino detalles favorables a los sublevados españoles. Se llegaron a tachar por la censura unas moderadas declaraciones mías sobre la actuación en España y se ha encarcelado a muchos por el mero delito de haber simpatizado públicamente con nuestra causa (...) (ARH/FLC apud CABEZA SÁNCHEZ-ALBORNOZ, p. 98-99).

Claudio Sánchez-Albornoz era muy consciente del alcance de la campaña de propaganda urdida por el gobierno del Estado Novo a favor del fascismo ibérico. Sus confidentes en Portugal le informaron de muchas de las artimañas del régimen luso para ayudar a los franquistas. Él mismo registró en sus archivos varias de las informaciones que le fueron censuradas al diario *O Século*. Entre ellas, encontramos el relato de la partida del general Millán Astray hacia España por la frontera portuguesa de Vila Real de Santo António el 14 de agosto de 1936, tras una larga estancia en Argentina. La noticia eliminada se refiere a los honores que le rindieron al oficial rebelde una legión de falangistas armados en territorio portugués. Esta decía lo siguiente:

Hoy por la mañana esta ciudad presentaba un aspecto de desusado movimiento, pues sus calles estaban llenas de españoles de ambos sexos ostentando brazaletes con los colores de la antigua bandera española. Se supo más tarde que el general Millán Astray llegaría aquí y se le estaba preparando una manifestación de simpatía. Un contingente de falangistas de Huelva llegó a Vila Real de Santo António para esperar al heroico comandante de la Legión Extranjera. Interrogamos a uno de los milicianos nacionalistas que debe tener unos quince o dieciséis años de edad. Al principio se niega a hablarnos, pero cuando le mostramos nuestro billete de identidad, dice: “En Huelva, todos los buenos españoles estiman *O Século* porque es el único periódico que ha dicho la verdad sobre lo que pasa en España”. A las 14 horas llegó el general Millán Astray y salió

²³ Sobre Portugal, Brasil y la Guerra Civil española, véanse: PENA-RODRÍGUEZ; TUCCI CARNEIRO; PAULO; GAMBI-JIMÉNEZ, 2014; PENA-RODRÍGUEZ, 2017).

inmediatamente para Ayamonte acompañado de los falangistas. En el muelle aquel ilustre militar tuvo una apoteósica despedida, dándose muchos vivas a Portugal y España. Causó gran curiosidad por ser un caso inédito en esta ciudad el hecho de que los falangistas se presentasen armados con pistola y “casse-têtes” (AMAE, 1936 apud MARTÍN, 1995, p. 173).

El SPN contó con la colaboración de algunos miembros destacados de la colonia española en Portugal (PENA-RODRÍGUEZ, 1999) o intelectuales españoles de prestigio favorables al bando franquista, entre los que se encontraban Eugénio D’Ors, Eugenio Montes, Manuel Falcón, Pepe Argüelles o Carmen de Lara (AOS/ANTT, s/d). Manuel Falcón, de hecho, formó parte de la plantilla de redactores del SPN durante la guerra civil española (OLIVEIRA, 1988; DELGADO, 1980; AA. VV., 2008) y estaba permanentemente en contacto con la llamada “embajada negra” (dirigida a partir de 1938 por el hermano del general Franco, Nicolás), de la que recibía instrucciones sobre sus acciones propagandísticas en la prensa portuguesa (AGA, 1939).

En la difusión de artículos favorables al Movimiento Nacional español en los medios de comunicación portugueses participaba la propia dirección del SPN, que además de sus vínculos con los delegados de las autoridades franquistas en Lisboa, llegó a mantener algunos contactos con el centro de prensa italiano en la España controlada por los sublevados, la Ufficio Stampa e Propaganda Italo-Spagnolo (AMAE, s/d). António Ferro no ocultó en ningún momento su adhesión al franquismo opinando, con cierta regularidad, sobre la guerra y el comunismo en los diarios lusos. Sus consideraciones sentaban cátedra, eran la batuta que marcaba el son de la inteligencia portuguesa. Artículos publicados en el *Diário de Notícias* como “A miragem comunista”, (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/09/1936, p. 1) “A sólida muralha” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/11/1936, p. 1), “Na Espanha espanhola” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02/12/1936, p. 1), “O Milagre de Burgos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/12/1936, p. 1) o “Quem não viu Sevilla?” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02/03/1937, p. 1), son un claro exponente de su deseo por liderar y prestigiar la propaganda anti-comunista y pro-fascista en los medios de comunicación portugueses.

El SPN trabajó sin reservas a favor de los militares insurgentes durante la guerra civil española. Para ello, creó un capítulo presupuestario específico para el denominado “Movimento Revolucionário em Espanha”, cuyo gasto principal se destinaba a financiar el equipo de escuchas radiofónicas que el organismo creó para seguir las noticias de las emisoras internacionales día y noche, que eran desmentidas o mixtificadas por los medios de comunicación portugueses si no eran favorables al fascismo español (DIÁRIO DE

NOTÍCIAS, 02/03/1937, p. 1; AMAE, 1937 apud MARTÍN, 1995, p. 220). Y también se crearon partidas específicas para la “Propaganda anti-comunista pela fotografia” y la “Propaganda anti-comunista pelo cinema”, con subvenciones periódicas a la productora que más colaboró con los propagandistas franquistas, *Lisboa Film* (AOS/ANTT, s/d).²⁴

Por otro lado, el SPN incentivó la programación radiofónica internacional de la Emissora Nacional con informativos especiales sobre la guerra en varios idiomas a partir de noviembre de 1936 (OFÍCIO nº 1638, 1936)²⁵ y realizó o adaptó varias películas que tenían como trasfondo el enfrentamiento fratricida (PENA-RODRÍGUEZ apud TORGAL, 2011, p. 137-161). Según un confidente del gobierno de Madrid, la agencia *United Press* elaboraba sus noticias en coordinación con el SPN, que disponía de un traductor español para enviar todas sus informaciones a América Latina, causando así “un gran daño en el mundo entero” a la IIª República española, según los informes de los diplomáticos al servicio del gobierno legítimo español (AMAE, 1937 apud MARTÍN, 1995, p. 222). El SPN no ahorró tampoco esfuerzos para impresionar a la sociedad portuguesa con los “crímenes” del comunismo español (sic). El 8 de junio de 1938, con motivo de una conferencia en Lisboa sobre el “nacionalismo” español del intelectual pro-franquista Wenceslao Fernández Flórez, se inauguró en la sede del SPN una exposición anti-comunista con fotomontajes sobre la acción represiva de la Internacional Comunista en varios países del mundo (AOS/ANTT, 1938).²⁶ Lo que se pretendía demostrar con la exposición era la suerte infinita del pueblo portugués, gobernado por Salazar y alejado de la lacra comunista que estaba destruyendo España (sic). Un cartel apelaba a las madres diciendo: “Mães portuguesas: Nascer em Portugal é um favor de Deus”. El *Diário da Manhã* describía así el evento:

O vasto salão de exposições do SPN estava decorado por grandes quadros fotográficos a toda altura da casa. Por detrás da mesa do conferente uma dessas enormes telas documentava, com a apresentação de montões de cadáveres, o “respeito” que na Rússia vermelha merecem os “direitos da vida do homem” e a “felicidade” dos povos que afinal, ali, é a morte (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/06/1938, p. 4).

Para conseguir el contraste entre el “orden” fascista y el “desorden” comunista, en diferentes paneles se exhibían fotografías sobre las que el *Diário da Manhã* hacía las siguientes reflexiones editoriales:

²⁴ AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 1, 9ª subdivisión, hojas nº 286-294.

²⁵ AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 8, 4ª subdivisión, hojas nº 320-322. Oficio nº 1638 (R) del Jefe de los Servicios Internos del SPN al Presidente do Conselho, 07/11/1936.

²⁶ La exposición fue organizada con la ayuda de la Comisión Pro Deo y gracias al trabajo del fotógrafo Mário Novais en colaboración con Roberto Araújo, y su coste fue de 7200 escudos. AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 1, 18ª subdivisión. Oficio nº 193-C de António Ferro al Presidente do Conselho, 18/04/1938.

São os selos de Valencia, testemunhando onde podem chegar os instintos da fera humana, quando á solta... greves em Paris, com os seus resultados destruidores, reuniões de propaganda comunista, com criancinhas de tenra idade, de punho cerrado erguido, no símbolo do ódio criminoso... Na Alemanha Nova do progresso e da civilização, na Inglaterra dos comícios, na França das liberdades mal compreendidas e, finalmente, em Portugal, no Portugal do Estado Novo oposto ao documentário flagrante do Portugal das revoluções, da desordem, das ruínas... Nuns há mortes, destruição, ruínas, noutros sente-se a vida pujante de bem-estar, de felicidade. Expressivo tudo e tudo conduzindo a uma alta finalidade patriótica e humana: a de que o Mundo só pode caminha com Ordem, e a de que Portugal achou enfim a directriz da sua ventura (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/06/1938, p. 4).

También en diciembre de 1938, los representantes franquistas en Portugal y el SPN, en colaboración con la diplomacia alemana e italiana, realizaron otra exposición anti-comunista en Lisboa.²⁷ Los agentes rebeldes aportaron diversa documentación fotográfica, para la que se habilitó una sala específica sobre la guerra civil española. Para la muestra propagandística, el agente especial de los franquistas en Lisboa, Nicolás Franco, pidió al gobierno de Burgos el siguiente material:

fotografías del Generalísimo, Jefe del Estado, en sus variadas actividades; fotografías de las personalidades más destacadas del Movimiento Nacional; fotografías de las atrocidades cometidas por las hordas rojas en personas y monumentos de España; pruebas documentales de la actividad comunista en España y actuación del Komintern en su preparación con ocasión del Movimiento; y por último pruebas documentales de la actividad constructiva de la España Nacional (...).²⁸

El gobierno de Burgos remitió varias remesas con material de propaganda. Uno de ellos contenía 56 paquetes con impresos diversos de propaganda “nacionalista”.²⁹ Dionisio Ridruejo, Jefe del Servicio Nacional de Propaganda, se ocupó personalmente de supervisar la selección de la propaganda remitida a Lisboa, en la que destacaban las imágenes del Caudillo y de José Antonio Primo de Rivera, como él mismo describe a Nicolás Franco:

Tengo el honor de poner a su disposición postales de S.E. el Generalísimo y José Antonio junto con varios carteles editados por este Servicio Nacional. Esta propaganda ha sido seleccionada con el propósito de completar un

²⁷ AGA, Exteriores, caja nº 6640. Carta del subdirector del Secretariado de Propaganda Nacional, António Eça de Queiroz, a Álvaro Seminario. En la carta el SPN agradece así el envío: “(...) A referida coleção, muito interessante por sinal, constituiu um valioso elemento para a organização da Exposição Anti-Comunista levada a efeito por este organismo. Reiterando os meus agradecimentos, apresento a V. Ex^a os protestos da minha elevada consideração.”

²⁸ AGA, Exteriores, caja nº 6638. Oficio nº 420 de Nicolás Franco al gobierno de Burgos, 19/10/1938.

²⁹ AGA, Exteriores, caja nº 6637. Oficio nº 493 del Encargado de Negocios de la “embajada negra” al Director Geral das Alfândegas, 14/12/1938.

envío anterior de libros, folletos y publicaciones análogas de carácter doctrinal que fue remitido directamente a la Comisión Organizadora de la Gran Fiesta de Confraternización Anticomunista, (...) así como una serie de fotografías de barbaridades cometidas por los marxistas y de documentos que muestran la intervención soviética en la destrucción de nuestra Patria. No dudo que todo este material será interesante para la exposición a que me refiero y a tal fin me permito rogar a V.E. se digne dar las órdenes oportunas para que las postales y carteles que me honro en remitirle sean cursados a la Comisión Organizadora, Rua Sol ao Rado 35, con el interés de que España pueda participar en esta manifestación internacional de la lucha contra el comunismo. (...)³⁰

Además, el SPN financió la edición de variados folletos y libros de propaganda sobre el Estado Novo, anti-comunistas o a favor del bando rebelde en España, para lo cual mantuvo una estrecha colaboración con varias editoriales portuguesas, especialmente con la editorial Império.³¹ Entre la bibliografía de Império se encuentra el folleto del corresponsal portugués Tomé Vieira, titulado *5 meses em Espanha e 5 dias em Portugal* (1937), subsidiado con 450 escudos (VIEIRA, 1937), o la obra *Documentos para a história!. Espanha vermelha contra Portugal. Portugueses traidores ao lado dos sinistros obreiros das Repúblicas Soviéticas da Iberia* (1937), realizado por el “Comité Popular de Defesa Nacional” (DOCUMENTOS..., 1937), que recibió 4025 escudos de ayuda.³² El SPN subvencionó también con 1200 escudos el libro de Leopoldo Nunes *A Guerra em Espanha* (1936), editado por la Parceria António Maria Pereira,³³ y con 4655 escudos los 3000 ejemplares del libelo *Anti-Marx* (1936) (REBELO, 1936) de José Adriano Pequito Rebelo, además de diversas obras de contenido anti-comunista.³⁴ Y, además, los conocidos como Premios Literarios del SPN reconocieron en 1937 los méritos del trabajo informativo de José Augusto en la guerra española, distinguiendo su obra *Jornal de um Correspondente de Guerra em Espanha* (AUGUSTO, 1936) con el premio Afonso de Bragança como la mejor obra periodística del año 1936 (PENA-RODRÍGUEZ, 2003, p. 9-22). Se publicaron también obras en español sobre los fundamentos de la dictadura portuguesa, como *La Constitución Política de la República Portuguesa*

³⁰ AGA, Exteriores, caja nº 6638. Oficio de referencia S. 236 A.K. del Jefe del Servicio Nacional de Propaganda a Nicolás Franco, 16/11/1938.

³¹ AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 1, 7ª subdivisión. “Informação sobre a Editorial Império”, de los Serviços Internos, s.d. (1937?). Según las cifras difundidas por el SPN, durante el año de 1937 se editaron 128.874 ejemplares de diversos folletos distribuidos en el extranjero. En los primeros cuatro meses de 1938, la cantidad ascendía a 137.128 ejemplares de varias publicaciones.

³² AOS/ANTT, CO/PC-19, carpeta nº 9, 1ª subdivisión, hojas nº 326-333.

³³ AOS/ANTT, CO/PC-19, carpeta nº 9, 1ª subdivisión, hojas nº 321-325.

³⁴ AOS/ANTT, CO/PC-19, carpeta nº 8, 11ª subdivisión, hojas nº 303-311.

(1937), el *Decálogo del Estado Nuevo Portugués* (1937)³⁵ y, al final de la guerra, *Portugal ante la Guerra Civil de España. Documentos y Notas* (1939),³⁶ donde se recoge una selección de documentos de la diplomacia portuguesa, con los que se pretende plasmar el fundamental apoyo del Estado Novo a la “nueva” España en la escena internacional.

5. LA PROYECCIÓN EXTERIOR DEL SPN EN LOS AÑOS TREINTA

La acción propagandística del SPN en España en los años de la guerra fue bastante limitada. Cuando se hizo sentir la influencia de la propaganda alemana e italiana en el territorio conquistado por los rebeldes franquistas, el agente especial portugués en España, Pedro Teotónio Pereira, solicitó a Salazar, con insistencia pero sin éxito, que le enviase un funcionario para lograr incrementar la popularidad del régimen luso.³⁷ El agente portugués José Pinto de Basto, criticó, en marzo de 1937, la visión restringida de la propaganda del SPN, demasiado preocupada con la figura de Oliveira Salazar, mientras se perdía la preponderancia de la cultura y los valores del régimen portugués en España, de lo que, eventualmente, se podía beneficiar el comercio luso:

Acabo de regressar de Salamanca e de Valladolid, onde estive alguns dias, e, vejo com mágoa que nós, portugueses, vamos deixando passar para o esquecimento aquela aureola de prestígio que tivemos sobre a Espanha nacionalista, pois nada fazemos para que ela se mantenha como era de esperar. Alemanha e a Itália, com aquela calma necessária nestas horas de luta, vão aproveitando em todos os ramos da actividade espanhola para fazer a sua propaganda indo esse interêsse até ter nos postos emissores bons discos de música com que deliciam por momentos essas tristes mas encantadoras espanholas, enquanto nós apenas nos limitamos a levar aos seus ouvidos de vez em quando e, por mero acaso, os acordes da portuguesa. Nós que salvamos a Espanha de ser subjugada pelos marxistas nos primeiros dias de revolução nacionalista, entregamos pela falta de propaganda os loiros do nosso sacrificio a Alemanha e Itália que serão amanhã os únicos a lucrar, pela propaganda que agora fazem. Temos em Portugal um secretariado da propaganda que infelizmente só tem levado a sua actividade em envolver a figura prestigiosa de Salazar em ramos de Oliveira, esquecêndose que a sua missão seria também desenvolver com carinho e interesse nessa Pátria Irma as nossas relações comerciais nesta hora para podermos conseguir o nosso objectivo (...).³⁸

³⁵ Ambas obras fueron editadas por “Ediciones SPN” en Lisboa, 1937. *Diário de Notícias*, nº 25613, 28/05/1937, pág. 13.

³⁶ *Portugal ante la Guerra Civil de España. Documentos y notas*, Lisboa, Ediciones SPN, 1939.

³⁷ AOS/ANTT, CO/NE-9G, carpeta nº 2, 1ª subdivisión (16), hoja nº 55. telegrama nº 2 de P. T. Pereira al ministro de Negócios Estrangeiros, 20/01/1938; idem, 2ª subdivisión (9), hoja nº 130. Telegrama nº 11 de P. T. Pereira a Oliveira Salazar, 05/02/1938. AOS/ANTT, CO/NE-9H, carpeta 1, 3ª subdivisión (10), hojas nº 54 y 55. Telegrama nº 67 del ministro de Negócios Estrangeiros a P.T. Pereira, 09/08/1938.

³⁸ AOS/ANTT, CO/NE-9E, carpeta nº 2. Carta de José Pinto de Basto a Leal Marques, secretario personal de Oliveira Salazar, 18/03/1937.

Invitado por el gobierno de Burgos, el subdirector del SPN, António Eça de Queiroz,³⁹ realizó un viaje propagandístico por la España de Franco (invitado por sus autoridades), del que publicó varios reportajes en *A Voz* en agosto de 1936 sobre las “maravillas” del territorio rebelde. En la España sublevada “(...) a ordem perfecta está assegurada (...)”, subraya.⁴⁰ Un periplo propagandístico que repitió en 1938 financiado por el Ministerio del Interior de Serrano Súñer, que le mostró al detalle las principales conquistas bélicas de los insurgentes fascistas. Durante 28 días, Eça de Queiroz recorrió más de 5000 kilómetros, según él mismo relata en el informe entregado a Salazar después de su viaje.⁴¹ En el mismo, Eça de Queiroz resalta la repercusión informativa de su misión, destacando el reconocimiento hacia el Estado Novo transmitido por los representantes franquistas. Incluso hace un recuento de las ciudades y entidades que, con más insistencia, demostraron su adhesión al régimen portugués: Oviedo, Santander, Bilbao, San Sebastián, Zaragoza y Logroño. Los gobernadores civiles, alcaldes, gobernadores militares y jefes de la Falange de estas ciudades (entre otras), así como los generales Varela, Hernández Cuesta, el Alto Comisario de Marruecos, el coronel Beigbeder y el califa de la zona española, Muley Hassan, se reunieron con el subdirector del SPN.⁴² En algunos casos, la satisfacción del encuentro manifestada por las autoridades españolas fue “hiperbólica”, según el propagandista portugués, que insiste en la excepcionalidad de la cobertura periodística realizada por la prensa española a su visita:

A imprensa toda e a rádio seguiram a minha viagem dia a dia; os jornais encheram-se de artigos e fotografias - tive de dar várias entrevistas para a imprensa e rádio nas que me limitei naturalmente a exaltar as organizações da retagurda, o esforço social e a firmeza das frentes de guerra, (que traeriam) maior amizade e melhor compreensão entre as duas nações peninsulares e que, por sôbre as fronteiras imutáveis separando as heranças seculares dos dois países se tornariam mais firmes os laços de fraternidade e de respeito mútuo que devem ligar Portugal e Espanha.⁴³

Dejando a un lado la guerra española, en sus inicios el SPN tuvo una interesante proyección exterior. Su propaganda se extendió a diversos países, siempre contando con la

³⁹ António Eça de Queiroz era hijo de uno de los escritores más famosos de la historia de la literatura portuguesa, el novelista naturalista Eça de Queiroz, autor de obras de referencia como *Os Maias*, *A ilustre casa de Ramires*, y *O Primo Basilio*, entre otras obras.

⁴⁰ *A Voz*, nº 3413, 22/08/1936, pág. 1. Título del artículo: “Passando por Salamanca”. Véanse también los artículos: “Impressões de Valhadolid”, nº 3414, 23/08/1936, págs. 1 y 3; “Na região de Burgos”, nº 3417, 26/08/1936, págs. 1 y 2.

⁴¹ AOS/ANTT, CO/PC-12D, carpeta nº 8, hojas nº 254-275. “Relatório da viagem a Espanha do sub-director do Secretariado de Propaganda Nacional”, octubre de 1938.

⁴² AOS/ANTT, CO/PC-12D, carpeta nº 8, hojas nº 254-275. “Relatório da viagem a Espanha do sub-director do Secretariado de Propaganda Nacional”, octubre de 1938.

⁴³ AOS/ANTT, CO/PC-12D, carpeta nº 8, hojas nº 254-275. “Relatório da viagem a Espanha do sub-director do Secretariado de Propaganda Nacional”, octubre de 1938.

colaboración de miembros de las colonias portuguesas (PAULO, 1995, p. 9-24) y de la diplomacia lusa, e intentando captar a intelectuales extranjeros que se brindasen a hacer campaña a favor del Estado Novo⁴⁴ o del autoritarismo peninsular.⁴⁵ El SPN extendió su estructura a partir de las instituciones ya existentes en los territorios ultramarinos, como las Casas de Portugal, a través de las cuales organizaban diversos actos de Relaciones Públicas.⁴⁶ El aparato de propaganda del gobierno luso puso especial énfasis en captar periodistas extranjeros para su causa. En Francia (MEDINA, 1977), ya durante 1934 y 1935, la Office de Propagande Commerciale et de Tourisme de l'Etat Portugueis, a cuyo frente estaba el corresponsal del *Diário de Notícias*, Ortigay Burnay, era la plataforma principal de contacto con el público francés. Burnay intercambiaba correspondencia con Salazar sobre cuestiones de propaganda, del que recibía instrucciones para publicar artículos con una determinada orientación en la prensa gala.⁴⁷ Estos textos eran escritos por periodistas franceses de prestigio que recibían los correspondientes pagos por ello. Muchos de ellos estaban destinados a mejorar la imagen del dictador portugués en Francia.⁴⁸ Este agente portugués en París llega a obtener los favores del diputado francés Pierre Taittniger, que además de presidente de la Commission des Colonies, era el propietario de una importante cadena de periódicos, entre ellos *Le National*, *Le Matin Charentais* o *Le Journal de Loiret*.⁴⁹

Salazar y António Ferro mantuvieron también correspondencia directa con informadores franceses como Pierre Lamy, Paul Bartel o Leon de Poncins.⁵⁰ Lo más sorprendente era que el propio dictador llegó a ejercer la censura sobre los artículos de los periodistas franceses antes de ser publicados, corrigiendo él mismo las frases que le resultaban inoportunas.⁵¹ El SPN pagaba hasta 150 francos por artículo publicado. Estas recompensas pecuniarias por defender el “point de vue portugais” en Francia eran

⁴⁴ En el Archivo Diplomático del Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa) se ha encontrado abundante documentación relacionada con la propaganda del SPN en el exterior. AHD/MNE, 3º P, A 13, M 80, proceso 35/2; AHD/MNE, 3º P, A 1, M 675, proceso 29/9; AHD/MNE, 3º P, A 11, M 406, proceso 29/9; AHD/MNE, 3º P, A 1, M 447, proceso nº 96, entre otros.

⁴⁵ AHD/MNE, 3º P, A 11, M 396, proceso 21/3. Informe sobre la primera conferencial internacional secreta anti-comunista. Anexo al oficio nº 1023, proceso nº 44 de la Legación de Portugal en Berlín al MNE, 14/11/1936.

⁴⁶ AOS/CO/PC-12A, Carpeta 1. “Acção de Propaganda na imprensa estrangeira”. (Documentación diversa).

⁴⁷ AOS/CO/PC-12A, carpeta 1. “Acção de Propaganda na imprensa estrangeira”. (Documentación diversa). 2ª subdivisión, hojas 7-13: Carta de Ortigão Burnay a Oliveira Salazar, 21/03/1934.

⁴⁸ AOS/CO/PC-12A, carpeta 1. “Acção de Propaganda na imprensa estrangeira”. (Documentación diversa). 2ª subdivisión, hojas 7-13: Carta de Ortigão Burnay a Oliveira Salazar, 21/03/1934.

⁴⁹ AOS/CO/PC-12A, carpeta 1, 5ª subdivisión, hoja nº 21. Carta de Pierre Taittniger a Ortigão Burnay, 20/09/1934.

⁵⁰ AOS/CO/PC-12A, carpeta 1, 1ª subdivisión, hoja nº 1. Carta de Paul Bartel a Salazar, 24/11/1931; AOS/CO/PC-12A, carpeta 1, 3ª subdivisión, hojas nº 15 y 16. Carta de Pierre Lamy a António Ferro, s.d.

⁵¹ AOS/CO/PC-12A, carpeta 1, 8ª subdivisión, hojas nº 29 y 30. Oficio nº 3098 JA/VA, C.1 del Jefe de los Serviços Internos del SPN al Presidente do Conselho y notas anexas, 14/06/1935.

establecidas y administradas por el director del *Diário da Manhã*, Pestana dos Reis.⁵² António Ferro, no obstante, jamás reconoció que la prensa extranjera era subsidiada para que publicase artículos de propaganda salazarista. Pero se vio obligado a desmentir públicamente los rumores sobre el asunto durante la celebración del décimo aniversario del SPN:

(...) Desejo afirmar que nao houve um único artigo publicado na Imprensa estrangeira sôbre Portugal e o seu ressurgimento que tenha sido pago como simples mercadoria, como qualquer anúncio... Realizámos muitas viagens, convidámos muitos estrangeiros a vir a Portugal sem os forçar a olhar para isto ou para aquilo, fizemos o possível por esclarecer a opinião pública internacional sôbre o “caso português”, sôbre as coisas portuguesas, mas sempre, sempre, por caminhos claros, processos honestos, limpos, à vista do público (...)” (FERRO, 1943b, p. 15).

CONCLUSIONES

El Secretariado de Propaganda Nacional del Estado Novo fue un instrumento muy eficaz para persuadir a la sociedad portuguesa de la necesidad de implantar y consolidar en Portugal un nuevo modelo político liderado por Salazar, que eligió para dirigir el organismo a António Ferro, un escritor de gran prestigio partidario de la intervención del Estado en la cultura y la educación nacional, sometida a los principios ideológicos de la denominada “política do espírito”. El SPN contaba con una compleja estructura administrativa que se coordinaba con los servicios de censura del régimen para controlar a los medios de comunicación y hacer una permanente campaña de propaganda a favor de los logros de la política del gobierno salazarista. El SPN, que contó con un holgado presupuesto, organizó decenas de actividades propagandísticas a lo largo de los años treinta y, bajo la supervisión directa de Salazar, se convirtió en el “faro ideológico” que orientó la cultura nacional portuguesa e influyó de forma determinante en muchas de sus facetas creativas. Asimismo, el SPN trabajó a favor de la causa del fascismo español aplicando no solo una dura represión informativa a través de los Serviços de Censura, sino también realizando numerosas campañas específicas para mejorar la imagen exterior del Movimiento Nacional franquista, para lo cual contó con la colaboración de algunos miembros destacados de la colonia española en Portugal o intelectuales franquistas de prestigio, como Eugenio D’Ors o Wenceslao Fernández Flórez. El intercambio de material propagandístico entre el SPN y el gobierno de Burgos era frecuente durante la Guerra Civil española, tanto para adoctrinar a la opinión pública portuguesa sobre las bondades del franquismo, como para proyectar la imagen del salazarismo

⁵² AOS/CO/PC-12A, carpeta 1, 1ª subdivisión, hojas nº 2 y 3. Carta de Pestana dos Reis a Oliveira Salazar, 27/06/1933.

en la España de Franco. La proyección internacional del Estado Novo y de su líder fue uno de los objetivos prioritarios del SPN, que utilizó la red de embajadas portuguesas en diferentes países para coordinar diversas acciones de propaganda política, difundidas en ocasiones por medio de la contratación de periodistas extranjeros que publicaban artículos favorables al Estado Novo en diferentes cabeceras periodísticas de referencia a cambio de un estipendio económico. Para tal fin, tanto el director del SPN como el propio Salazar, mantuvieron correspondencia directa con diversos informadores, a los que proponían artículos que ellos mismos corregían y censuraban.

En definitiva, el SPN fue un poderoso instrumento de manipulación pública que jugó un papel extraordinario en la fundación, consolidación y creación de la imagen del Estado Novo como un proyecto político revolucionario ideado por un político visionario al que atribuía la capacidad de cambiar el rumbo de Portugal, de Europa y del mundo.

Referencias Bibliográficas

Fontes

AGA, Exteriores, caja nº 6643. “Servicio de Prensa de la Embajada de España en Portugal”, informe elaborado por Manuel Falcón, s.d. (1939).

AMAE, R-592. Carta de presentación del secretario particular de António Ferro, Jaime de Carvalho, para la dirección de la Ufficio Stampa, s/d.

AOS/ANTT, CO/IN-6, carpeta nº 5, 1ª subdivisión, hojas nº 258-260. “Despesas reservadas de publicidade e propaganda”. Desglose elaborado con carácter confidencial por el ministro de Interior, 03/04/1936 (1936a).

AOS/ANTT, CO/IN-6, carpeta nº 5, 9ª subdivisión, hoja nº 289, 1936b.

AOS/ANTT, CO/IN-6, 6ª subdivisión, hojas nº 365-383, 1936c.

AOS/ANTT, CO/OP-7, carpeta nº 12, 2ª subdivisión, hojas nº 292-302. Bases reguladores que justifican la nueva organización administrativa (sin denominación específica), 13/05/1936. (1936a).

AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta 1, 11ª subdivisión, hojas nº 303-311, s/d.

AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 1, 16ª subdivisión. Información confidencial s/nº sobre el periódico angoleño *Humanidade* del Jefe de los Serviços Internos, 05/11/1937.

AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 3, 7ª subdivisión. “Plano de acção” del SPN, 1934.

AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 3, 4ª subdivisión. “Relatório sobre o estado actual da Imprensa da província e plano de acção para uma propaganda metódica dos princípios políticos e sociais e realizações do Estado Novo”, 1933a.

AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 3, 4ª subdivisión, hoja nº 223, 1933b.

AOS/ANTT, CO/PC-12, carpeta nº 10, hojas nº 330-333, 1933c.

AOS/ANTT, CO/PC-12 A, carpeta nº 7, 1ª subdivisión, hojas nº 280-283. Oficio confidencial s/nº del Chefe de los Serviços Internos al Presidente do Conselho, 12/06/1935a.

AOS/ANTT, CO/PC-12A, carpeta nº 7, 1ª subdivisión, hoja nº 284. Minuta del Presidente do Conselho al Presidente de la Comissão Executiva de la União Nacional, s.d., 1935b.

AOS/ANTT, CO/PC-19, carpeta nº 2, hojas nº 12 y 13. “Bases para a organização do Secretariado de Propaganda Nacional”, 1933.

AOS/ANTT, CO/PC-19, carpeta nº 4, 8ª subdivisión, hoja nº 277, 1939.

AOS/ANTT, CO/PC-3G, carpeta nº 2, 2ª subdivisión, proceso A.C. 42, hojas nº 37-39, 1939.

AOS/ANTT, CO/PC-19, Pasta nº 8, 12ª subdivisión. “Quadro do pessoal auxiliar do Secretariado de Propaganda Nacional e respectiva lista de antiguidades, referida a 31 de Dezembro de 1936, a publicar no Diário de Govêrno de harmonia com o preceituado no artº 26º do decreto nº 19478, de 18 de Março de 1931.” (1936b).

AOS/CO/PC-19, carpeta nº 4. “Relação discriminada das despesas efectuadas (1933-1939)”. (1939).

Decreto-ley nº 26589 del 14 de mayo de 1936.

Decreto-ley nº 27003, del 14 de septiembre de 1936.

Diário da Manhã, nº 2009, 20/11/1936.

Diário da Manhã, nº 2049, 01/01/1937.

Diário da Manha, nº 2139, 05/04/1937.

Diário da Manha, nº 2513, 22/04/1938.

Diário da Manhã, nº nº 2560, 09/06/1938

Diário de Notícias, nº 25362, 12/09/1936.

Diário de Notícias, nº 25434, 24/11/1936.

Diário de Notícias, nº 25442, 02/12/1936.

Diário de Notícias, nº 25456, 17/12/1936.

Diário de Notícias, nº 25527, 02/03/1937.

Radio Nacional, año II, nº 22, 09/04/1939, p. 5.

Radio Nacional, año II, nº 29, 28/05/1939, p. 10-13.

O Século, nº 19709, 28/01/1937, p. 2.

A Voz, nº 3610, 13/03/1937.

A Voz, nº 3698, 11/06/1937.

A Voz, nº 3702, 15/06/1937, p. 1-6

Bibliografia

AA.VV., *1936-1939. Salazar, retaguarda de Franco*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008.

ABREU, Maria Filomena. “*A rádio portuguesa e a Guerra Civil de Espanha*”, *História*, año XVII (nova série), 11/12 (1995).

ADINOLFI, Goffredo, *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milano, Franco Angeli, 2007.

AMAE, RE- 35, carpeta nº 42. Apéndice nº 5 al despacho nº 362, documento nº 22, 30/08/1936, en MARTÍN, José-Luis, *Claudio Sánchez-Albornoz z. Embajador en Portugal (mayo-octubre 1936)*, Ávila, Fundación Sánchez-Álbornoz, 1995.

AMAE, RE-35, carpeta nº 42. Informe adjunto a la carta de Alejo Barrera a Julio Álvarez del Vayo (20/03/1937), in MARTÍN, José Luis (compil.), *Claudio Sánchez-Albornoz. Embajador en Portugal (mayo-octubre 1936)*, Ávila, Fundación Sánchez-Álbornoz, 1995.

ANTUNES, José Freire, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2ª edición, 2004.

ARH/FLC, 538-50-3. Informe del embajador de España al ministro de Estado, 06/08/1936. Citado por CABEZA SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Sonsoles, *Semblanza Histórico-Política de Claudio Sánchez-Albornoz*, Madrid, Fundación Universitaria Española, Diputación Provincial de León, 1992.

AUGUSTO, José. *Jornal de um Correspondente da Guerra de Espanha*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936.

BARATA, José Fernando Nunes. “*Evolução histórica da censura*”, en *Informação*, 4, 1970.

- BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura Intelectual em Portugal. Ensaio sobre a compreensão do pensamento português*, Lisboa, Testemunhos Portugueses, Moraes Editores, 2ª edição, 1983.
- CAETANO, Marcelo. *Constituições Portuguesas*, Lisboa, 6ª edição, 1986.
- CARVALHO, Alberto Arons de; CARDOSO, A. Monteiro. *Da liberdade de Imprensa*. Lisboa, Editora Meridiano, 1971.
- CASTRO, Fernanda de. *Ao Fim da Memória (1906-1987)*, 2 vols., Verbo, Lisboa, 1988.
- CASTRO BRANDÃO, Fernando. *Estado Novo. Uma cronologia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *A Política de Informação no Regime Fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 2 vols., 1980.
- COSTA PINTO, Antonio. *Contemporary Portugal. Politics, society and culture*. New York, Columbia University Press, Social Science Monographs, 2003.
- DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Publicações Europa-América, s.d. (1980).
- Do Estado Novo ao 25 de Abril. Revista de História das Ideias*, 16 y 17 (1994 y 1995). *Revista de História das Ideias*, nº 16 e 17, 1994 e 1995 (“Do Estado Novo ao 25 de Abril”).
- Documentos para a história! Espanha vermelha contra Portugal. Portugueses traidores ao lado dos sinistros obreiros das Repúblicas Soviéticas da Iberia*, Lisboa, Editorial Império, 1937.
- FARINHA, Luís. *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998
- FERRO, António, *Dez Anos de Política do espírito (1933-1943)*. Discurso proferido no X aniversário do SPN, Lisboa, Edições do SPN, 1943a.
- FERRO, António. *Homens e Multidões*. Lisboa, Bertrand, 1938.
- FERRO, António. *Problemas da Rádio (1933-1943)*, Lisboa, Edições SNI-SPN, 1943b.
- FERRO, António. *Salazar*. Lisboa, Edições do Templo, 1978.
- FRANCO, Graça. *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- HENRIQUES, Raquel Pereira. *António Ferro. Estudo e Antologia*. Lisboa, Alfa (Testemunhos Contemporâneos), 1990.
- LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- LOPES, Norberto. *Visado pela Censura. A Imprensa-Figuras-Evocações-Da Ditadura à Democracia*. Lisboa, Editorial Aster, 1975.
- LUZ, Diniz da. *Coisas da Censura e um artigo para “inquietar” toda a gente*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Agrense, 1979.
- MADEIRA, João (coord.). *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- MAIA, Matos. *Telefonia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- MATOS, Helena. *Salazar. A Construção do Mito (1928-1933)*. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2010a.
- MATOS, Helena. *Salazar. A Propaganda (1934-1939)*. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2010b.
- MATOS-CRUZ, José de. *Prontuário do Cinema Português (1896-1989)*. Lisboa, Edição da Cinemateca Portuguesa, 1989.
- MEDINA, João. *Salazar em França*. Lisboa, Ática, 1977.
- OLIVEIRA, César. *A preparação do 28 de Maio. António Ferro e a propaganda do fascismo 1920-1926*, Lisboa, Moraes Editores, Pistas Passado/Presente, 1980.

- OLIVEIRA, César. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Edições O Jornal, 2ª edição, 1988.
- PARDAL, Ulisses Vaz. *Tempos da Censura à Imprensa*, Fundão, Jornal do Fundão, 1978.
- PAULO, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*. O SPN/SNI e o DIP. Coimbra, Minerva, 1994.
- PAULO, Heloísa, “Ferro, António Gabriel Quadros”, en ROSAS, Fernando y BRITO, J. M. Brandão (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa, Bertrand Editora, 1996.
- PAULO, Heloísa, “Os “insubmissos da colónia”: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945)”, en *Penélope*, 16 (1995).
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto, “O cinema português e a propaganda franquista durante a Guerra Civil de Espanha”, en Torgal, Luís Reis (coord.), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 3ª edição, 2011.
- PENA-RODRÍGUEZ et al., *Comunicación social e opinión pública nas ditaduras: narrativas, idearios e representacións*, Vigo, REFAT-Universidade de Vigo, 2021.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto. “A comunicación social en Portugal: da censura salazarista á revolución mediática (1928-1995)”, en LEDO ANDIÓN, Margarita (ed.), *Comunicación na Periferia Atlántica*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1996
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto, y PAULO, Heloisa (coords.). *A cultura do poder. A propaganda nos Estados autoritários*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto. *Galicia, Franco y Salazar. La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*. Vigo, Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1999.
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto, Maria Luiza TUCCI CARNEIRO, Heloisa PAULO y Esther GAMBI JIMÉNEZ. *A guerra de propaganda. Portugal, Brasil e a Guerra Civil de Espanha: diplomacia, imprensa e fascismo. : Porto Alegre, Edipucrs, Coleção Comunicação nº 47, 2014.*
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto, “A Guerra de Propaganda de Salazar: os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Media & Jornalismo*, 3 (2003).
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto. “El icono cinematográfico del Estado Novo salazarista: A Revolução de Maio (1937), *Historia y Comunicación Social*, 14 (2009).
- PENA-RODRÍGUEZ, Alberto. *Salazar y Franco. La alianza del fascismo ibérico contra la España republicana*. Gijón: Trea, 2017.
- PIÇARRA, Maria do Carmo. *Salazar vai ao Cinema*. O Jornal Português de actualidades filmadas. Coimbra, Minerva, 2006.
- PINTO, Rui Pedro. *Prémios do Espírito*. Um estudo sobre os Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- PRÍNCIPE, César. *Os Segredos da Censura*. Lisboa, Editorial Caminho, Coleção “Nosso Mundo”, 1979.
- RAMOS DO Ó, Jorge. *Os Anos de Ferro*. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949, Lisboa, Estampa, 1999.
- RAMOS DO Ó, Jorge , “Censura”, en ROSAS, Fernando, y BRITO, J. M. Brandão (coords.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1, Lisboa, Bertrand, 1996.
- RAMOS DO Ó, Jorge, “Salazarismo e Cultura”, en Serrão, Joel, y Marques, A.H. de Oliveira (eds.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII de *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- REBELO, José Adriano Pequito. *Anti-Marx*. Lisboa, Edições do SPN, 1936.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. *A Polícia Política no Estado Novo 19265-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

- RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura literária em Portugal*. Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa, 1980.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (eds.). *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa, Bertrand Editora, 1996.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta*. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938), Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- SILVA, Rola da. *A Censura: consequências marginais*, Luanda, Neográfica, 1969.
- SOARES, Mário. *Portugal amordaçado*. Lisboa, Arcádia, 1974.
- TAVARES, Silva. *Emissora Nacional*. Três anos de trabalhos, 1 de Agosto de 1935-1 de Agosto de 1938, Lisboa, 1938.
- TORGAL, Luís Reis, y PAULO, Heloísa (coords.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.
- TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2ª edición, 2009.
- TORGAL, Luís Reis. *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1999.
- VIEIRA, Tomé. *5 meses em Espanha e 5 dias em Portugal*, Lisboa, Editorial Império, 1937.

O FASCISMO COM SEU ESTADO FORTE PELA ÓTICA DE MIGUEL REALE: POR UMA TEORIA POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO

Cícero João da Costa Filho

Introdução

Contextualizando os momentos iniciais do movimento da AIB, Reale chamava atenção para o perigo de se associar Integralismo à fascismo, ou até mesmo à um nazismo tupiniquim. Sabendo das tensões impactadas pelo surgimento da AIB, o integralista arrolava sete razões para o surgimento do movimento, no qual, assumiu o cargo de Chefe de Doutrina. De forma sucinta, Reale trazia o amplo quadro do liberalismo político brasileiro, que no Brasil foi sempre um passo para práticas conservadoras. Se entrincheirando nos meandros da arquitetura política do Brasil pós 1930, remetia aos simpatizantes fascistas, aludindo sempre ao modelo de um Estado forte, o que era a tônica maior do integralismo. Destacava os elementos do integralismo. Ao invés dos partidos os canais de representação do Estado, melhor seria os sindicatos, sempre vinculado ao Estado, direcionando as necessidades do progresso do país, como também representando e dando aos trabalhadores e ao povo brasileiro a condição de dias melhores. Indispensável seria um regime hierárquico, urgia libertar o Brasil da dependência econômica, lutar por uma melhor distribuição de renda, contra o imperialismo econômico era hora de fugir à exploração do capital internacional, dono dos recursos naturais brasileiros; para promover a economia do país era necessário um Estado que dirigisse a economia, para que trustes e cartéis não continuassem sendo donos da economia brasileira; era urgente combater o ideologia liberal burguesa dos comunistas, que tiraram vantagem com a internacionalização de uma ideologia burguesa que agora ganhava o mundo.

Traçando os nomes que aderiram ao integralismo, citava os de Santiago Dantas, Antônio Gallotti, Câmara Cascudo, Olbiano de Melo, Américo Jacobina Lacombe, Pe. Helder Câmara. Não deixava de destacar, é claro, Plínio Salgado, o letrado de reação espiritualista, o

líder admirado por todos que com sua fisionomia franzina, coberta de tiques nervosos, era um homem que “quando discursava, tais defeitos eram superados por seu incontrolado fluxo verbal, um feixe de nervos se convertendo em palavras, numa identificação prodigiosa” (REALE, 1987, p. 72). Em *Súmula do Integralismo*, capítulo que abria o terceiro volume de sua *Obra Política* (1983), Miguel Reale mostrava sua postura integralista. Arrolando quinze pontos, de forma minuciosa o integralista iniciava sua análise chamando atenção para a questão elementar do integralismo, que era a identificação entre Estado e Nação. Diferente do apelo apaixonante que logo se notava no *Manifestado de 32*, com suas máximas, e das *Diretrizes Integralistas* com todo o fervor de um Gustavo Barroso conclamando a mocidade brasileira para lutar pelo Brasil integral, Miguel Reale é um integralista diferente, é um intelectual militante, dono de uma Teoria de Estado, e extremo conhecedor das Teorias sociológicas, históricas, científicas e filosóficas (COSTA FILHO, 2022). Reale não perde a característica do intelectual, historiando o movimento a partir da história das ideias, de como aconteceu o movimento, afirmando que:

Creio que a compreensão de meus estudos integralistas serão melhor compreendidos com algumas considerações de ordem geral sobre a colocação do Integralismo nas coordenadas de seu tempo, pois, até agora, apesar de uma ou outra tentativa de mérito, o que tem prevalecido, nessa ordem de estudos, são pesquisas, das quais o mínimo que se pode dizer é que são tendenciosas. Falta, até agora, uma obra abrangente que, além de situar a *Ação Integralista Brasileira* no contexto histórico-cultural, nacional e estrangeiro, em que ela desenvolveu suas ideias e atividades, durante o *breve prazo de pouco mais de cinco anos* (de outubro de 1932 a abril de 1938) saiba distinguir as diversas tendências que nela atuaram, bem como as atitudes que não resultaram de razões teóricas mas de contingências da prática política, sobretudo nas lutas e confrontações sangrentas com adeptos do *Partido Comunista*. (REALE, 1983, p. 7) (itálico do autor)

Com críticas pontuais a política do país, chamando atenção principalmente para os ‘feudos’ e os desmandos num Estado federativo que jamais formaria a Nação brasileira, o apelo nacional era de fundamental importância do discurso integralista. Tudo que não contribuísse para o desenvolvimento da nação era rechaçado, de outro modo, os pontos que fundamentam o Integralismo são aqueles que formam a proposta política de um Estado nacional sem partidos, sem a presença de homens da esquerda, sem judeus, e acima de tudo, com o motor primeiro das corporações, “o integralismo quer a cooperação de todas as forças nacionais para a realização do Estado Integral que é o Estado identificado com a nação como síntese de seus valores espirituais e matérias mais altas” (REALE, 1983, p. 15). Tratava-se de um projeto por demais esquemático e minucioso. O Estado encarado por Reale era não só

econômico, mas político, cultural e ético. Esse Estado estava para a Nação assim como essa estava para suas particularidades (integralistas), formadoras do que considerava ser a ‘democracia integral’. Nessa ótica, o Integralismo era o Brasil integral, formado a partir de agrupamentos naturais, no caso, a família e as corporações. Estado, nação e povo, eram inseparáveis, estavam unidos por laços biológicos, por grupos naturais, havia uma comunhão nos sindicatos profissionais, nas sociedades científicas, artísticas e religiosas. Tudo conflui para o ‘Todo’, para a realização de uma totalidade que segundo Reale não sacrifica a liberdade, não oprime o trabalhador, pelo contrário, por ser ‘espontâneo’ é que o homem não se resigna, este é parte do tortuoso processo libertário que cada sujeito se adequa aos seus interesses conforme suas ‘capacidades individuais’⁵³.

O apelo a espiritualidade, como também ao cristianismo fora estrategicamente utilizado para a mobilização de todos os integralistas. Em Reale não vamos encontrar a recorrência de ser o Integralismo um movimento cristão. Encontramos a ideologia de um movimento espiritual, facultando a existência de outros credos religiosos, mas ainda assim, essa é uma postura que não pode ser levada a ferro e fogo, embora não seja coerente nos anteciparmos ao escritor, nos antepormos a suas reflexões. O princípio da mensagem integralista é a comunhão, a união, evitando desacertos que venha quebrar a harmonia do todo, por isso, a ‘democracia integral’, formada a partir dos sindicatos e das corporações.

(I) - O Integralismo compreende o Mundo de um modo total, e pretende construir a Sociedade, segundo a hierarquia de seus valores espirituais e materiais, de acordo com as leis que regem os seus movimentos e sob a dependência da realidade primordial, absoluta e suprema, que é Deus.

(II) - Essa hierarquia, na qual se fundam o princípio e o exercício da Autoridade, faz prevalecer o Espiritual sobre o Moral, o Moral sobre o Social, o Social sobre o Nacional, e o Nacional sobre o Particular.

(III) - O Integralismo considera a Autoridade como força unificadora que assegura a convergência e o equilíbrio das vontades individuais e realiza a integração total das energias da Nação em razão do bem coletivo

(IV) - O Integralismo considera a Sociedade como a união moral e necessária de seres humanos, vivendo harmonicamente segundo os seus superiores destinos.

(V) - O Integralismo compreende a Nação como uma grande sociedade de família, vivendo em determinado território, sob o mesmo Governo, sob a impressão das mesmas tradições históricas e com as mesmas aspirações e finalidades

(VI) - O Integralismo compreende o Estado como uma instituição essencialmente jurídico-política, detentora do princípio de soberania para

⁵³ Aspeio termos designados por Reale para facilitar o diálogo com o autor e, assim, facilitar o entendimento do autor.

realizar a unidade integral da Nação, coordenando e orientando numa diretriz única todos os grupos naturais que a constituem, todas as forças vitais que a dinamizam.

(VII) - Portanto, na concepção integralista, o Estado se reveste da Suprema Autoridade da Nação, controlando e orientando todo o seu dinamismo vital, subordinando-se em tudo aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum da Nação.

(VIII) - O Integralismo reconhece no homem um ser dotado de uma personalidade intangível, com direitos naturais na tríplice esfera de suas legítimas aspirações materiais, intelectuais e morais.

(IX) - Incumbe ao estado a obrigação de prover as condições necessárias à satisfação integral dessas legítimas aspirações da personalidade humana, respeitando-as e favorecendo a sua mais ampla expansão, norteando-se sempre pelos imperativos da harmonia social e dos superiores destinos do homem.

(X) - O Integralismo, proclamando assim os direitos intangíveis da personalidade humana, insiste na obrigação impreterível que cabe a todo indivíduo de cumprir à risca todos os deveres que resultam de sua vida em sociedade; declara, portanto, todo o indivíduo subordinado, na esfera de suas atividades, aos interesses superiores da coletividade, que, por sua vez, condicionam e favorecem a legítima expansão da sua personalidade e a satisfação de suas mais nobres aspirações.

(XI) - Para o Integralismo a Família é a primeira e mais importante das instituições sociais, pois que, por sua natureza ao mesmo tempo biológica e moral, é o nascedouro da vida social e o depositário de suas mais lídimas tradições. Cumpre, pois, ao Estado fazer tudo para manter indissolúvel a sua integridade, respeitar seus direitos intangíveis e lastrear a sua autonomia e a sua comunhão de afetos com bases econômicas sólidas, por meio de uma legislação familiar justa e esclarecida, ao invés de abandoná-la, como até aqui à míngua de toda estabilidade e segurança e sem nenhuma possibilidade de cumprir a sua alta missão social de educação integral da criança e de seu encaminhamento na vida

(XII) - O Integralismo reclama, portanto, para a Família, devido à sua nobre e delicadíssima função social, os direitos que lhe confere a instituição do “bem da família” e do “salário familiar” na ordem econômica, e do “voto familiar” na ordem política como justo reconhecimento de sua alta benemerência social e nacional. Na defesa dos direitos da Família, o Integralismo não pode esquecer a grande família indígena, os nossos índios, que, então, deverão ser integrados na civilização pela ação dos missionários cristãos sob a proteção do Estado

(XIII) - O Integralismo considera a educação intensiva e integral do povo como um dever fundamental do Estado, no interesse de sua própria estabilidade e progresso material e moral. Por isso o Integralismo defende um programa amplamente educativo: - ensino unificado e gratuito nos graus primários e secundários, com obrigatoriedade de matrícula e frequência; intensificação do ensino técnico; barateamento do ensino superior; levantamento do nível econômico, social e moral do professorado brasileiro; criação de universidades inspiradas nos princípios de uma filosofia integral; criação de cursos populares e de alta cultura; estímulo às pesquisas científicas, às belas artes e a literatura em suas diferentes modalidades, respeitados sempre os limites impostos pelos imperativos de ordem moral, social e nacional; liberdade e estímulo à iniciativa particular em todos os ramos de ensino sujeitando-a porém à indispensável fiscalização por parte do Estado no sentido de serem respeitados os mesmos imperativos. O

Integralismo, mantendo a justa liberdade e didática condena formalmente a liberdade descontrolada de cátedra.

(XIV) - Na execução deste vasto e intenso programa educativo o Estado jamais poderá ultrapassar a legítima esfera de seus direitos aniquilando ou mesmo coarctando os direitos primordiais da família e da religião sobre a educação das novas gerações; ao invés procurará enfeixar a participação dessas grandes forças morais da Nação num espírito do mais fraco entendimento e de mais ampla cooperação, a fim de que desta ação conjunta resulte uma formação realmente integral das novas gerações consentânea com as tradições e sentimento do povo brasileiro. Nas demais questões que se relacionam com os interesses vitais e supremos da Nação, o Integralismo promoverá sempre idêntica atitude do Estado com respeito aos direitos e interesses fundamentais da família e da religião.

(XV) - Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, o teatro, a imprensa, o rádio, todos veículos do pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas internacionais, de burgueses materialistas, de espírito anárquico e de agentes de Moscou. Amparar os artistas nacionais de modo que possam com independência, terem a liberdade de ser brasileiros; auxiliar todos os empreendimentos artísticos; proteger o cinema nacional; sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a dos interesses particulares que a oprimem, tudo isso será uma clara obra grandiosa do Integralismo.

(XVI) - O Integralismo, visando promover o aperfeiçoamento moral e espiritual da Nação se declara pelo espiritualismo contra todas as correntes materialistas de pensamento e de ação, que acobertadas pelo liberalismo vem exercendo a sua obra nefasta de desintegração de todas as forças vivas da Pátria

(XVII) - Dentro deste critério, o Integralismo se propõe respeitar integralmente a liberdade de consciência e garantir a liberdade de cultos desde que não constituam ameaça à paz e à harmonia social

(XVIII) - O Integralismo manterá todas as reivindicações religiosas consubstanciadas na Constituição Federal de 16 de Julho de 1934 e posteriormente fará respeitar os são princípios cristãos da sociedade.

(XIX) - O princípio do Integralismo em matéria de cooperação religiosa é o regime de concordata, sem perda de autonomia das partes e visando sempre a grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade

(XX) - O Integralismo favorece a pluralidade sindical dentro do regime liberal vigente, mas mantém o princípio de rigorosa unidade sindical num regime político integral, porquanto neste os sindicatos deverão proporcionar integralmente às respectivas classes os meios necessários à satisfação de seus legítimos interesses materiais, culturais, morais e espirituais.

(XXI) - Uma vez organizado o Estado integral, este não poderá permitir que se formem fora do seu círculo de ação quaisquer forças de ordem político-social ou econômica que o possam ameaçar; nestas esferas da vida nacional tudo deve ser controlado e orientado pelo Estado Integral.

(XXII) – O Integralismo quer a direção da economia nacional pelo governo, evitando que agiotarismo depaupere as forças da produção, que o trabalho seja reduzido a uma simples mercadoria sujeita a lei da oferta e da procura; que o intermediário asfixie o produtor e esmague o consumidor; que o capitalismo internacional os escravize, cada vez mais aos grupos financeiros de Londres e Nova York, não transferindo, como faz o Estado liberal democrático, a soberania econômica da Nação ao capitalismo burguês, que permite a orgia dos “trusts”, “carteis”, “monopólios”, espoliações de toda sorte através dos juros onerosos, do jogo da praça, das manobras com as

quais o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade. Essa atitude do Estado Integralista não se deve confundir com o absurdo do comunismo em que o governo se torna o único proprietário, o único capitalista, o único patrão e escravizador.

(XXIII) - O Integralismo defende o direito de propriedade até ao limite imposto pelo bem comum, estabelecendo ao lado do direito também o dever do proprietário. O Integralismo reconhece na iniciativa privada o fator mais fecundo de produção econômica, mas para salvaguardar das ambições particularistas o bem estar e a liberdade do povo brasileiro, fará a nacionalização dos serviços que por sua natureza não podem ser exploradas com fins de lucro, e que se destinem ao desenvolvimento da economia nacional e interesse público, tais como: estradas de ferro, navegação, minas, fontes de energia e aparelhamento bancário.

(XXIV) - O Integralismo dá plena eficiência, e restitui a dignidade ao voto, transportando-o para as corporações onde o indivíduo é garantido moral e materialmente. No Estado Integral, tornam-se desnecessários os partidos, pois todos os brasileiros colaborarão no grupo a que pertencerem, para a formação do poder público. O Integralismo não fere a democracia, extinguindo os partidos. Pelo contrário, a democracia verdadeira é a que não se escraviza às mentiras do democratismo, que originam as oligarquias prepotentes. Todo o partido político traz o germe de uma ditadura disfarçada. O democratismo liberal ilude as turbas, tornando o voto uma coisa desprezível. A verdadeira representação nacional é a que se efetua através das profissões organizadas, dos grupos naturais, das associações culturais e científicas do país, não mais como expressão quantitativa, mas como índice qualitativo da Nação. O Integralismo é pela organização corporativa do Brasil.

(XXV) - O município é uma reunião de famílias. A origem do município na família torna-o sagrado, intangível em tudo que disser respeito a seus interesses peculiares. Esses interesses, porém, como os indivíduos, não podem exorbitar, ao ponto de a si próprios se ferirem. Assim, o Integralismo, mantendo a autonomia do município, subordina-a aos interesses da região ou da Nação, em tudo que se relacionar com serviços de caráter geral e técnico.

(XXVI) - O Integralismo quer a centralização política e a descentralização administrativa, de um modo que uma pluralidade de meios realize uma unidade de fins. As províncias devem ter autonomia administrativa, compondo-se todas as forças das regiões brasileiras no todo nacional sem prejuízo para os seus valores próprios. A fórmula do Integralismo é: "Diferenciação na Unidade".

Fascismo, uma ideologia ou um movimento: teorias abrem o século XX

Não são poucas as teorias e os autores que abordam o fascismo, muitas são as ideias centralizadas sob o nacional socialismo de Mussolini, que chega ao poder em 1922, nuançada por pontos específicos da política nazista, que traz como traço marcante a questão racial, quando Hitler assume o poder em 1933, na Alemanha. Há análises metodológicas diversas, cada intelectual encarando o fascismo sob um olhar, dentre estes, sob seu problema conceitual. Um dos problemas é encarar o fascismo como produto histórico, naturalizando seu

aspecto político, compreendendo a barbárie de Mussolini como mero produto das vicissitudes liberais ou de discordâncias de setores combatentes à ordem liberal, sem os quais as práticas fascistas não seriam possíveis. O fascismo era um fenômeno que se restringia a Itália, mas que para alguns estudiosos se estendeu para a Alemanha. Nessa ótica se fala em *Fascismo*, fenômeno que embora abrangente tem por modelo o discurso de Mussolini e seus principais líderes, com práticas de violência e perseguição as classes trabalhadoras, aos movimentos de esquerda; e o racismo aos indesejáveis, na Europa e nos EUA são desconsiderados.

Destoando dessa linha de análise, Francisco Carlos Teixeira trabalha com a ideia de *fascismos*, diferenciando o fascismo de ditaduras e bonapartismos. Entendendo o ressurgimento do fascismo na França, Itália, Rússia, Alemanha, após 1950, quando os EUA, Rússia, Inglaterra, abriram seus arquivos, e após a queda do muro de Berlim, ressalta o historiador que a historiografia sobre o tema ganhou expressão; a historiografia fascista entende que este fora uma simples etapa natural da história alemã, e em alguns casos, da Itália (TEIXEIRA, 2000). Fugindo à linha de análise que explica o fascismo pelas contingências históricas, Teixeira enxerga a continuidade de práticas fascista na França (o caso Le Pan), em Vich, nos EUA, e principalmente, na Alemanha, definindo uma historiográfica fascista, nos anos 1950, pois “assim, o esquecimento dos primeiros tempos – a redução do fascismo a um acidente histórico e a limitação ao máximo dos agentes, dos colaboradores e dos envolvidos – surgia como projeto de recuperação política da Europa dilacerada”. Alemanha e EUA tiveram suas políticas de desnazificação paradas, “foi dessa forma que a historiografia sobre o fascismo entrou na Guerra Fria e consolidaram-se alguns mitos. O confronto baseava-se na equação: de um lado, os esforços de identificar fascistas e seus aliados; de outro, a preocupação crescente em estabelecer o mais rápido possível o esquecimento sobre a extensão do fenômeno fascista. Assim, o fascismo, para muitos, ficou circunscrito ao nazismo (a variante alemã) e associado (o que é correto) exclusivamente (o que não é correto) à história da Alemanha” (TEIXEIRA, 2000, p. 117). O fascismo nem sempre chegou ao poder, abrindo a discussão sobre suas análises teórico metodológica, considerando questões como classe, ideologia, questão racial e religiosa, etc.

O certo é que podemos falar sem sobressaltos de práticas políticas fascistas em nossos dias. Em 2008, o fracasso do partido social democrata em meio a austeridade da direita com a figura assombrosa de Trump, representante de uma direita alternativa, empunhava sua política de perseguição a migrantes, exalando ódio racial, a repressão de movimentos sociais na Hungria, Polônia, Itália, Rússia, Ucrânia e Suécia, uma espécie de novo fascismo. Debate que

ganhou corpo após a Segunda Guerra Mundial, Falcon nos chama atenção para o esvaziamento do próprio conceito devido seu uso como arma política, utilizado para desqualificar o adversário, ganhando coerência simplesmente quando é utilizado. Ressalta que:

Eis-nos, então, diante de mais um dos famosos “ismos” políticos contemporâneos. Uma palavra que, como significante, tem uma genealogia evidente, mas cujo significado é fortemente polissêmico, a tal ponto que temos: o fascismo e os fascismos dos próprios contemporâneos ou agentes históricos dos respectivos movimentos e partidos fascistas; os fascismos (plural) dos historiadores de tendências nominalistas aos quais repugnam os conceitos; o fascismo, seja ele ou não historicizado, típico dos historiadores teorizantes e dos cientistas sociais e filósofos de tendências “realistas”. Em outras palavras, tanto podemos afirmar a existência de um fascismo, concretizado nos diferentes tipos de fascismos historicamente conhecidos, quanto podemos fincar pé na existência de um único fascismo (o italiano), distinto, por exemplo, do nacional-socialismo de Hitler. Preponderam neste segundo tipo de perspectiva as concepções dos historiadores que recusam, de plano, qualquer valor, do ponto de vista do conhecimento histórico, às generalizações de tipo conceitual pelo simples motivo de que elas não levam na devida conta as especificidades de cada situação histórica particular, cuja individualidade seria sempre irreduzível às abstrações “sociológicas” ou “filosóficas” (FALCON, 1991, p. 31-32)

Face a intrincada discussão historiográfica sobre o tema, nos referimos ao modelo político de Mussolini e de Hitler, que influenciou todas as práticas de governo autoritárias. Intelectuais de diversas áreas se debruçaram sobre este novo nacionalismo político, desde a área da dramaturgia à filosofia. Estudos clássicos como os de Hobsbawm, Arendt e Norbert Elias, esclarecem o fascismo sob o viés totalitarista, fruto das descrenças liberais onde os regimes de Estado forte se mostravam como interessante alternativa política. Os dois últimos autores já problematizam o surgimento (as condições de existência do autoritarismo dada as relações do povo na estrutura maior da formação do Estado), do fenômeno totalitário e seus desdobramentos.

O filósofo e sociólogo Nicos Poulantzas em seu estudo realiza uma excelente análise pensando o fascismo como ideal da pequena burguesia. Já outro filósofo, antes dele, tornou-se conhecido, Ernst Bloch. O fascismo foi liderado pelo poeta Filippo Marinetti, já em 1917. Marinetti tinha sido o grande ícone da empreitada fascista. Benedetto Croce e Giovanni Gentile, cognominado o filósofo do fascismo, autor juntamente com Mussolini de *O Discurso do fascismo*, são figuras chaves para compreendermos a ideologia fascista. Destaque-se os escritos de líderes como o próprio Mussolini (*Discursos da Revolução*, 1933), Trosky (*Como esmagar o fascismo*, versão publicada no Brasil em 2018 pela Autonomia Literária) e Lenine

(*O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*, 1917), verdadeiras bíblias para versões sobre o fascismo. Croce, Friedrich Meinecke, Gerard Ritter viveram as tensões da empreitada fascista, assim como o ativista político, jornalista e sociólogo peruano José Carlos Mariátegui “que narra a habilidade de governantes como Nitti e Giolitti que, ao cederem às pressões sindicais e camponesas, apostam na limitação economicista do programa dos socialistas. Dessa maneira, acomodaram as classes operárias e populares ao limite de seu ganho, dentro da ordem, e assim detiveram o avanço da revolução” (FERREIRA & MARIÁTEGUI, 2010).

Intelectuais marxistas como Gramsci, Freud e figuras autodidatas como o escritor George Orwell deram seus pareceres acerca das atrocidades implementadas com o surgimento do fascismo, surgido em 23 de março de 1919, na Itália. Se tornaram clássicas as análises de Ernst Nolte, Juan Linz, A. James Gregor e Robert Paxton, com a qual estamos familiarizados. No campo da sociologia Talcott Parson investiu sua empreitada perscrutando a composição social e complexa do fascismo, destituída de homogeneidade. Há uma vertente psicanalista que traz o nome Wilhelm Reich, estudando à luz das repressões sexuais os comportamentos políticos dos líderes fascistas, que eram talentosos na arte de cercear as liberdades individuais, associando o ódio desses às repressões sexuais, conforme as nuances da teoria freudiana. Na atualidade bons trabalhos surgem devido a um ressurgimento da política autoritária (racial e xenófoba) em alguns países europeus, seguido da intolerância antidemocrática dos EUA. Queremos destacar trabalhos como os de Michael Mann, Richard I. Evans, Roderick Staekelberg e Pierre Milza.

Dentre essa notável literatura tomamos a visão que consideramos ideal por conceber o fascismo como ideologia, vendo neste antes de tudo como um fenômeno cultural, que é o olhar do historiador polonês Zeev Sternhell. Para ele o fascismo não possui uma fonte única, suas raízes não datam do século XIX, não há conteúdo algum do movimento que viu a figura de Mussolini marchar sobre Roma em 1922 (confundindo com a própria história do movimento, como também de ideologia), que não tivesse sido anunciado no século XIX, mas que isso: antes de mais nada, o fascismo foi uma visão de mundo que se voltou contra o liberalismo, o positivismo, a democracia, todos herança dos séculos XVII e XVIII:

A esse respeito, o surgimento do fascismo representa um dos aspectos da revolução intelectual, científica e tecnológica que tomou conta do continente europeu na virada do século XX. Essa revolução modificou o modo de vida existente num grau até então desconhecido, transformando tanto o clima intelectual quanto as realidades sociais. Subitamente começava-se a falar da inadequação das leis sociais e econômicas que Marx propusera. Confrontada com problemas que a geração anterior não tinha sequer vislumbrado, a nova

geração propôs soluções totalmente inesperadas (STERNHELL, 2020, digitado).

Para compreendermos o fascismo é preciso entendermos o caldo de ideias propiciada pelas diversas leituras e interpretações de Marx, que combateu a estrutura racional capitalista, empreendida pela democracia liberal mostrada ao mundo com a Revolução Francesa. Um sem número de intelectuais marxistas espalhados pelos mais variados países da Europa se entrosaram, ao mesmo tempo que divergiram quanto as alternativas para resolverem pontos considerados meros desdobramentos ou produtos da sociedade liberal. A atomização social, a representação política, a questão social, etc, estavam na ordem do dia. Assim como existia democratas socialistas não foram poucos os marxistas ortodoxos que jamais separaram teoria de práxis política, *modus operandi* da concepção marxista. Para Paxton:

o que o fascismo criticava no capitalismo não era sua exploração, sua indiferença para com a nação e sua incapacidade de incitar as almas. Em um nível mais profundo, eles rejeitavam a ideia de que as forças econômicas são o motor básico da história. Para os fascistas, o capitalismo falho do período do entreguerras não necessitava ser reordenado em seus fundamentos. Suas mazelas poderiam ser curadas pela simples aplicação de vontade política para a criação de pleno emprego e produtividade (PAXTON, 2007, p. 27)

Fenômeno complexo, o fascismo nas palavras de Paxton era formado por um bando de ex-soldados (o próprio Mussolini havia encarado as trincheiras), revolucionários sindicalistas e por jovens intelectuais, mas que “não se restringia ao nacionalismo, mas fervilhava também de prontidão para atos violentos, de antiintelectualismo, de rejeição a soluções de compromisso e de desprezo pela sociedade estabelecida, características essas comuns aos três grupos que constituíam a massa de seus primeiros seguidores veteranos de guerra desmobilizados, sindicalistas pró-guerra e intelectuais futuristas” (PAXTON, 2007, p. 17). Sternhell elucida o surgimento do fascismo:

É absolutamente necessário insistir neste aspecto essencial da definição de fascismo, porque só poderá entender-se inteiramente a emergência dos conceitos fundamentais do fascismo e da filosofia e mitologia fascistas quando se reconhecer que ele surge de uma dissidência marxista contra o materialismo. Foram os sorelianos franceses e italianos – os idealizadores do sindicalismo revolucionário – quem produziu esta nova e original revisão do marxismo, tendo sido esta, precisamente, a sua contribuição para o nascimento da ideologia fascista (STERNHELL, s/n, digitado).

É no século XVIII, século que ecoou para todo o mundo os preceitos da democracia liberal com os ares das bandeiras tricolores, colocando em cheque a representação (democracia) fincada sob o poder inabalável dos reis, suscitando, pois, formas representativas de governo, donde a ideia liberal de soma dos indivíduos, em meio ao século da racionalidade burguesa tão combatida pelos críticos socialistas, que emerge as raízes fascistas. Assim como o nacionalismo de um Rousseau encorajou a morte do absolutismo dos reis, surgindo agora o contrato entre o povo e o Estado, marcando época e fazendo escola para democratas como Jules Michelet, aguçando ainda mais o temor das massas para as elites conservadoras no seu primeiro momento, o fascismo em sua intricada história surge de maneira paradoxal num país onde a questão racial e as contradições do capital não eram tão agudas, ganhando singularidade e peculiaridade de figuras que mantiveram a violência e o ódio como ferramenta para alcançar o poder, envolvendo nomes como os de Baurres e Sorel.

O fascismo combatia toda a visão positivista, no sentido de que, esta era senão identificada com o racionalismo do século XVIII e seus propagadores, como Hobbes, Kant e Comte, símbolos do liberalismo intelectual, político e econômico. Tudo que integrava a racionalidade tinha ligação com o mundo capitalista, daí o apelo dos fascistas a irracionalidade, a intuição bergsoniana, acrescida à vontade nietzschiana que destronava os bens da ciência, o ‘progresso da humanidade’. Aliás, quem era Zaratustra, esse deus da ciência e o conceito do bem senão uma grande mentira, arma ideológica que ao longo da humanidade tolheu as diferenças culturais aprisionando cada vez mais o ser?

Por isso, a crítica ao racionalismo, ao materialismo, ao capitalismo e ao liberalismo, que haviam obstado a verdadeira democracia. Se o homem moderno se voltou contra o homem medieval, aspirando por sua libertação, abrindo uma nova era da história, surgia um novo nacionalismo, de caráter tribal, orgânico, anti-materialista, anti-individualista, que sombreava o espírito, resposta a uma sociedade que acreditou piamente no poder desmesurado da ciência, que ruiu tragicamente no Primeiro Conflito Mundial. Mas, embora a situação do proletário haja melhorado em alguns países europeus no final do século XIX, o liberalismo não resolveu pontos como a atomização social, a desigualdade social, pois as forças do capital só aumentaram, as contradições entre capital e trabalho se aguçaram, exigindo reações do operário, de reanimar instituições públicas ou mesmo de duras reações da sociedade no geral. Críticos vorazes dos avanços técnicos científicos (do liberalismo), os fascistas não colocaram em cheque os avanços tecnológicos (Mussolini saudou as novas formas de comunicação e

andou de avião), não combateram a propriedade privada, nem pensaram a volta a uma idade do ouro, se mostraram conservadores, mas nunca reacionários.

Nessa perspectiva, o fascismo se voltava contra os valores burgueses, “o fascismo se apresentava como uma revolução de outro tipo, uma revolução que procurava destruir a ordem política existente e fincar as suas fundações teóricas e morais, mas que, ao mesmo tempo, desejava preservar todas as conquistas da tecnologia moderna. Inseria-se dentro do arcabouço da sociedade industrial, explorando ao máximo todo o poder dela” (STERNHELL, s/n)

Combatendo todo esse estado de coisa, do ponto de vista político o fascismo se contrapunha a ideia liberal de conceber a sociedade a partir da soma de cada indivíduo (à ‘coleção de indivíduo’); surgia a ideia de uma unidade orgânica nacional. Aqui estava a argamassa estruturante do fascismo, donde seu timbre emocional, instintivo e violento que ganhou mundo a fora. Baurres, Sorel, Le Bon, foram da mesma geração que figuras como Bernstein, Turati, Jaures, revisionistas revolucionários dos tempos mais frementes das interpretações marxistas, desenvolvidas da Rússia até o outro lado do Reno. Era o período histórico de Kaustsky (pai espiritual do marxismo russo), como também de Plekanov. Mas, a geração de Rosa Luxemburgo, Otto Bauer, Rudolf Hilferding, Martov, Radek, Trotsky e Lenin, mantiveram-se ligados aos princípios fundantes do marxismo, ensejando o surgimento do fascismo italiano, influenciado pelo sindicalismo revolucionário (nacional-sindicalismo), de Sorel.

Como se vê, a Europa havia sido tomada pela ideologia marxista, derivando várias correntes, desde as mais moderadas até aquelas que encontraram terreno social para frutificar o ódio nacional e religioso, “Os anarquistas da Europa ocidental, que refletiam os instintos espontâneos destes militantes de forma bastante precisa, eram selvagememente anticlericais. Não é nenhum acidente que, na Romagna italiana, um ferreiro radical tenha dado o nome de Benito Mussolini a seu filho em homenagem ao presidente mexicano anticlerical Benito Juarez” (HOBSBAWM, 2009, p. 278). Mas, bem diz Ernst Mandel que:

O caráter específico do fascismo não reside no fato de exprimir a agressividade enraizada na natureza humana – pois isso já foi expresso em inumeráveis movimentos históricos diferentes –, mas antes no fato de, sobre esta agressividade impor uma forma particular, social, política e militar que nunca existiu anteriormente. Em consequência, o fascismo é um produto do capitalismo monopolista e imperialista. Todas as outras tentativas para interpretar o fascismo em termos puramente psicológicos enfermam da mesma fraqueza fundamental (MANDEL, 1976, p. 23) .

Sem homogeneidade de classe, sem um livro de fundação, cheio de altos e baixos como fora o liberalismo e o socialismo, o fascismo não ficou aquém dessas visões sociais e políticas, porque não:

foram as suas incoerências e contradições mais numerosas e profundas do que as que existiram no pensamento liberal ou socialista durante 100 anos. O oportunismo de diversos partidos e movimentos fascistas, inclusive o do regime de Mussolini, mal se diferenciava do modo por que os partidos socialistas lutando pelo poder, ou aqueles já no poder, conciliavam os seus princípios. Por isso, quando o processo de fascização do Estado se completou, um número crescente de militantes clamou pelo retorno às raízes, denunciando conciliações dúbias com a burguesia, o clero e a direita monarquista – denúncias que lembravam os lamentos dos não menos numerosos “puristas” do socialismo europeu quando confrontados com as duras realidades da prática política (PAXTON, 2007).

Com a singularidade de ser uma nação que se unificou tardiamente, apenas em 1871, aguçando a busca pelo nacional, daí o enaltecimento do relembrar a política de seus Césares, vale destacar que o fascismo trouxe como traço inédito numa estrutura de Estado já constituído, o apoio das massas, traço bem lembrado por Arendt, tornando um movimento de extrema importância política, o que é por demais relevante. Segundo a autora:

era, no sentido da teoria política clássica, o verdadeiro usurpador, e o seu governo unipartidário era, em certo sentido, o único que ainda permanecia intimamente ligado ao sistema multipartidário. Realizou aquilo que as ligas, sociedades e "partidos acima de partidos" de orientação imperialista haviam almejado, de sorte que o fascismo italiano veio a ser, particularmente, o único exemplo de um movimento de massa moderno organizado dentro da estrutura de um Estado existente, inspirado exclusivamente pelo extremo nacionalismo, e que transformou o povo permanentemente naqueles *Staatsbürger* ou *patriotes* que o estado nação só havia conseguido mobilizar em horas de emergência e de *union sacrée*. (ARENDRT, 1989, p. 92)

Não por causalidade histórica, a verdadeira ‘política de massas’ fascista não surgiu gratuitamente na Itália, a Inglaterra havia colocado abaixo o autoritarismo absolutista trazendo o povo para o cenário histórico e político já em 1688, embora concessões políticas fossem dadas para desinflar a força do Partido Trabalhista. Na França, o radicalismo republicano, de uma forma ou de outra, dialogou com as massas na Terceira República, em meio ao discurso de que não havia “inimigos à esquerda”. Sendo indispensável a existência de uma estrutura histórica condicionante ao surgimento de qualquer prática cultura, social ou política, não foi a raça, pouco menos a política por ela mesmo que deu lastro ao fascismo, quando sabemos que seus principais líderes foram antigos socialistas que se uniram e foram

cooptados pela extrema direita. Consideramos o fascismo um movimento ideológico, que conforme Sternhell estar enraizado no século XIX, combatendo toda a estrutura social, política e econômica. Elementos como raça, a presença de judeus, as contradições do capital, a força do partido operário na França, Inglaterra, Alemanha, Itália e outros, não determinam seu surgimento, pois há interpretações que defendem que o fascismo não surge de crises econômicas, estar ligado a vários elementos, um desses pode ser a raça, que na França assumiu um papel importante. Até mesmo o Partido Nacional Socialista na Alemanha cooptou marxistas judeus, que de forma paradoxal teve o semita como bode expiatório. Autores como Ernst Mandel e Nicos Poulantzas são pontuais quando abordam a relação entre fascismo e capitalismo. Segundo Mandel:

Tal forma de domínio da grande burguesia que historicamente não é de forma alguma a única depende, da conservação dum equilíbrio instável de forças econômicas e sociais; sempre que desenvolvimentos objetivos perturbam este equilíbrio, a grande burguesia para realizar os seus interesses históricos, não tem outra alternativa que não seja a tentativa de instaurar uma forma mais centralizada do poder executivo do Estado, mesmo com o risco de renunciar ao exercício direto do poder político. Do ponto de vista histórico, o fascismo é, portanto, ao mesmo tempo a realização e a negação das tendências inerentes ao capital monopolista – enunciada pela primeira vez por Rudolf Hilferding – para organizar de um modo totalitário, no seu interesse, todo o conjunto da vida social. O fascismo é a realização de tal tendência, pois que, em última análise, desempenhou essa formação histórica é a negação da própria tendência, pois contrariamente às expectativas de Hilferding, o fascismo só pode exercer tal função expropriando licitamente em larga medida a larga burguesia. (MANDEL, 1976, p. 30-31).

Poulantzas dissecou a ideologia ‘pequena burguesa’ fascista, o que é paradoxal quando se sabe dos interesses dessa burguesia na dominação imperialista, vertente explicativa que não convence Paxton. Arrolando os elementos dessa ideologia fascista pequena burguesa, em seus aspectos *estatolátras*, *antijurídico*, *elitista*, *racista antisemita*, *nacionalista*, *militar*, *anticlerical*, a importância da *família* atribuindo a educação papel fundamental, *corporativismo*, concluiu Poulantzas:

Esta aliança faz-se, a princípio, por intermédio do partido fascista, graças à sua representatividade ambígua: partido que se apresenta como anticapitalista, ao mesmo tempo que representa progressivamente os interesses reais do grande capital. Faz-se, mais tarde, após a subordinação do partido ao aparelho de Estado em sentido estrito, por intermédio deste Estado e do fetichismo do poder próprio da pequena burguesia. Esta aliança grande capital/pequena burguesia nunca foi, aqui, direta e declarada: toma a forma de um apoio da pequena burguesia a uma forma de Estado, de que ela

não discerne os laços com os interesses do grande capital. Em resumo, o papel histórico do fascismo, a este respeito, foi o de realizar uma aliança entre grande capital e pequena burguesia, precisamente numa conjuntura em que as suas contradições atravessavam uma fase de intensificação aguda. (POLANTZAS, 1972, p. 23)

Seguindo Paxton, vertentes econômicas, sociais, culturais (da não contemporaneidade, sustentada por Ernst Bloch), não explicam o fascismo, devido sua combinação de escolhas, alianças, compromissos e rivalidades. Após realizar uma longa análise sobre o fascismo, Paxton chega à conclusão de que:

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 207, p. 358-359).

Um dado interessante é considerar o fascismo como um movimento de massas, que arregimentou milhares de pessoas, embora fosse um eficiente instrumento das classes prestigiadas que pouco poderiam oferecer aos trabalhadores. Ao longo do século XIX, crises econômicas, motins, protestos, foram possibilitando um mundo diferente onde o operário, embora sem consciência de classe, surgisse como um importante ator político. Muito bem historiado por Hobsbawm, no alvorecer do século XX, a política de massas já era parte de novos tempos, pois “muito do difundido pessimismo da cultura burguesa da década de 1880 e das seguintes refletia, sem dúvida o sentimento dos líderes abandonados por seus antigos seguidores que viam desintegrar-se suas defesas contra as massas, das minorias educadas e cultas (ou, mais exatamente, dos filhos dos ricos) invadidos por “aqueles que acabavam de emancipar-se do analfabetismo ou da semibarbarie” (HOBSBAWM, 1988, p. 143).

Ao invés de partidos, sindicatos e corporações

Se os partidos representavam o canal da democracia liberal, objeto de críticas dos integralistas, era nos sindicatos que a democracia se tornava uma realidade, “é nestes círculos novos, grupelistas e não mais geográficos, onde o voto representa um interesse e uma aspiração, que a Democracia real tem as suas raízes. Em lugar de iludir o proletariado é

preciso lhe dar o lugar que lhe cabe no organismo do Estado, ao lado das outras forças produtoras” (REALE, 1983, p. 154). Todo o esquematismo do projeto corporativo que não foi criado por Reale, trazia o mal do bolchevismo, do liberalismo e do marxismo, como pontos a serem evitados. Primeiramente, o voto era uma grande mentira, a soberania nacional nunca se realizaria, a liberdade propugnada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão logo se transformara na escravidão do trabalhador por parte das forças do capital, que só beneficiaria os mais fortes. Reale reconhece a liberdade dada ao homem surgida com a eclosão da Revolução Francesa, possibilitando a ‘verdadeira’ soberania por ter trazido o problema do Estado como de fundamental importância (ainda que o homem dizia Reale ser visto apenas sob a ótica cívica e econômica), mas é descrente com o contrato político, a seu ver mero instrumento burguês, parte da lógica naturalista oferecida por esse olhar burguês. É nas corporações que a democracia se concretiza, “as corporações, portanto, não serão, no Brasil, subordinadas a um poder político de origem não-corporativista: as próprias corporações serão o Estado”. (REALE, 1983, p. 202)

Embora um determinado segmento econômico pudesse ter vários sindicatos, apenas um, por exemplo, representaria o setor cafeeiro, composto por empregadores ou empregados. Um dos objetivos era evitar os choques entre patrões e empregados, como também a desagregação ocasionada pelo sindicalismo revolucionário, que era o modelo de Sorel, que trazia uma democracia favorável ao patrão, apesar de ser ‘essencialmente antiestatal’. Cabia aos sindicatos deveres como: a) os empregadores conscienciosos contra a concorrência desleal desses patrões que, para dominar o mercado, recorrem a meios desonestos, tais como o pagamento de salários não correspondentes ao custo real do trabalho; b) os operários hábeis e dignos contra os companheiros submissos ou mal-intencionados que aceitam retribuições incompatíveis com um teor justo e necessário de vida. (REALE, 1983, p. 22-23)

Não menos importante eram as corporações:

A corporação realiza a disciplina integral, orgânica e unitária das forças produtivas, em colaboração com toda a rede das cooperativas e dos institutos nacionais de crédito, representando integralmente os interesses da economia nacional, resolvendo os conflitos e traçando normas para a produção, a circulação e a distribuição das riquezas em colaboração com o poder executivo. Cabe-lhes a função de resolver, quando a solução não surge no próprio setor sindical, as dúvidas oriundas da aplicação dos contratos coletivos, ou na prática dos salários e dos lucros. Quando a Corporação não consegue resolver as pendências, as partes recorrem à Magistratura do Trabalho, sem o sacrifício inútil das *greves*, e dos *lock-outs*. (REALE, 1983, p. 23)

As corporações, elemento central do pensamento de Reale no que diz respeito ao meio de concretização democrática, tinha as funções política, econômica, cultural e moral. A moralização do voto era uma importante reivindicação diante do quadro de corrupção que se arrastou até a revolução de 1930, denunciada por ele, “basta examinar a atual situação dos partidos políticos da República para se reconhecer a falta de substância nos vencedores de Itararé. Da Revolução de 30 podemos dizer o que disse o poeta desta batalha: foi a maior da América do Sul, mas não houve...” (REALE, 1983, p. 75).

Apontando para um novo Brasil, o esquematismo da *Súmula* escrita por Reale ditava os meios a serem seguidos para a criação do novo Brasil. O agrupamento familiar, e sobretudo, as corporações e sindicatos eram os alicerces para que se alcançasse a tão propalada ‘democracia social e orgânica’. Um ponto importante que merece destaque é a manutenção da propriedade privada, considerada um direito justo a qualquer pessoa que trabalhasse, tratava-se de um direito adquirido. A crítica ao capitalismo conforme análise de Reale se dava em função da exploração do patrão frente os empregados, pois o trabalho corporativo não era espoliador, não existia desacordos, luta de classes, tópico bastante explorado pela ideologia marxista, “o Integralismo, porém, repele o uso antissocial da propriedade que encontra um limite imposto pelo bem comum. Por isso, ao lado dos direitos, estabelece os deveres do proprietário que é responsável perante o Estado, o que não se dá no regime liberal que deixa o capital entregue à sua própria sanção” (REALE, 1983, p. 24). O ‘bem comum’, princípio de sociedade justa e democrática pensada por Reale não seria ferido, defendendo a moral (*Economia Dirigida*), contrário ao liberalismo do Estado mínimo que se abstinha de intervir na economia, por isso a concorrência desleal de grupos econômicos (trustes e cartéis), que tomam o Estado, sacrificando a liberdade do homem trabalhador que acaba sem direito quando precisa desse. Os sindicatos eram o agrupamento ideal para o crescimento do capital sem a opressão do trabalhador:

Não basta criar sindicatos de fachada. É preciso que o operário se compenetre da missão de seu sindicato, da função que devem desempenhar os diretores, para que estes não se sirvam deles como instrumentos.

O sindicato precisa ser uma célula da Nação. Sociedade para a garantia da justa remuneração dos produtores (do Capital, do Braço, da Inteligência), deve ainda desenvolver a sua atividade em outros campos, a começar da assistência escolar até à expressão totalitária das Corporações.

Um sindicato é um centro para irradiação de *independência econômica, de autonomia moral, de elevação cultural*.

Como simples associação de resistência na luta social, fica mutilado e perde a finalidade própria; como órgão de expressão unicamente moral, consome-se lentamente entre a indiferença dos que tem necessidades materiais

imperiosas; como sociedade apenas cultural iguala-se às demais. Não é possível separar as três funções. A quarta, a função política, só poderá existir completamente no Estado integral, corporativo.

Mas, os sindicatos, mesmo no regime atual, devem se constituir visando garantir a autonomia econômica e a justiça social; para cooperar com as outras forças nacionais, para elevar o nível cultural das massas obreiras.

Só então o sindicalismo existirá verdadeiramente. Só então passaremos perto de um sindicato, sem sentirmos a impressão fria de um túmulo, com uma tabuleta na porta como lembrança de uma ideia morta há cem anos (REALE, 1983, p. 28) (grifo do autor)

Contrário a tudo que dificultasse a formação do ‘Todo’, como por exemplo, as economias locais, as diferenças raciais e mesológicas, a questão da centralidade política, a postura de Reale era uma verdadeira mudança na estrutura social, política, econômica e cultural brasileira:

Não há soluções parciais para a questão social, a qual não se resolve mediante leis sobre salário-mínimo, seguro, acidentes, etc. Antes de mais nada, é preciso ficar bem claro que a questão social não interessa somente a operários, mas a toda a Nação.

É preciso fazer a revisão radical dos códigos individualistas, a reforma da nossa sociedade baseada na luta sem tréguas entre os homens, reforma econômica e moral. Só a modificação integral da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. Eis porque o Integralismo inicia um combate sem tréguas contra o capitalismo e o comunismo internacionalistas, que destroem as Nações para melhor escravizar os homens, e contra o liberalismo que separa a Sociedade do Estado para entronização de poucos indivíduos (REALE, 1983, p. 28).

Como os demais integralistas, influenciado pela religião (espiritualidade) do chefe Plínio Salgado, Reale debatia-se com a Questão social, criticando a visão parcial sobre as questões mais tangentes do século XIX. Arregimentando a Nação, realizando na verdade uma revolução nacional, o integralista não destoava dos princípios integralistas. Estava estampado no *Manifesto de 32* a adequação de tarefas às *capacidades individuais* – o que de uma forma ou de outra não deixava de ser um projeto iluminista – ponto tratado pelo jurista. Daí é que, embora não apelando para o ódio racial de um Gustavo Barroso, Carlos Nóbrega de Jesus perscrutando o revisionismo sobre o holocausto nas versões publicadas pela Editora Globo conclui que figuras como Plínio Salgado e Miguel Reale não eram menos racistas que Barroso, a diferença era assumir uma posição claramente racista numa cultura católica (JESUS, 2006). Para Ricardo Benzaquen:

O fato de Reale adotar um esquema de representação corporativa como solução para os desafios do mundo moderno, contra uma revolução, fundadora ou restauradora, de caráter ideológico e totalitário, não faz mais do que reproduzir, ao nível da vida pública, a mesma preocupação com a preservação das vocações específicas de cada um. Não nos esqueçamos, afinal, que o que distingue uma corporação da outra, ainda que elas reúnam, em seu interior, empregados e patrões, é precisamente a sua especialização em determinado ramo de atividades (ARAÚJO, 1987, pp. 109-110).

Combatendo a ideologia racista de que o capitalismo estava nas mãos do judeu por critérios raciais, “o Integralismo mantém-se alheio a todo e qualquer preconceito de raça, preferindo julgar o homem, não pelos aspectos exteriores da cor, ou do formato dos crânios, mas pelos valores morais e cívicos” (REALE, 1983, p. 33). Negando diferenças regionais, que dificultasse a edificação totalitária nacional, Reale destacava o papel da cultura, como de fundamental importância para a integração sentimental, cívica, moral, etc.:

O problema educacional exige uma solução uniforme para todo o Brasil. O integralismo iria de encontro às suas tendências fundamentais, se aceitasse uma dispersão ou desarticulação das células educacionais que o Integralismo não desconhece. A escola tem uma função educacional que o Integralismo não desconhece. Onde não existe unidade racial, a escola é o fator predominante na formação de uma unidade racial, a escola é o fator predominante na formação de uma unidade histórica e ética indispensável. Unificar, porém, não quer dizer estandarizar a cultura. O Integralismo é pela escola unifica (REALE, 1983, p. 32).

Destacando que a Alemanha nazista de Rosenberg, no qual o caráter de honra ligava-se a raça, Reale com o aparato teórico de seu tempo destacava a participação do meio social, da história e da economia, viabilizando seu projeto de Brasil. Não podemos negar o imbróglio de Reale, como de um Caio Prado e Sérgio Buarque que teceram suas análises de Brasil sob a ‘ideia de espírito’, herança de um conceito caro as interpretações brasileiras, no caso, a ideia de ‘caráter nacional’. Lembremos que nem mesmo Sílvio Romero (COSTA FILHO, 2016), como todo o seu determinismo racial, sua crença na superioridade do homem branco – afirmava que se o Brasil tivesse sido colonizado pela raça ariana nossa história teria sido outra – alguns conceitos devem se relativizados. Mas, cabe afirmamos que diante da ‘revolução historiográfica’ (REIS, 2000) operada na década 1930, em que os parâmetros das interpretações de Brasil fugiam das balizas raciais e mesológicas, a cultura suplantando o naturalismo científico, o que restou foi a cristalização de atributos negativos, inclinações de

um sujeito apto a revolução ou não preparado para as condições civilizadas, um imaginário perverso ligado ao conceito de raça. Veja por exemplo, passagens como esta de Reale:

Elementos estritamente sociais alteram a capacidade produtiva dos indivíduos, bastando lembrar que muitos homens, apáticos ou inoperosos na Europa meridional, se transformam em centros de poderoso dinamismo nas terras para onde nas terras para onde se dirigem em busca de fortuna, acontecendo o contrário a muitos dólico-louros.

Essas e outras observações conduzem a uma apreciação totalitária do homem e da sociedade. Em lugar da unilateralidade étnica, compreende-se que é necessário levar em conta a totalidade dos fatores operantes, sem se esquecer que – acima de tudo – cumpre analisar o que de específico e de próprio há no indivíduo, que é quem sofre as influências exteriores, mas é também quem reage sobre elas e a modifica como ser dotado de inteligência e de vontade livre (REALE, 1983, pp. 33-34).

Se por um lado Reale é um autor sensato que considera o destino dos povos, sua história, evolução e contingências, herda a concepção de uma história que se embrincou de nacionalismo, perscrutando as raízes de seu povo, abarcando particularidades como as tradições de um povo, com seus hábitos e seus heróis, em meio a sua intrincada formação como nação. Dono de um projeto de Brasil, Reale não se furtou a propor caminhos para resolver inúmeros problemas brasileiros, um desses problemas era amalgamar um Brasil tão complexo e composto por povos diferentes, tanto do ponto de vista racial (étnico) como cultural. Afirmava que não buscava remontar um Brasil do passado para daí alavancar seu projeto integralista, mas não poderia se furtar a falar da nação brasileira. Para solver esse impasse, as diferenças mesológicas, étnicas, econômicas, de forma hábil salientava o traço histórico do equilíbrio (a história incessantemente buscava o equilíbrio), era a fatalidade da harmonia, “Os mais recentes estudos sobre tão momentoso problema marcam uma volta à posição de equilíbrio. Notam os pesquisadores alemães que, além do fator étnico, outros há que merecem atenção, tais como o geográfico, o histórico, o econômico, o educacional e o religioso que atuam sobre a natureza humana e produzem diferenciações importantes no sistema dos movimentos sociais” (REALE, 1983, p. 33).

Nas vias constitucionais: a caminho da *democracia integral*

Em *Formação da Política Burguesa*, veremos a análise que Reale faz do pensamento político, das Teorias do Estado propostas pelos representantes liberais, datados da Idade Média à eclosão do Estado Moderno, despreendendo-se a soberania do Poder de chefes e reis,

historiando o percurso da relação Nação e Estado (Sociedade e Indivíduo) a par de uma nova proposta política, no caso, a identificação daquela com o Estado, após o Primeiro Conflito Mundial, que é o modelo do ‘Estado forte’. Se fosse para resumir o objetivo principal do livro diríamos que trata da análise que Reale elabora das visões ou Teorias sobre o Estado (a soberania) fundamentadas a partir do pensamento naturalista que pensou um Estado estático, que segundo ele feria a individualidade, amparado que era sobre a base racionalista de cientistas (astrônomos, matemáticos), filósofos, literatos, homens do renascimento e do humanismo. Verificou-se a transposição do otimismo naturalista da ciência que ver e pensa a sociedade acreditando nas leis para o campo da Política, das Teorias do Estado. Esse olhar analítico, pobre porque unilateral ocasionou duas lógicas de pensamento político por assim dizer: o olhar sobre si mesmo e o olhar fundamentado na fraternidade e solidariedade. Da primeira veríamos afirma Reale o individualismo, caracterizando o liberalismo, e da segunda presenciariamos o pensamento marxista influenciando figuras sindicalistas como Sorel.

Da unilateralidade do mundo antigo, sob o olhar grego que tinha a Política ligada à especulação filosófica – na Grécia as discussões políticas se faziam na realidade da pólis e em Roma no Império – o caráter religioso não provocou questionamentos de ordem subjetiva, o homem grego vivia uma totalidade que só fazia sentido em meio a pólis. Em Roma a falta de conflitos impediu o surgimento de sentimento nacional, ser romano resumia-se a viver nos limites territoriais do Lácio e falar o latim, ora servindo ao militarismo de Esparta, ora ao crepúsculo da civilização ateniense, não sendo possível assegurar Reale uma relação entre o homem e aquilo que se conhece. A Idade Média, com o advento do Cristianismo, é um marco crucial para Reale, pois embora haja o teor religioso sob o predomínio da Igreja, o homem volta para si mesmo, lançando-o nos braços da Igreja, mais propício a suas inquietações, levando-o ao naturalismo. Esse período é marcante para entendermos as bases da política burguesa devido à efervescência intelectual do Humanismo, do Renascimento e de todo o pensamento clássico, formado por filósofos e teólogos como Jaques Bossuet, Jean Bodin, Hobbes, Locke, Montesquieu, Maquiavel e Rousseau.

Hostil à ideia de liberdade que diz que basta ao agente não interferir na liberdade do outro agente, a imagem e semelhança de um rio que tem por natureza correr suas águas ladeira abaixo, Reale combate as Teorias do Estado do século XVIII, que embora admita que essas contribuíram para pôr fim a política feudal, não enxergavam a liberdade sem o concurso do Estado. Essa é a lógica do socialismo que para René Gonnard “é um socialismo monárquico, mas um socialismo que não estanca a iniciativa particular, nem absorve o

indivíduo, mas dirige a atividade de cada um tendo em vista a atividade e o bem de todos” (REALE, 1983, p. 202). Essa perspectiva é encontrada nas obras de Bodin, Dupont-White e Rocco. Bodin é considerado por Reale o fundador da Teoria Moderna do Estado porque prescreve a existência da autoridade, que é o Poder, elemento existente em toda e qualquer sociedade, fruto das contingências históricas.

Como já mencionamos, Reale diferenciava pontos políticos do Integralismo como por exemplo o modelo de sindicato italiano fortemente influenciado pelo filósofo francês Georges Sorel, pois “do sindicalismo socialista, o Fascismo conserva só o que tem um valor de vida, isto é, os elementos que, na expressão do Duce, “podem ser considerados fatos adquiridos da História” (REALE, 1983, p. 96). Afirmava que “é preciso ver de que modo o Fascismo é sindicalista” (REALE, 1983, p. 96), tecendo considerações sobre semelhanças e diferenças do sindicalismo integral com o fascista. A corporação pensada por Reale está ligada ao Estado, “a corporação é o órgão estatal, onde se encontram os representantes dos empregadores e dos empregados, ou melhor, dos trabalhadores da inteligência, do braço e do capital” (REALE, 1983, p. 23).

Frente tantas teorias, diante de um percurso histórico analisando as Teorias políticas (do Poder, objeto do Estado que é a Política), da Antiguidade Clássica, caminhando para o fim de sua *Formação da Política Portuguesa*, continuação de *Atualidades de um mundo Antigo*, a escrita de Reale ganha um tom saudoso, dizendo que não criticava o liberalismo e seus representantes, pois eles foram homens de seu tempo, afirmava que suas inquietações foram as mesmas que as suas, “somos homens do nosso tempo tanto como eles foram do seu. Se hoje parecemos seus adversários sistemáticos é porque estamos separados deles pelo curto espaço de dois séculos, mais é especialmente porque todo progresso no campo político se processa no entrechoque dos mitos que tombam e dos mitos que surgem, sem que nos seja dado perceber claramente o que há de totalmente novo ou de parcialmente velho na ideologia nova que se ergue triunfante” (REALE, 1983, p. 225).

Referências Bibliográficas

COSTA FILHO, Cícero João da. *Integralismo e teoria política: Miguel Reale e sua análise sobre o Estado, Poder, Direito e Sociedade (1931-1960)*. São Paulo: Todas as Musas, 2022.
COSTA FILHO, Cícero João da. *Forças do mal: os prejuízos raciais da figura do judeu na obra integralista de Gustavo Barroso (1932-1937)*. São Paulo: Todas as Musas, 2019.
COSTA FILHO, Cícero João da. *Integralismo 'racial': a figura do judeu no projeto nacional brasileiro de Gustavo Barroso*. Revista Especialidades, v. 16, n. 01, p. 126–154, 2020.

- PAIM, Antônio. *Miguel Reale*. Bibliografia e estudos críticos. Salvador: Centro de documentação do Pensamento Brasileiro, 1999.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 19ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. *Fundamentos do Direito*. 3º Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares do Direito*. 27ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. *O Direito como experiência: introdução à epistemologia jurídica*. 2ª.Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5. Ed. Rev. São Paulo: Saraiva, 2000.
- REALE, Miguel. *Teoria tridimensional do direito*. 4º Ed. Rev. São Paulo: Saraiva, 1986.
- REALE, Miguel. *Verdade e conjuntura*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 19ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares do Direito*. 27ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados*. 2ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1987. V.I
- REALE, Miguel. *Obras Políticas: 1ª Fase - 1932-1937*. Brasília: Editora UnB, 1983. V. I
- REMOND, René. *Introdução a história de nosso tempo: o século XX, de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- ROSENFELD, Anatol. *Cassirer*. In: CASSIRER, Ernst. *Mito e linguagem*. 3º. Edição. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Digitado)
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Os fascismos*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- STERNHELL, Zeev. *Nascimento da ideologia fascista*. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/02/91656/>. Acessado em 25/10/2022
- WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2011. (Digitado)

O surgimento dos movimentos autoritários de direita no Japão e o triunfo do militarismo

Nadia Saito

1. A penetração do comunismo nos últimos anos atingiu dimensões sérias e se nada for feito há o risco de o Estado cair nas mãos dos comunistas.
 2. Nenhum movimento pode ser bem sucedido no Japão se não puser de alguma forma o poder imperial como dianteira.
 3. Por essa razão, a preocupação deve ser o estabelecimento de um nacional socialismo sob a égide do Imperador e, então, destruir os partidos políticos existentes e instituir uma ditadura.
 4. O Exército, em consonância com estas ideias, juntaria forças com o grupo de Okawa para atingir uma estrutura política na linha do modelo fascista italiano.
- (Diário de Kido. In: MARUYAMA, Masao. *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*. London: Oxford University Press, 1963, p. 168)

O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado finalizada em 2012 que buscou entender as condições do desenvolvimento do fascismo no Japão. É necessária uma revisão deste debate que foi realizado a mais de uma década. Naquele momento a literatura acessível no Brasil para o debate era escassa, sendo necessário uma comunicação direta com os poucos autores que estudaram o caso asiático via e-mail. Na época, a comunicação digital tinha seus percalços econômicos, tendo em vista que o uso da internet era mais restrito e necessitava que ambos os lados tivessem acesso rápido e direto a conexão - contínua e estável- e aos recursos (i.e. computadores). Em visita à biblioteca da Université Paris Nanterre - antiga Paris X - foi possível a coleta fotográfica de materiais para complementar a leitura que já havia sido explorada.

Ainda assim, com o limitado conteúdo bibliográfico ocidental - em inglês, espanhol, francês, português, alemão e italiano - o debate necessitava amadurecimento. Visto que apenas um ou dois autores de cada nacionalidade se desdobrou sobre a questão. Em busca de fontes secundárias, encontrei as fontes primárias em japonês que haviam sido em 2010 digitalizadas e disponibilizadas para o público em geral pelo estado japonês em parceria com universidades japonesas. Com a conexão de internet lenta, o trabalho com as fontes primárias - discursos do período e documentos de expedição de ordens, entre outros - haveria de ser adiado.

No trabalho de revisão bibliográfica feito para a dissertação foram citados os principais autores e perspectivas sobre o assunto. Todavia, seria necessária uma nova pesquisa que contemplasse o debate com um estudo das fontes primárias e secundárias em conjunto.

Sem mais delongas, este artigo fará jus a uma parcela do fenômeno no Japão e do desenvolvimento dos movimentos de direita juntamente com uma análise econômica para tratar do fascismo como um fenômeno da crise do capital e como vidas - e realidades - foram sendo forjadas socialmente de acordo com as normas ditadas pelos seus governantes daquele período.

Kido Koichi - descendente direto de Kido Takayoshi, um dos líderes da Restauração Meiji - além de fazer parte dos oficiais da corte imperial, participou do planejamento expansionista na China. A elite cultivada na modernização Meiji foi fluentemente amoldada ao sistema imperial. Muitas das atividades para a construção da nação moderna foram ditadas pelo pragmatismo e pelo expediente em curto prazo. A inflexão para a absorção do ex-samurai e, ao mesmo tempo, a substituição de importações e o incentivo à construção de linhas férreas estavam entre as prioridades nacionais. E, portanto, a concentração de capitais e a formação da classe dos capitalistas foram essenciais para esse estágio do capitalismo.

O fukuoku kyohei, inspirado num nacionalismo xenofóbico, foi o aparelho ideal para ditar a rápida industrialização com o mínimo de preocupação com o bem-estar social. O capitalismo no Japão se formou sob essa base contrária aos elementos externos para a acumulação primitiva do novo Estado e seu sistema.

Com o passar do tempo, o tema se desvendou para o expansionismo imperialista, em parte dada a natureza dos líderes e, em parte, como uma reação a eventos políticos e econômicos (MACPHERSON, 1995, p. 25). Matsuzawa foi categórico ao afirmar que essa extensão dos projetos da Era Meiji fortaleceu, qualitativamente, um conjunto de políticas colonizadoras (MATSUZAWA, 1984, p. 1). De resignada e cautelosa a política internacional japonesa passa a ser combativa e exige autonomia.

A Paz Iluminada

O início da Era Showa – literalmente, “Paz Iluminada” – foi marcada por mais uma Restauração que se deu no calor de seguidos golpes de Estado, a cargo de jovens oficiais de direita e nacionalistas, que tinham a intenção de estabelecer a aproximação entre Imperador e seu povo, sem a interferência de partidos políticos e instituições democráticas. O começo do século XX nipônico foi cerceado por convulsões e conflitos sociais, acompanhando as

tendências mundiais ditadas pelas potências imperialistas ocidentais. Sob o cenário da crise bancária de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, o Japão desejava uma projeção na economia mundial que lhe desse a hegemonia, ao menos local, culminando, assim, na instalação japonesa na China, em 1937.

A crise já se alastrava pelo Extremo Oriente, arrastando até mesmo economias emergentes, como a japonesa. Marius B. Jansen descreve esse período do fim da Guerra Russo-Japonesa a 1931 como um período de paradoxos e ironias (JANSEN, 2000, p. 495), referindo-se, por exemplo, à integração do Japão às Potências e ao status de sistema imperial.

Outro paradoxo estridente é o progresso do Exército e da Marinha aos padrões mundiais logo após o fim do primeiro conflito mundial, em contraposição à limitação dos armamentos de todas as Potências.

Particularmente nesse período, o cargo de Primeiro-Ministro tinha pouca ação política se comparado ao jogo político entre os Ministérios da Casa Civil e da Justiça – ambos tinham responsabilidades locais e de segurança nacional. E as forças armadas comandadas diretamente pelo Imperador. A Casa dos Representantes tinha pouco poder sobre as decisões políticas, que eram relegadas ao Conselho Privado, ligado diretamente ao Imperador. A Casa dos Nobres, uma amálgama de aristocratas hereditários e nobres, ficava à mercê de figuras do cenário político ligadas ao sistema imperial. Nos últimos anos da década de 1920, o crescimento do empresariado industrial forçou uma maior representação da Casa dos Representantes.

Episódio ilustrativo de como o cargo de Primeiro-Ministro deveria estar sempre associado a alguma outra instância foi o de Tanaka Giichi, de 1927. Ao assumir seu cargo de Primeiro-Ministro e acumulando o Ministério das Relações Internacionais, teve de enviar tropas japonesas como medida de segurança à Marcha para o norte de Chiang-Kai-Shek. Para os chineses, a ação se demonstrava ofensiva quanto aos movimentos nacionais e muito mais contundente do que o posicionamento de Kijuro Shidehara, que pretendia a expansão da China como principal forma de desenvolvimento do empresariado nacional. Seria prioritário, na visão de Tanaka, que se fizesse uma estrutura política clonada do modelo japonês, fosse para atender aos interesses de expansionismo voltado ao comércio exterior com parceria ocidental, fosse para atender à burguesia nacional. Este sustentáculo planejado teria uma durabilidade que seria suficiente para manter qualquer categoria de expansionismo.

A flexibilidade foi garantida ao tomar como ponto de partida a instabilidade do governo chinês e a condução pelas mãos dos japoneses:

Houve alguns desacordos [...] Mori Kaku apoiou um memorandum do comando do exército de Kwantung, que dizia que a China deveria reconhecer a Manchúria como “autônoma”, isto é, o reconhecimento do status de uma entidade política separada. Isto era muito mais do que o Ministro das Relações Exteriores poderia querer. Diplomatas também tiveram reservas sobre o papel de Chang Tso-lin. O ministro japonês em Beijing necessitava de apoio para um senhor da guerra independente na Manchúria, para a retirada do norte da Muralha da China. Tanaka acompanhou a empreitada. Por outro lado, Yoshida Shigeru, cônsul-geral em Mukden, que estava para assumir o cargo de vice-ministro em Tóquio, defendeu que o Japão não devesse se envolver politicamente com os titeres políticos chineses de qualquer natureza, levando-se em conta que as relações eram em graus insatisfatórios. Ele preferiu agir diretamente através de seus representantes (BEASLEY, 1987, p. 185).

Por uma Manchúria (In)Dependente e a Construção da Grande Ásia

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, tendo conquistado posicionamento no mercado internacional, o país passa por mudanças consonantes com a movimentação econômica mundial do pós-guerra. Um ponto relevante para pensar nos efeitos da crise em relação ao Estado foi a inexperiência da classe dirigente em manipular o sistema que estava sendo implantado sob o novo câmbio, e a conjuntura desfavorável colaborou para a turbulenta agitação econômica em que o Japão se encontrava:

A falta ou erros de intervenções não permitiram a manutenção da balança de pagamentos, pois, durante os primeiros anos da década de 1920, provavelmente o iene estava supervalorizado frente a outras moedas. O resultado foi o enorme déficit cambial recaindo na balança que tem ativos de 3,035 bilhões de ienes em 1914-1919 caíndo para 79,3 milhões em 1920, 246,2 milhões em 1921, 181,5 milhões em 1923. O aumento acentuado do saldo negativo nas contas com o exterior em 1923, bem como a conjuntura econômica desfavorável foram determinados pelos efeitos adversos do grande terremoto que atingiu a região de Tóquio naquele ano. (GATTI, 1983, p. 23-24).

É com o advento da guerra que o Japão tem a oportunidade e os recursos financeiros da imposição de relações desiguais com a China, esquivando-se das normas multilaterais do imperialismo cooperativo e estabelecendo uma extensão no continente. Estava-se novamente deparando-se com as velhas questões – de como seria essa entrada no jogo geopolítico mundial, de como se daria a estratégia na Manchúria sem que os interesses econômicos fossem arriscados e de como seria esse novo posicionamento japonês em face da China e de outras potências.

O contexto mundial de redistribuição dos poderes e de influência política decidido pela Primeira Guerra Mundial forçou uma decisão sólida por parte dos nipônicos sobre os

Tratados Desiguais, que submetiam países do Extremo Oriente a um status de protetorado. Os tratados forçaram um aumento tarifário a partir de 1899. Segundo Yasuba, as taxas de crescimento sobre importações aumentaram de 3,7%, em 1898, para 15,5%, em 1910, e para 21%, em 1933. E os produtos de luxo e da indústria pesada em 100%; sobre transportes, 37,5%; sobre o ferro e aço (ligas, barras e chapas), 24,1%; e sobre os automóveis, 24,5% (YASUBA, 1996, p. 551). O sistema de tratados acaba se deflagrando insuficiente para o cenário japonês sob a perspectiva de rearranjo dos padrões estruturais e sob o estímulo dado à formação de blocos econômicos. O que antes parecia medida protecionista começa, a partir deste ponto, a indicar restrição de mercados. Apontava-se para um projeto mais atraente, que significava, além de exclusividade, “parceria” econômica entre China e Japão, uma co-prosperidade.

A indústria pesada, de acordo com os dados do perito, teria causado a falta de recursos minerais. No entanto, para ele, a adequação aos tratados tem pouco a ver com o ímpeto de industrialização em que o Japão se empenhava; o protecionismo recauchutado nessas transações impulsionou a economia japonesa até a década de 1920, sendo que, entre o período da Primeira Guerra e a Grande Depressão, as altas tarifas de commodities teriam criado excessiva demanda por capitais e recursos naturais, agravando o quadro da comercialização e freando o desenvolvimento econômico. E, por consequência, as condições da vida pública também seriam afetadas.

Ainda segundo o economista japonês Yasuba, as tarifas sobre o transporte de mercadorias estariam descomunais e a solução no campo militar era a única capaz de dar vazão a negociações. Por outro lado, as tarifas estavam, internacionalmente, conforme padrões regulares. O movimento pela autossuficiência na produção de metal bruto encorajou o militarismo e a Guerra do Pacífico.

A partir de 1930, a estrutura da produção japonesa se converte para a exportação de commodities – fios de seda, tecidos de algodão e seda, açúcar e cerâmicas – e traz consigo certo conforto econômico. Importações eram, grosso modo, alimentação, matérias-primas para a indústria leve e combustível (YASUBA, 1996, p. 552-555). Sustenta-se a tese de que o militarismo teria criado a demanda por matérias-primas à indústria pesada. A falta de suprimentos domésticos de matéria-prima e combustível, conseqüente do crescimento vegetativo, um protecionismo por parte dos estrangeiros cada vez mais forte e a recessão de 1929 foram as justificativas para a expansão militarizada japonesa. Ishihara Kanji, general das tropas em 1930, afirma ser imperativa a colonização da Manchúria: “Nossa nação parece estar

num beco-sem-saída e nele parece não haver soluções para os problemas importantes de população e suprimentos. A única saída, de acordo com a opinião pública, é o desenvolvimento da Manchúria e Mongólia”. (YASUBA, 1996, p. 553).

Se, antes de 1930, a economia japonesa conseguia autossuficiência, as deficiências em matérias-primas, após os projetos imperialistas, tornaram-se reais. A indústria da guerra realizou essa necessidade. Uma lógica de prevenção justificaria a construção do arcabouço do imperialismo voltado ao continente.

Um dos pontos nevrálgicos que colocavam em cheque os domínios japoneses, principalmente a Manchúria, era a Revolução de 1917, que expressava uma tensão no que diz respeito à noção de esferas de influência. A vitória bolchevique era a representação real da ameaça ao avanço do imperialismo japonês e, ao mesmo tempo, a conveniência dos territórios chineses pela corrida aos recursos naturais para fomentar o crescimento econômico nipônico:

Ishihara e Itagaki desejavam a Manchúria sob o controle japonês não apenas por motivos econômicos, mas também porque acreditavam que a anexação daquela região chinesa seria estrategicamente essencial contra as ambições soviéticas. Reforçando isso um ideia de conquista estava atrelada aos benefícios do Japão ao povo da Manchúria, nos quais poderia se perceber a manutenção da segurança pública e do desenvolvimento da economia. Para conceber o plano, Ishihara e Itagaki simularam um incidente que daria a justificativa para o exército de Kwantung tomar o controle de toda Manchúria. O desejo deles de dominar a região era, obviamente, compartilhado com outros oficiais, tais quais Araki Sadao e Hata Shunroku do comando geral do exército. O apoio para as ambições do exército de Kwantung também veio de oficiais do ministério da guerra, tal qual Nagata Tetsuzan, que acreditava no conceito de guerra total e almejava os vastos recursos da Manchúria (MIKISO, 2001, p. 271).

O imperialismo japonês, diante da conjuntura internacional, tomou uma forma necessariamente contrarrevolucionária; foi uma resposta ao comunismo, principal inimigo, como alvo de ataque direto do movimento autoritário que se formava (MARUYAMA, 1969, p. 160). Os impulsos revolucionários precisavam ser refreados; para tanto, um sistema de vigilância interna e externa foi ativado para assegurar a ordem nacional.

Japão em segurança

Um agente integrante da revisão dos tratados desiguais foram as fronteiras entre China e União Soviética – sabendo-se que a China seria um solo apropriado para intervenção da política e manobra russa. Era, naquele momento, um campo movediço para as disputas que se travavam e era imperativo que se fizesse impor econômica e ideologicamente.

O outro lado do mesmo problema, ou seja, em âmbito doméstico, foi o clima de

florescimento das indústrias que impulsionou uma onda de greves e sindicalização extensiva. A intervenção mais certeira no nordeste da Ásia parecia, aos olhos do governo, prevenir que o comunismo se espalhasse: fosse pela ideologia, fosse por ações. Portanto, a condição para a defesa nacional passou a ser a extirpação de qualquer inimigo que se aproximasse das ideologias de esquerda (BEASLEY, 1987, p. 157). Nesse ínterim, o número de associações patrióticas e anticomunistas estava em crescimento:

[...] o fascismo recrutava adeptos sobretudo entre civis, e só mais tarde ele começaria a difundir-se entre os oficiais do exército e da marinha. Os porta-vozes da extrema-direita radical propunham uma política externa que conjugasse o expansionismo territorial com o ataque ao colonialismo europeu e norte-americano na Ásia, e defendiam uma política interna que eliminasse a grande propriedade privada, garantisse o direito ao trabalho e ao cultivo da terra, abolisse o parlamento, onde tinham assento os partidos ligados aos maiores grupos empresariais, e instaurasse um capitalismo de Estado, administrado por uma ditadura militar. Tratava-se, em suma, de um programa nacional e socialista. (BERNARDO, 2003, p. 126).

Efetivamente, as associações serviam de modelo aos sindicatos patronais em gestação. Segundo Beasley (1987, p. 177), as associações e sociedades formavam-se em torno de uma personalidade carismática, embora entre si os agrupamentos não tivessem identidade. Para ele, nunca foi como a mobilização de massa efetuada na Alemanha ou na Itália, porém, mais que isso, foi meta geral não a tomada do poder e sim a sua destruição irracional. O projeto para posteridade era inexistente e ludibriava-se que, misteriosamente, se reconstruiria algo melhor, como um campo de manobra em que as classes dirigentes pudessem se acomodar a cada circunstância.

Vários programas nacionalistas foram apresentados nesse período do imediato pós-guerra com a finalidade de dar sentido operacional às teses da militarização e abolição do parlamento e de partidos em nome de uma aproximação mais efetiva ao Imperador, entendendo como soberanos o povo e seu monarca (MARUYAMA, 1963, p. 28).

Matsuzawa afirma que a população civil teve seu papel dentro de uma lógica de alienação em que a participação era direta e total, seu engajamento apaixonado e cego por um ideal político que apenas se diferenciava do anterior (MATSUZAWA, 1984, p. 7). A identidade nacional foi fundada sob o mito do Shinto, que remontava ao passado sagrado. A tradição do passado sagrado teria sido inventada na Era Meiji para legitimar a autoridade em nome da unidade nacional. O sentimento do nacional surge apoiado nesses valores patrióticos e acomodado sob o manto do imperador. O nacionalismo no Japão, diferentemente das experiências ocidentais, nasce como crítica à submissão nipônica aos ocidentais:

Após 1918 [...] Ainda havia acordo de que o Japão deveria ser o Grande Japão. Ainda havia o mesmo vocabulário: “a política nacional”, “a essência nacional”, “a família nacional”. Embora, conforme a sociedade japonesa se tornava mais burguesa, o nacionalismo se tornou em uma de suas faces uma crítica e noutra um lamento: em que os senhores de terra se abstiveram, explorando os camponeses; em que os empresários viraram os novos ricos; em que políticos viraram homens de partido, procurando apenas o poder; em que em nenhum deles colocavam o nacional como prioridade. Nas escolas e universidades, costumava-se dizer que os jovens eram ensinados a estimar o individualismo, o qual era a palavra ocidental para egoísmo. (BEASLEY, 1987, p. 177).

Para a atomização total do indivíduo, advogavam-se ferramentas propagandísticas sobre certo “grupismo”, que aplicaria a lealdade à sociedade ou empresa tratando estes como uma casa (ie) ou uma extensão da família. Havia o ideal de submissão dos trabalhadores a uma empresa paternalista em que o indivíduo poderia ter total confiança e respeito. Então, a condição de trabalhador ficaria mascarada sob uma condição de hierarquia familiar: “Entre os recursos mais comentados da sociedade está a disciplina, um conceito claro de aceitação da autoridade, lealdade, autoridade e deferência aos superiores, e uma ênfase no nascimento e senilidade, em vez do mérito”. (MACPHERSON, 1995, p. 5)

Outros atributos do movimento crescente eram o elemento ruralista arraigado, que refletia hostilidade ao mundo urbano em resposta às condições sociais conferidas à modernização desenfreada. E mesmo certo sentimento de pan-asiatismo já estava presente nesse período, como reflexo das tentativas de resistência ao Ocidente.

Um estado de exceção parecia ser uma saída razoável à elite e à massa manipulada, que via o país em condições sociais de privação: seria uma mudança controlada, dentro da ordem. Matsuzawa esclarece que um *modus operandi* já vinha sendo elaborado desde o Meiji, a exemplo da discriminação dentro da própria classe por gênero e por origem étnica (ainus, burakumin, coreanos) (MATSUZAWA, 1984, p. 2; SAITO, 2002). As atitudes de intensa discriminação e opressão e a hostilidade e agressão contra “estrangeiros” garantiriam a coesão e integração do grupo, trariam uma justificação para a alta exploração a que eram submetidos os elementos segregados. Nada era mais conveniente para os capitalistas em fase inicial do que a submissão dos trabalhadores aceita no próprio corpo social e a implantação de uma ideia em que todos teriam uma função orgânica. Apesar de os elos sociais estarem confusamente reorganizados, a relação de exploração permanecia incólume (BERNARDO, 2003, p. 198). As presenças, ainda que enfraquecidas, da Alemanha e da França na China teriam que ser ainda mais suprimidas, assim como os interesses da Inglaterra e dos EUA:

À Inglaterra, um oponente de longa data na corrida de monopólios, esperava-se que tentasse ganhar o terreno perdido na China e já que este tinha sido perdido anteriormente pelo Japão, os prospectos para as relações anglo-japonesas estavam incertos. Ainda restavam os EUA, que desde o início foram o porta-voz das doutrinas de abertura das portas. (BEASLEY, 1987, p. 157).

Os EUA estavam fortalecidos econômica e militarmente após a Primeira Guerra Mundial e pouco se dispunham a ajustes com o Japão nos Tratados Desiguais:

Além do mais, sob a liderança de Woodrow Wilson era desejável que houvesse a necessidade de que Tóquio reconhecesse o princípio da soberania chinesa. Então o Japão não poderia mais contar com a colaboração internacional para divisão dos direitos dos tratados como um apoio para suas ambições. Por outro lado, os estadistas da Inglaterra e EUA viram no sistema de tratados desiguais uma ferramenta para conter o Japão (BEASLEY, 1987, p. 157).

Um terceiro fator era o crescente nacionalismo chinês. Estimulado, primeiro, pelas “21 Demandas” (1915) e pela tentativa japonesa de incorporar provisões em Shantung contidas no Tratado de Paz de Versalhes, a hostilidade ao imperialismo japonês se tornou de primeira ordem na política chinesa. As tentativas japonesas em transformar a China em nação autônoma após a Primeira Guerra Mundial levou as concessões alemãs à permuta de subordinação. As intenções essenciais das “21 Demandas” eram um novo protetorado sujeito ao Estado japonês, tal que um plano de implantação da nova moeda (Yuan) foi apresentado e vincularia a China à economia hegemônica local. O Japão, no contexto dos anos 1920, tinha apenas uma saída: agir para prevenir e se erigir no quadro político e econômico mundial ou sua posição na China enfraqueceria e ele estaria submetido aos ditames do agressivo jogo ocidental.

É também nesse contexto que o setor bancário japonês, estabelecido em suas bases capitalistas, amplia ainda mais a produção interna e o comércio internacional durante a Primeira Guerra Mundial, que resultaria, nessa fase recessiva, na projeção dos zaibatsus.⁵⁴ Para Gatti:

⁵⁴ Em Lenin, pode-se encontrar uma definição paritária sobre conglomerados: “Nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção das embalagens etc.). ‘A combinação – diz Hilferding – nivela as diferenças de conjuntura e garante, portanto, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a combinação conduz à eliminação do comércio. Em terceiro

graças, nomeadamente, ao controle de crédito [eles] foram capazes de aparelhar os pequenos produtores (concorrentes ou indústrias), as dificuldades e os custos da crise. Em particular, a Mitsui Bussan, após ter dado vida em 1918 a uma companhia de seguros marítimos, em 1920 fundou a Tóquio Menka Shogyo Kaisha e em 1925 a Sanki Koyo Kaisha. Ainda dentro do mesmo zaibatsu, a Mitsui Gomei criou a Mitsui Shutaku Kaisha, criada em 1924, e, no ano seguinte, uma companhia de seguros, bem como diversas empresas dirigidas para a exploração imperialista de Taiwan e da Coreia. Portanto, se o estímulo dado à economia pela Primeira Guerra Mundial contribuiu em inegáveis benefícios produtivos para o Japão, é claro que tal estímulo fez exacerbar a contradição de alguns aspectos estruturais, influenciando o crescimento econômico e social do país. Além das condições de exploração da classe trabalhadora (nacional e colonial) e os pontos fracos da agricultura, o desenvolvimento da produção e do comércio internacional favoreceram, em realidade, a estabilização de distorções estruturais, tais como a interligação entre o capital financeiro e o capital industrial, a acentuação da concentração oligopolista e a distribuição desigual de renda dentro da própria burguesia. (GATTI, 1983, p. 24-25).

Alguns setores revisionistas trabalham com a tese de que a expansão na Ásia foi derivada, não por uma megalomania de seus líderes militares, mas, ao menos em parte, de uma longa série de avaliações das necessidades de defesa e de recursos pelos representantes da cultura que acreditavam numa grandiosa tradição. Ben-Ami Shillony (apud BEASLEY, 1975, p. 81), por exemplo, admite a posição de adversidade quanto a ter decisões sobre o curso da história, em contraposição aos mitos que foram cultivados em torno desse debate, afirmando, também, certo descaso em face de outros “mitos”, como a articulação dos partidos com os altos comandos militares e o governo. Visões como a de Shillony desconsideram o foco político, a dinâmica e a participação popular, como dados inválidos para análises em eleições regionais, como forma de representação política local. Para ele, como no período Meiji ainda restava a sensação de inexatidão, uma reação tradicionalista manifestada de tempos em tempos por histeria nacionalista não se provou forte o suficiente para sustentar o desenvolvimento burguês da sociedade.

A intervenção do Exército parecia iminente a restabelecer a ordem entre governo e empresariado, varrendo as relações incompletas remanescentes do Meiji. Em outras palavras, o legado do Meiji – de fortalecimento ao elemento nacional – foi evocado às expensas de

lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas simples (isto é, não combinadas). Em quarto lugar, fortalece a posição da empresa combinada relativamente à simples, reforça-a na luta da concorrência durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando os preços das matérias-primas descem menos do que os preços dos artigos manufaturados [...] Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc”. (LENIN, 1979, p. 588-591).

outra razão, o crescimento econômico (BEASLEY, 1987, p. 19). Antes de 1868, a identificação social girava em torno dos domínios feudais, a ideia de um Japão como nação ainda estava para ser construída. A educação em massa e o recrutamento militar aparelharam e doutrinaram as gerações mais novas com a ideia de Grande Japão (Dai Nippon), ao invés de uma ideia concebida da série de feudos dirigidos por daimyos. Nesse sentido, a lealdade aos senhores feudais foi substituída pela lealdade ao Estado.

O nacionalismo, apesar de ter uma conotação que pouco tinha como objetivo o nacional, teve de se remeter novamente às políticas imperialistas desenvolvidas no Meiji. Sua outra face, a revolucionária, também estava presente, isto é, na medida em que invalidava os fins em nome da modernização de 1868 ou quando lutava por uma nova ordem da sociedade, que era resultado da força da instituição imperial. Ou mesmo quando, simplesmente, condenava a injustiça social no mundo. Todos os discursos se espelhavam na experiência Meiji, que derrubou a dinastia Tokugawa. A forma que tomava esse nacionalismo, do terrorismo ao golpe de Estado, foi legitimada pela tradição funcional dos heróis de 1860.⁵⁵

A industrialização e a centralização deram aos japoneses um forte senso de que o país poderia rivalizar com as potências ocidentais tanto em termos tecnológicos, como em termos de nação. Além disso, as vitórias nas guerras externas deram à população a sensação de projeção militar para a nação, dando à nova potência do Extremo Oriente um crescente sentimento nacional.

O empresariado, que praticamente financiou a modernização, aceitou a *raison d'état* para manter as liberdades econômicas; o status quo político estabeleceu novos pesos e contrapesos em nome da manutenção desses poderes e a construção de uma Nova Ordem; a correspondência com a tradição serviu de esteio aos movimentos radicais de direita. Era imprescindível a perseguição aos revolucionários de esquerda, representantes da ameaça comunista à ordem do capital (NISH apud THE CHINA QUARTERLY, 1990, p. 622). Chamados de “ideólogos” (*shugisha*) ou “vermelhos”, foram jogados ao ostracismo, chegando a ser perseguidos e eliminados com grande eficácia pela polícia. Somam-se a isso as consequências agravantes da crise doméstica, que derrubava toda e qualquer tentativa de resistência socialista:

Logicamente nem todos os japoneses concordaram com a política expansionista da liderança militar. Muitos intelectuais liberais ou socialistas eram contrários. Mas as manifestações antimilitares ou as expressões

⁵⁵ Em referência àqueles que fizeram a unificação do país no período Meiji.

antiexpansionistas foram reprimidas [...] O comunismo foi proscrito como uma ideologia destrutiva, nociva e prejudicial para o “ser japonês”. No entanto, os políticos e conciliadores pró- Ocidente fizeram esforços desesperados para impedir o fim inevitável e trágico com os anglo-saxões. (KANJI, 1993, p. 90).

A tendência ao aumento da vigilância era geral, a coerção física foi o instrumento ideal para conter a subversão que afogava a velha ordem social. Hobsbawm trata esse período como tendo grande propensão ao nacionalismo, devido ao contexto de ressentimentos a Estados estrangeiros, guerras ou impérios insuficientes e, para os governos, havia a vantagem da legitimidade e da popularidade (HOBSBAWM, 1995, p. 117). A direita não possuía um projeto unificado e, claro, ela se nutria pela negação, isto é, pelo anticomunismo como principal alvo. Para a proteção da classe, era preciso que se exaltasse certo tipo de pureza comum ou tradição coagulante que fosse contrária a qualquer tipo de revolução social. Para Matsuzawa (1984, p. 6), a coesão do grupo (kyodotai-teki) tinha como central os objetivos de discriminar e eliminar elementos perigosos à ordem, ressaltando que a classe dominante reproduzia, promovia e encorajava tais práticas, direta e indiretamente.

Como componentes do sistema, os meios de comunicação e de massa se voltavam para a finalidade da unidade orgânica social. Marco Del Bene afirma que o regime fascista japonês, desde os anos 1920, conferia grande importância a esse instrumento (DEL BENE, 2004, p. 9). A cultura popular e as atividades sociais tinham de estar alinhadas com as finalidades do sistema e atenderiam ao consenso a ser modulado “por cima” (MARUYAMA, 1963). É a partir dos anos de 1920 que a modernização da sociedade esculpe a sociedade de massa japonesa e seu modo de fazer política. Os grandes jornais, agora, tinham o espaço para difusão e já atendiam aos interesses dos agrupamentos industriais (DEL BENE, 2004, p. 9). A imprensa estava comprometida com os agrupamentos industriais e tinham interesses comuns. Desde que a imprensa era uma interessante ferramenta para o controle da economia, ao mesmo tempo que poderia dominar socialmente as massas, ela passou a ser outra célula a ser cultivada para a manutenção da dinâmica:

Entre os anos de 1924 e 1931 se completou a massificação da sociedade japonesa, mesmo que a maior parte da população vivesse da agricultura, os grandes centros urbanos como Tóquio e Osaka, para citar somente os maiores, ostentavam um proletariado e uma burguesia urbana ávida pelo consumo de informação e entretenimento. O processo de simplificação, no setor da imprensa periódica e cotidiana, foi alimentado pelo crescimento de dois gigantes jornalísticos de Osaka, o Asahi e o Mainichi, que naturalmente para o período se afirmaram com os dois jornais de grande circulação no Japão, com tiragem superior a um milhão de cópias. O rádio, um novo

concorrente temido pela imprensa escrita [...] também estava sujeito a um grau significativo de controle do governo. Foi no início do Showa que o cinema japonês atingiu uma maturidade expressiva e produtiva, e isto coincidiu com a explosão de outro fenômeno de massa, da música popular ao boom dos livros em edições econômicas (DEL BENE, 2004, p. 9).

Segundo o historiador italiano (DEL BENE, 2004, p. 12), o controle dos meios de comunicação pelo Estado japonês tinha a finalidade de fazer com que a propaganda fosse a voz do regime. Portanto, a mídia deveria servir como adestradora das massas com ostensivo domínio estatal. A formação do consenso no Japão por meio da mídia, na avaliação de Del Bene, foi extremamente eficiente no âmbito social e cultural, demonstrando-se uma força autêntica e fiel ao regime.

O Estado imperial gerava o inimigo para poder manter sua unidade interna. Essa dinâmica acabou se expressando em outras formas: capitalismo industrial, um sistema monárquico constitucional de tipo partidário e um sistema de opressão e controle (por parte dos burocratas), articulados com agressões intermitentes ou guerra (MATSUZAWA, 1984, p. 6).

A garantia de que projetos sociais revolucionários não vingassem era o plano geral do estrato no poder. Até meados de 1920, a movimentação anticomunista e os partidos (como já afirmado anteriormente, conectados aos zaibatsus), comprometidos com uma política conciliadora, manteriam a Manchúria como Estado semi-independente e consentiriam uma dupla solicitação do grande capital: um sistema de exploração dos trabalhadores, internamente abotoado aos negócios com as nações vizinhas (BERNARDO, 2003, p. 128). No entanto, a facção dos nacionalistas radicais previa que o expansionismo continental fosse urgente e defendia a economia totalmente controlada pelo Estado e a militarização:

E como o liberalismo econômico dos grupos empresariais se conjugava com uma política fortemente repressiva do operariado, a oposição à estratégia defendida e aplicada pelos governos do grande patronato contribuiu para interessar os fascistas por uma outra forma de abordagem dos problemas laborais (BERNARDO, 2003, p. 128).

A ascensão da direita foi em resposta à realidade da revolução de esquerda que se tinha formado na Ásia continental e se difundia internacionalmente. No entanto, é ilegítimo, nas palavras de Hobsbawm, que se relacione a ascensão do fascismo a práticas plagiadas da esquerda (HOBSBAWM, 1995, p. 128).

Há de se considerar que a direita conquistou a camada de militares de baixa patente e jovens nacionalistas, que viram uma oportunidade dentro de sua condição de classe ou mesmo

em sua nação, que parecia não ter saídas contra a economia ocidental. Esses soldados iriam desempenhar um papel protagonista no folclore dos movimentos da direita radical e fariam parte de seu braço armado.

Além do mais, todas as organizações que representassem ameaças à ordem existente da sociedade eram tidas como culpadas pelo colapso da economia, apontando o bolchevismo como o responsável pela desordem que esses movimentos reivindicavam. A classe operária ganhava corpo em face da realidade concreta das proporções tomadas pelo direcionamento leninista. Não foram despropositadas as regulamentações sobre as jornadas de trabalho como forma de calar as reivindicações dos mais envolvidos desse estrato social.

A força com que os movimentos fascistas surgem são, em grande medida, saídas para exaurir a velha ordem e as classes dominantes que se pretendiam eternas do enredamento em que se encontrava toda a sociedade, em termos de poder. No caso nipônico, o funcionamento precário expressou-se na tentativa do governo Taisho. A virada antidemocrática se deu por meio da própria classe no poder; como um golpe de alegoria, ela se beneficiou da convulsão popular, apropriou-se de todos os slogans da direita, desenvolveu a economia para a projeção internacional e se manteve no poder com outra fisionomia – demonizando a radicalização com que se consagrou.

O triunfo dos militares pôde ter espaço nas condições de um Estado falido, no qual a massa se encontrava alheia a sua cidadania, em que uma revolução social temida por nacionalistas e um projeto expansionista forte estavam emergindo. O fascismo chega ao poder convenientemente por iniciativa do próprio velho regime, de forma constitucional. Estando no poder, o fascismo se recusava a jogar politicamente pelas regras antigas. Eliminou seus rivais e criou uma ditadura desenfreada em torno de um supremo líder populista (HOBSBAWM, 1995, p. 130), assim como ocorreu nos casos ocidentais considerados clássicos para a análise da categoria de fascismo e movimentos autoritários.

Na ocorrência do Japão, a figura do chefe, que não precisava ser criada, já estava confusamente contemplada no Imperador. O movimento fascista, ao tentar erradicar a elite que representava a dinâmica dessa antiga ordem, deu um novo semblante a ela. Utilizou como ferramenta a ambiguidade do imperador, submetendo as massas para atender aos interesses da elite e tornando o imperador um coadjuvante, com pequenas participações reais na peça política.

De forma geral, historiadores tendem a julgar o papel do imperador como elemento definidor ou como marionete. A perspectiva de que o imperador fosse apenas um títere

camufla a responsabilidade de Estado que o imperador tem em assegurar a soberania e a responsabilidade que tem sobre o Exército e a Marinha, a par de seu poder de veto. Ou seja, todo o staff político reportava-se ao imperador e estava sujeito a sanções. Por exemplo: em 1928, Hiroito demitiu o Primeiro-Ministro Tanaka Giichi⁵⁶ na ocasião em que um atentado à bomba assassinou Chang Tso-lin⁵⁷ e, em 1936, quando os movimentos fascistas eliminavam todos os conservadores do sistema imperial, a intervenção do imperador foi imprescindível para que se interrompesse o banho de sangue que seguia. Em resumo, o Imperador tinha a função de regular a sociedade e de integração (BIX, 2000). O papel simbólico do imperador era a materialização da instituição familiar.

A utopia de retorno a um passado lendário não era passível de realização nos Estados que estavam empenhados em sua modernização e avanço tecnológico. Estratégias militares e indústrias japonesas foram construídas numa fusão de políticas de segurança nacional, industriais e tecnológicas. Um tipo de tecnologia que se adaptou totalmente ao ideal da modernização, utilizando o militarismo com propósitos nacionalistas (SAMUELS, 1991, p. 49).

Zaibatsu, Crise e Manchúria

A crise financeira que acometeu o Japão prematuramente, em 1927, liquidou empresas de pequeno e médio porte, que foram compradas pelos conglomerados a preços desprezíveis, estimulando uma indignação aos grandes grupos financeiros e enfraquecendo a exigência maior, que era contra o sistema de exploração. Segundo Gatti, a entrada da economia japonesa no mercado mundial favoreceu e maturou sob o balanço produtivo e comercial dos anos da

⁵⁶ Primeiro-Ministro e ministro das relações internacionais, no ano de 1927; segundo Beasley, de soldado se tornou político. Ele foi treinado para suprimir a presença comunista na China, ao contrário de seu antecessor Shidehara. Especializado em exterminar o terrorismo comunista, ele reconhecia a importância do comércio e do investimento continental com mais clareza do que outros militares. No entanto, tendia a dar mais peso aos tratados dos portos do que ao empresariado nacional zaibatsu: “Em julho de 1927, quando da inauguração de um estudo no qual se pretendia um direcionamento ao Plano de Mobilização Nacional, ele expressou sua visão de que ‘controle e desenvolvimento de recursos’ para propósitos de segurança nacional poderia significar o estabelecimento de uma estrutura de guerra mais ordenada para atender a todas as demandas dessa nação militarizada” (BEASLEY, 1987, p. 184).

⁵⁷ Senhor da guerra na Manchúria desde 1921, Chang foi nomeado na gestão de Hara e manteve vários conselheiros japoneses em seu grupo. Ele mantinha ligações entre a Coreia e o Exército de Kwantung, além de relacionar diplomaticamente os exércitos japoneses e chineses em caso de emergência. As instalações e organização dos exércitos eram feitas a partir do modelo japonês, assegurando assim o poderio de Chang na Manchúria, avalizado por Kwantung. Chang foi o mediador da expansão japonesa na Manchúria. Chang tomava posicionamentos ambíguos por vezes, apoiando o empreendedorismo dos comerciantes e industriais chineses e tratando de reorganizar um sistema de educação autônomo dos moldes japoneses, mas não fomentava os movimentos nacionalistas chineses, num antiniponismo (BEASLEY, 1987, p. 184).

guerra e foi caracterizada por uma limitada demanda interna, o que ocorreu devido a um descompasso do câmbio do iene e das exportações, em decorrência do que:

Com o câmbio, em 1925, a 40,93 dólares por 100 ienes, a exportação crescera 23% (de 703 a 902 milhões de dólares para países estrangeiros e de 157 a 191 milhões de dólares para suas colônias) enquanto, igualmente com o aumento do câmbio da moeda japonesa à paridade de 50 dólares por 100 ienes, registraram-se flexões (GATTI, 1983, p. 110).

Seguindo o raciocínio do autor, os zaibatsus foram estimulados a trocar seus investimentos da indústria química e pesada para a indústria leve, já que a indústria bélica era dominada principalmente pelo capital estatal, estendendo, assim, o processo de concentração e centralização do capital. O capital monopolista da indústria têxtil foi a fonte de acumulação desse período, expandindo a produção na China. A base industrial do imperialismo japonês foi construída por essa maturidade do setor têxtil, que se transformou em capital financeiro.

A crise de 1927 teve como principal agravante precedente o terremoto de Kanto de 1923:

[...] o que interessa destacar é a repercussão que tal evento teve sobre a economia japonesa, não tanto no período imediatamente sucessivo – a causa da relevância do dano, avaliado em 450 milhões de ienes, e da incidência negativa sobre a balança de pagamentos com o exterior – mas, antes, no período 1926-1927, quando o governo decide encaminhar a solução ao problema do título perdido durante o terremoto e que já somava agora, em 1926, 207 milhões de ienes (GATTI, 1983, p. 111).

Para que a economia japonesa pudesse ter o espaço devido na corrida mundial, era preciso desenvolver o sistema bancário, que ainda era primitivo para os moldes imperialistas ocidentais:

A economia japonesa nos anos de 1920 foi caracterizada por uma sucessão de quase que ininterrupta crise de várias dimensões e natureza, de um lado, detectáveis na persistente fraqueza dos setores químico e pesado, nos quais não foi permitido – sob a pressão da concorrência internacional – o equilíbrio da balança de pagamentos com o exterior e, de outro lado, na ausência da adoção de uma política deflacionária, contrária aos zaibatsus como contrastantes com seus interesses econômico-financeiros (GATTI, 1983, p. 109).

Com a deficiência de investimento dos zaibatsus na indústria pesada e química,⁵⁸ o capital estatal encapsula o processo, dissimulando o capital privado no capital estatal.⁵⁹

⁵⁸ Processo que Gatti avalia como prolongador da concentração e centralizador de capitais (1983, p. 110).

Um teatro a serviço do ultranacionalismo foi montado sob a carcaça de um socialismo revisto. A instalação de um fascismo inspirado nos modelos europeus passa a ser realidade. A crise mundial somente intercepta um anseio de golpe de Estado já fomentado pela situação de penúria no campo e nos setores capitalistas invalidados:

Em 1927 duas centenas de jovens oficiais fundaram uma sociedade secreta, dedicada a preparar um golpe de Estado militar, e sugestivo que alguns deles pertencessem ao estado-maior general. Calcula-se que nessa data cerca de um terço da oficialidade de baixa patente fosse oriunda de famílias de pequenos camponeses ou de pequenos comerciantes, o que a tornava especialmente sensível aos problemas e às dificuldades da gente humilde (BERNARDO, 2003, p. 130).

Internamente, no ano de 1929, o presidente do Partido Liberal (Seiyukai), Osachi Hamaguchi, que foi contrário ao expansionismo, foi nomeado ao cargo de Primeiro-Ministro pelo Imperador, e o diplomático Kijuro Shidehara é nomeado chanceler. Juntos, aplicaram uma “diplomacia conciliadora” para tentar conter a marcha do expansionismo, mantendo passos graduais e lentos, a partir da expansão do sistema de Washington (1921-1922).

O desarmamento universal proposto, tendo como norte a concepção wilsoniana, foi entendido, por um lado, como transigente com as potências mundiais e, por outro, ou seja, na concepção dos ultranacionalistas, como submissão aos interesses ocidentais e imposição desvantajosa de armamento naval. Não agradando ao empresariado e aos militares de alto escalão e influenciando a população embriagada pelo ultranacionalismo, Hamaguchi é atacado e faleceu no início de 1931. O Exército, agindo de forma independente do próprio governo do Japão e percebendo o contexto favorável da ocasião, invadiu a Manchúria no verão de 1931:

Em 18 de setembro de 1931, o Comandante-em-Chefe do exército japonês apresentado em Dairen, península Liandong, ordenou o ataque contra o exército chinês na Manchúria, responsável por um ato de terrorismo contra a empresa de transporte ferroviário pertencente à Manchúria do Sul, que era de responsabilidade japonesa. Esse ato de terrorismo foi, na verdade, provocado pelos próprios funcionários oficiais dos Serviços Especiais do Exército em Dairen para justificar a intervenção militar japonesa na Manchúria frente a opinião pública internacional. O exército japonês na Coreia imediatamente atravessou a fronteira com a China sob o pretexto de “defender a segurança

⁵⁹ “Não se pode subestimar a importância do capital monopolista na indústria algodoeira, que, graças ao grau consistente de acumulação no período bélico, pôde manter um ‘alto nível de subsistência’ sobre o qual fundou seja sua expansão produtiva na China, seja o desenvolvimento da fabricação de rayon, ainda, uma ‘acumulação especulativa no processo de circulação’. Em resumo, o capital monopolista na indústria algodoeira mostrou um tal grau de maturidade como capital financeiro na indústria leve como não se verificava na história e de tal modo construiu a base industrial que sustentou o imperialismo japonês” (GATTI, 1983, p. 110).

da rede ferroviária na Manchúria e proteger a vida dos japoneses”. Assim, começou a guerra com a China, uma guerra que duraria mais de 14 anos. (KANJI, 1993, p. 90-91).

Para o fascismo japonês, o ano de 1931 foi a primeira ação política vitoriosa (MATSUZAWA, 1984, p. 10). Jovens oficiais do exército de Kwantung levaram a cabo toda a ação, explodindo parte da linha férrea fora de Mukden em setembro e, acusando tropas chinesas auxiliares, ocuparam Mukden; em cinco meses, com a ajuda de tropas japonesas na Coreia, que se juntaram sem a permissão do governo japonês, invadiram a Manchúria. O governo japonês estava atônito, em face do *fait accompli*,⁶⁰ particularmente porque o exército de Kwantung teve o apoio do Ministro da Guerra e do Estado Maior em Tóquio.⁶¹ A invasão do nordeste chinês colocava um ponto final no problema proposto por Ishihara Kanji (de que seria urgente a tomada da Manchúria e Mongólia desde os anos de 1920) e se apresentava como solução final:

Tanaka resumiu o teor geral em telegrama suficientemente inócuo para *chargé d'affaires* em Beijing. O Japão, segundo ele, procurava a “manutenção da paz no Extremo Oriente e a realização da coprosperidade sino-japonesa”.⁶² Dentro deste objetivo geral, a China e a Manchúria-Mongólia deveriam ser consideradas separadamente. Primeiro, o Japão desejava dar contenção ao regime chinês que era moderado, amistoso e disposto a preservar a estabilidade. Em segundo, por causa da importância da estratégia japonesa e direitos econômicos, foi necessária uma ação direta no caso de desordem. Em resumo, o Japão apoiaria qualquer líder que estivesse disposto a aceitar esses posicionamentos especiais. (BEASLEY, 1987, p. 186).

⁶⁰ Os proponentes de uma via mais pacífica para os conflitos instaurados na Manchúria se viram frente a uma indignação pública e a um chauvinismo, atmosfera que fermentou a cultura militarista em apoio ao exército de Kwantung, ganhando, assim, o apoio da maior parte da população japonesa (MIKISO, H., 2001, p. 275).

⁶¹ Logo após a invasão, Wakatsuki, no cargo de Primeiro-Ministro, escreve para Harada Kumao, secretário do genro (ancião do Estado) Saionji: “Não estou sendo informado nem pelo Ministro das Relações Exteriores ou pelo Ministro do Exército [...] Apenas alertei-os através do secretário do chefe do gabinete Kawasaki [...] As forças chinesas na Manchúria e Mongólia em número são mais de 200 mil [sic] enquanto somamos somente 10 mil. Perguntei ao Ministro do Exército, ‘O que faria se, por acaso, sua ousadia resultasse em algo que não foi previsto – algo que estivesse em tanta desvantagem que não pudesse ser interrompido?’ O Ministro do Exército me respondeu, ‘Enviaremos mais tropas da Coreia [...] No entanto, eles podem já ter se movido para lá’. Repliquei: ‘Como pôde permitir o despacho de soldados da Coreia sem uma sanção imperial’. Percebi que ele não via problema algum [...] Sob estas circunstâncias, estou bastante impotente ao restringir os militares. Como os militares da majestade poderiam agir sem sua sanção? O que posso fazer? Talvez eu não devesse falar disso, mas você pode fazer algo? [...] Estou em sérios problemas” (Harada Nikki (Diário de Harada), *dai nikan*, p. 64; Fujiwara, *Showa Tenno no jugonen senso*, p. 68. In: BIX, 2000, p. 236).

⁶² Telegrama de 7 de julho de 1927, em NGNB, II, documentos 101-2. In: STEPHAN apud BEASLEY, 1987.

Chang Tso-lin era perfeito para a função⁶³. Antes da marcha para o norte, Chiang Kai-shek havia se reunido com os representantes do governo japonês a fim de estabelecer um reconhecimento formal da Manchúria, caso houvesse um recuo de Chiang. O Primeiro-Ministro Tanaka, sem o auxílio de Chang Tso-lin, tentou deter a marcha. No entanto, era evidente que, já em 1927, as tropas japonesas e chinesas estavam prontas para o embate:

Quando Chiang moveu suas tropas para o norte na primavera seguinte, Tanaka mais uma vez mandou suas tropas a Shantung. O passo levou a combates com as forças de Chiang em Tsian e à ocupação japonesa da estrada de ferro de Kiaochow-Tsian. Enquanto isso, durante o inverno de 1927-1928 Yamamoto Jotaro de Mantetsu, agindo para Tanaka, conseguiu um acordo com Chang Tso-lin, dando ao Japão novos direitos sobre a estrada de ferro da Manchúria e uma promessa de cooperação econômica mais próxima. Yamamoto acreditava que os planos de concretizar poderiam ser “como se o Japão tivesse comprado toda Manchúria”. Mesmo que o acordo não estivesse assinado por vários meses por motivos de objeções do ministro das relações exteriores quanto à diplomacia privada. Foi eventualmente renegociado numa forma mais restrita pelo ministro em Beijing e assinado em maio de 1928 (BEASLEY, 1987, p. 186).

Enquanto o avanço de Chiang a Beijing se desenvolvia, Tanaka anunciava intervenções para prevenção das hostilidades na Manchúria. Chang deixou a capital antes que o conflito a atingisse. A manobra foi planejada para que pudesse haver a retirada das tropas chinesas da Manchúria; caso contrário, não seria possível qualquer movimento posterior. Chang não poderia mais cruzar a fronteira de Mukden para o norte. Tanaka pretendia a titerização da Manchúria, onde a China teria ligações estreitas como forma de aproximação entre Japão e China.

Em 1928, a assinatura do acordo materializou o aforismo da invasão da Manchúria para mantê-la como protetorado. Duas prioridades estavam em jogo: a primeira delas era a prevenção contra movimentos de esquerda, que poderiam causar desordem; e a segunda, a autoridade de Kuomintang no norte da China deveria ser suprimida por haver atividades antijaponesas. O assassinato de Chang Tso-lin foi o pretexto para a intervenção mais radical na Manchúria. Apesar da oportunidade a Tanaka para a tomada da Manchúria sob o controle japonês, não houve reação para o objetivo final. Nem mesmo Kwantung se movimentou para

⁶³ Em diário de Nara Takeji (chefe ajudante-de-campo durante a invasão da Manchúria): “Antes do vice-chefe do Staff Geral Ninomiya [Harushige] chegar do Palácio Imperial, eu disse a ele que Sua Majestade queria saber se uma expansão do incidente poderia se tornar inevitável se Chang Tso-lin pudesse organizar seu exército nos arredores de Chinchow. Se tal expansão se tornasse necessária, sua majestade provavelmente consentiria. [General Ninomyia] disse que poderia falar com o chefe do staff e em pouco tempo poderia se reportar ao trono” (Nara Takeji jijubukancho nikki (sho) (Diário de Nara), p. 345. In: BIX, 2000, p. 240).

uma ordenação da instabilidade da Manchúria. Chang foi substituído por seu filho Hsueh-liang, que não era tão afável a negociações com japoneses como seu pai e declarou claramente tomar o lado de Kuomintang. O assassinato provocou reações de Hsueh, como boicotes ao comércio japonês:

O resultado foi uma mudança gradual na política: um acordo tarifário com Nanquim (fevereiro de 1929), retirada de Shantung (março), reconhecimento do Kuomintang como governo central da China (junho). Em julho de 1929, quando o gabinete de Tanaka foi dissolvido, ele deixou impressões de estar mais apreensivo a alcançar um ajuste com a Inglaterra e EUA na China do que possuir ambições separatistas na Manchúria. O Ministro das Relações Exteriores teve boas razões para ter satisfação com as mudanças. Suas advertências anteriores sobre as desvantagens econômicas das ações militares no continente foram consubstanciadas. A disciplina foi restaurada com respeito a políticas exteriores (BEASLEY, 1987, p. 188).

Durante o período de litígio na Manchúria, a queda das exportações caracterizou uma quebra na onda favorável chinesa. Uma das consequências políticas desse pauperismo brusco na economia japonesa foi a perda de popularidade (por parte do empresariado) de Shidehara, enquanto os movimentos nacionalistas de natureza ruralista ganhavam a simpatia:

Houve muita pressão pública por todos os lados por uma diferente abordagem nas relações internacionais. Consequentemente, Shigemitsu Mamoru – cônsul-geral em Xangai – manteve a decisão de que a cooperação entre as potências havia quebrado a China, não deixando ao Japão escolhas além de “lidar com as questões asiáticas por sua responsabilidade e por si mesmo”.(BEASLEY, 1987, p. 189).

Ou seja, a economia de guerra estava levando à formação de blocos econômicos. O Japão tinha de criar e liderar o seu como forma de sobrevivência no mundo do capital para se impor em face dos seus pares e garantir sua existência.

A conclusão de que o Japão estava chegando a uma saída para a depressão por meio da exploração de territórios onde exercia autoridade política não era novidade. O traço a ser ressaltado é de que a dependência da Manchúria acabou criando laços umbilicais. O largo uso da expressão “sobrevivência nacional” foi explorado ao seu limite, forjando uma ligação entre a expansão e a precaução contra algum desastre (BEASLEY, 1987, p. 190). Um tipo de paranoia em nome da segurança nacional começa a ser exaltado para que pudesse haver a perseguição do inimigo vermelho. Como já citado, o uso sistemático da comunicação de massa tomou o palco do cenário social japonês como principal ator para a implantação de um pensamento voltado ao extermínio de qualquer corpo estranho que se aproximasse da esquerda (DEL BENE, 2004). Mais tarde, em 1936, esse inimigo se expressaria em qualquer

elemento que fosse contrário ao militarismo, à burguesia e ao Imperador.

Outra agravante às tensões instaladas no início dos anos 1930 foram os tratados navais de Londres, nos quais se limitavam os armamentos de guerra no Japão. Hamaguchi preservou o acordo em nome da cooperação entre as potências. Os militares desaprovaram, freneticamente, a iniciativa e reclamavam a questão como sendo de defesa nacional. O assunto deveria ser diretamente reportado ao imperador, sem a mediação da instituição do Primeiro-Ministro. O argumento pareceu não ter tido muita valia e parecia indispensável suplantar a política civil para o fim maior dos interesses nacionais.

O comportamento japonês de colonialismo no setor militar e certo internacionalismo no que diz respeito a sua diplomacia, para Beasley (BEASLEY, 1987, p. 190), eram fruto de uma vasta experiência institucional. Os intercâmbios de conhecimento para o Ocidente, desde a Era Meiji, renderiam o material necessário ao exercício político na arena mundial das potências. A China, para o Japão, era uma peça importante para esse jogo geopolítico. O reforço para o pensamento militarista-expansionista era fomentado por civis que possuíam os interesses na difusão: diretores da Companhia Férrea do Sul da Manchúria, bancos instalados nas colônias e, de forma geral, empresas que se beneficiavam da economia colonial. O militarismo teve solo fértil para sua intensificação. O Alto Comando japonês percebeu a guerra com a URSS como inevitável e, portanto, foi favorável à anexação japonesa da Manchúria, mesmo o governo de Tóquio não sendo complacente com a sentença:

Em resposta aos rumores [de que haveria planos militares para a tomada da Manchúria], a corte imperial e o conselheiro sobrevivente, Saionji Kimmochi, recomendaram precauções no governo. Isto levou a oficiais seniores do Alto Comando, em 14 de setembro, a decidir que seria mais sensato estabelecer um campo político de trabalho, em ambos no Japão e no exterior, antes de qualquer coisa. (BEASLEY, 1987, p. 192).

Chang Hsueh-liang, continuando o trabalho de seu pai, consentiu com a propaganda nacionalista de Chiang Kai-shek no norte da China e apoiou iniciativas das empresas chinesas na construção de vias férreas que pudessem competir com as japonesas. A recessão provocou uma agressiva competição entre empresas chinesas e japonesas. Apesar de o Japão possuir o monopólio comercial e ser dominante no mercado chinês, o empresariado chinês esquivou-se dele, brevemente, no período da crise mundial, em parte porque seu lastro era ligado à prata e, por outro lado, porque as empresas japonesas não suportaram a demanda mundial pela soja, que registrou queda de 11% a 3,3%. Kijuro Shidehara pretendia sempre uma solução conciliadora, as intenções atenuantes com o Kuomintang. E, por outro lado, estavam os

militares do exército de Kwantung, representados principalmente por Itagaki Seishiro e Ishihara Kanji, que apostavam no conflito como saída para o afastamento das potências ocidentais, já que as condições econômicas estavam fornecendo as melhores bases. Para isso seria preciso que se cercassem as fronteiras com a Coreia e se compusesse o domínio total dos recursos para alimentação e indústria nesse embate contra o Ocidente.

As tensões locais foram ainda reforçadas por conflitos colaterais. Exemplo disso foram motins em relação a direitos sobre a água nas fronteiras da Coreia e China, resultando na intervenção japonesa (MIKISO, 2001, p. 272). Outros impactos sociais de ordem mais direta foram os maus tratos dos coreanos na Manchúria: em retaliação, um grupo de chineses na Coreia é atacado, deixando 109 mortos. No mesmo ano, 1931, o exército chinês elimina japoneses que invadiam áreas restritas na Manchúria, o que culmina num sentimento antichinês no Japão, tencionando, assim, uma postura mais rígida das políticas de Shidehara quanto aos problemas sino-japoneses.

Com o plano de invasão da Manchúria completo, um problema ainda sondava o espectro das conspirações militares: a autoridade japonesa na Manchúria. Era imprescindível que ela não envolvesse planos com os distritos do norte, pois havia o risco da intervenção russa. O exército de Kwantung tinha conquistado sua autonomia na Manchúria a partir de 1931. Na competição pelo espaço geopolítico em que se encontrava, a Manchúria estava dividida entre potências ocidentais, Japão e China. As pretensões do governo japonês eram apenas pelo restabelecimento da ordem, respeitando a integridade da China e seus tratados com as potências.

Em fins de 1931, Inukai Tsuyohi assume o cargo de Primeiro-Ministro e nomeia Araki Sadao como Ministro da Guerra, sucedendo a Shidehara. Inukai, no ano seguinte, declara a independência da Manchúria, fundando o Estado fantoche de Manchukuo, e é nomeado chefe de Estado; depois, tem-se o imperador, Puyi⁶⁴, o último da dinastia Qyng. A fundação laureou a crescente influência japonesa na Ásia sob os auspícios do militarismo, ao mesmo tempo que viu a ascensão policial ditar a política externa japonesa:

Entre os oficiais a insatisfação era crescente e, como nos anos finais da década de 1920 a aversão pelo parlamentarismo se instalara também entre as camadas mais jovens da burocracia civil, o ambiente propiciava a maquinação de intencões e desenvolviam-se as condições favoráveis à implantação de um regime de extrema-direita (BERNARDO, 2003, p. 130).

⁶⁴ Hsuan-tong (Puyi, 1906-1967) foi complacente com as políticas japonesas de colonização velada. Colaborou e organizou o Conselho Administrativo do Nordeste, que declarou a independência e estabeleceu um novo estado (MIKISO, 2001, p. 275).

O funcionamento de Manchukuo pôde ser garantido por esse complexo formado por Ishihara e Itagaki. Era evidente que, após a fundação, a administração japonesa tomaria frente e a economia seria complementar e subserviente à japonesa. No entanto, os militares de Kwantung desejavam a “independência” dos chineses. A nomeação do imperador Puyi foi o caminho para burlar a extensão dos tratados e reforçar o sistema de conselho japonês. Seus representantes seriam responsáveis pela administração; a defesa e a política externa, juntamente aos transportes e comunicações, seriam controlados pelos japoneses; em resumo, sob a administração chinesa e sob o controle japonês de Kwantung. O Exército estava quase se caracterizando como corpo autônomo ao governo de Tóquio:

O corpo central do governo de Manchukuo foi um conselho executivo, chefiado por um Primeiro Ministro que seria chinês. Abaixo dele estaria a Mesa de Negócios Gerais, responsável pelas finanças, planejamento e reuniões. Seus diretores gerais e seus chefes das seis secretarias seriam todos japoneses. Assim como os cargos de vice-ministro dos departamentos de ordem pública, economia, assuntos domésticos e relações exteriores. Os japoneses também mantinham posições-chave nas províncias e em algumas prefeituras mais importantes. Tal qual as mudanças apropriadas foram autorizadas, estes homens receberam apoio de um sistema de código de leis e cortes baseados nos japoneses, além de força policial [...] (BEASLEY, 1987, p. 195).

Até mesmo o exército de Manchukuo, antes liderado por Chang Hsueh-liang, agora estava formatado, desde seus materiais até os oficiais, para os japoneses e foram reduzidos a forças de paz. As repercussões internacionais aumentaram ainda mais a ressonância nacionalista. A China apelou para a Liga das Nações no episódio de 1931. Relatórios encomendados pela Liga condenavam o Japão como agressor; entretanto, em 1932, o Japão já havia estabelecido o Estado de Manchukuo antes de qualquer aviso prévio. Em resposta, a Liga nega o reconhecimento da Manchúria como nação independente e o Japão se retira em protesto, no ano seguinte.⁶⁵

A invasão da Manchúria descarrilou uma série de eventos, que levaram ao triunfo do militarismo no Japão, e também demonstrou a ineficácia da Liga das Nações e seu desempenho falido desde seu substrato (TOWNSON, 1994, p. 511-512). Ao mesmo tempo,

⁶⁵ A Liga das Nações, a partir da doutrina de não-reconhecimento, aumenta, progressivamente, as hostilidades contra o Japão, desde a invasão de Xangai, que culmina neste limite da retirada japonesa da Liga. Hane Mikiso afirma que o posicionamento da Liga no episódio dos relatórios emitidos pela Comissão Lytton demonstrou a “impotência fundamental na organização” da agência, fato que depois seria vitrine para as futuras agressões dos pares ocidentais (Alemanha e Itália) (MIKISO, 2001, p. 275).

mina o internacionalismo a que a política externa japonesa estava atada. O episódio da Manchúria em 1931/1932 finaliza a primeira etapa do processo de militarização japonesa que se expandia pelo Oriente. Pelo Tratado de Portsmouth, que finalizou a Guerra Russo-japonesa (1904-5), o Japão ganhou o arrendamento de Porto Arthur (Lushun) e parte da estrada férrea do sul da Manchúria, fonte capital de minérios (carvão e minério de ferro) necessários para o desenvolvimento da indústria japonesa. Com a Depressão de 1929 e a catastrófica queda das exportações japonesas, a Manchúria se tornou ainda mais importante para o Japão e a migração japonesa foi incentivada para que a ocupação japonesa fosse rematada, liberando o modelo imperialista de dominação na fórmula do exército de Kwantung: iniciativa de comandantes do baixo escalão, endossada pelo alto comando e aceita pelo gabinete. Manchukuo deu a fórmula de como os territórios dominados deveriam funcionar.

Apesar de ser, aparentemente, uma ofensiva que mudaria os rumos do capitalismo de Estado:

O que essa facção de extrema-direita pretendia era inverter o sentido predominante em que funcionavam os canais existentes. No Japão, como nos outros países, os fascistas desejavam uma sublevação no interior da ordem, que lhes conferisse a oportunidade de ocuparem lugares nas instituições vigentes. Em vez de os patrões dos maiores grupos empresariais enviarem para os ministérios pessoas da sua confiança, seriam as forças armadas, cujo sistema de promoções as imunizava em boa medida da interferência direta do capital privado, a colocar os seus agentes à frente do governo e da economia. Aliás, mesmo no sistema parlamentar as forças armadas exerciam na prática um veto sobre muitos aspectos da orientação política, porque em 1900, onze anos depois de conceder a constituição, o imperador estabeleceu a regra de que os ministros da Guerra e da Marinha deviam ser generais e almirantes em serviço ativo, designados pelos seus colegas de armas. Na prática, tanto o exército como a marinha de guerra tinham o privilégio do acesso direto ao imperador e podiam violar as decisões do primeiro-ministro (BERNARDO, 2003, p. 130).

O governo de Hamaguchi, anterior ao de Wakatsuki, que ficou poucos meses no cargo e foi seguido por Inukai, não foi capaz de conter a ofensiva militar de suas próprias tropas e foi a partir da autoridade armada implantada que o Japão passou a ser liderado de 1932 ao fim da Segunda Guerra Mundial. Wakatsuki, no momento do episódio da explosão em Mukden, teve uma reação branda, desaprovando as ações militares (MIKISO, 2001, p. 272). Os militares envolvidos, por sua vez, não legitimaram sua decisão sob o argumento da autonomia do supremo comando, devendo justificar apenas junto à instituição imperial. Uma segunda argumentação complementar utilizada foi o princípio de que as áreas entendidas como campos militares eram espaços de responsabilidade do planejamento operacional militar.

Portanto, a reação de avanço sobre o território recém-ocupado era mais do que certa.

No quadro doméstico, as tensões políticas se estendiam às impotentes ações do Primeiro-Ministro. Wakatsuki não pôde conter a onda militarista. À cada marcha rumo a um estado de exceção, mais apoio das massas recebiam os militares. A reação da esfera pública foi descrita por Mikiso:

No Japão, o exército recebeu apoio público entusiasmado por suas ações contundentes, e [por outro lado] um criticismo aos esforços de Shidehara em alcançar um acordo pacífico. Sentimentos militaristas catalisados pelo país por milhões de membros do Zaigo Gunjinkai (Associação dos Militares Reservistas). As críticas a Shidehara se estendiam até mesmo por membros do Seiyukai; e mesmo membros de seu próprio gabinete compartilhavam delas, a exemplo do ministro dos assuntos domésticos Adachi, que iniciou uma série de boicotes de reuniões em protesto às políticas governamentais que defendiam medidas pacificadoras. Shidehara se viu num dilema impossível pois os exércitos japoneses não tinham absoluta intenção de retirada em 16 de novembro, e o governo chinês se recusava a participar de negociações antes de tal retirada. Shidehara agora não tinha nenhum apoio e mesmo Saionji, que o havia apoiado até então, concluiu que ele deveria reconsiderar seus posicionamentos “do ponto de vista da diplomacia ativa quando a opinião nacional como um todo criticava os erros”. Shidehara finalmente desistiu do embate e em 12 de dezembro o gabinete de Wakatsuki caiu (MIKISO, 2001, p. 273).

Não havia consenso no processo de modernização. Se, por um lado, os liberais estavam à frente, procurando o modelo conciliatório ocidental, os conservadores, por outro, traçavam estratégias para, no momento seguinte, trazer de volta os valores tradicionais, os quais se contrapunham à corrupção que a vida urbana e os partidos políticos haviam implantado na sociedade.

Inukai Tsuyoshi, sucessor do breve gabinete de Wakatsuki, tinha, como braço direito, o general Araki como seu Ministro da Guerra. Na prática, acumulou o cargo de Ministro das Relações Exteriores com o de Primeiro-Ministro. Nomeou como secretário do governo Mori Kaku, que seria responsável por instaurar a ditadura baseada na aliança entre o partido liberal e os militares. A política de Inukai foi totalmente combinada às ações militares (MIKISO, 2001, p. 274). No entanto, havia o desejo imperial de que os militares tivessem menos peso político nos assuntos políticos domésticos e nas relações exteriores. O plano do novo Primeiro-Ministro era persuadir a retirada do Exército de Kwantung do sul da Manchúria para que houvesse a negociação com o governo chinês, ação nunca contemplada. É provável que houvesse certo temor à desobediência ao trono e que isso abalasse a coluna vertebral do movimento militarista que se amparava nos mitos sagrados acoplados a Hiroito. Ademais, não

seria interessante que essa situação fosse levada com afinco por ambos os lados, tendo em conta que a própria instituição imperial seria posta à prova. Para Mikiso, foi esse temor que levou a timidez dos líderes civis a utilizar a autoridade imperial para conter as ações dos militares em 1930. Inukai foi cúmplice do exército de Kwantung: “Manchukuo era chamado ‘um paraíso onde a lei do rei prevalece’, no entanto não foi mais do que um estado-marionete controlado pelo exército de Kwantung, oficiais japoneses e a Companhia do Sul da Manchúria”. (MIKISO, 2001, p. 275).

A expansão do militarismo em 1930 criou uma redução dos recursos militares, um êxodo generalizado da população e um rebaixamento do padrão de vida do povo. Desde o fim do século XIX, o Japão aumentou seus impostos por meio de exportação de commodities primárias e importação de produtos manufaturados. Na viragem do século, o quadro se transforma e ele passa a fazer parte de uma rede de importação de recursos naturais. Yasukichi Yasuba defende, em seu artigo sobre a falta dos recursos naturais no Japão, que o êxodo populacional, em certa medida, foi compelido por políticas de colonização dos anos de 1930 no continente (YASUBA, 1996, p. 543-560). Conforme o expansionismo avançava, o Japão penetrava com todos os tipos de profissionais, principalmente de cargos burocráticos e civis, para concretizar o empreendimento da incursão. Para o estudioso, as provas são insuficientes para sustentar que o crescimento da população e a corrida por recursos naturais foram justamente gerados pela demanda da indústria bélica. O avesso disso pode ser encontrado nos números de emigrantes mais assinalados entre 1935 e 1940, quando 310 mil pessoas emigraram para o continente a fim de colonizar os territórios.

O crescimento vegetativo foi representado por aumento de 1% no ano de 1900 e atingiu 1,7% em 1925. Ainda assim, não haveria justificativa cabal para que o expansionismo ou militarismo progredisse.

São notórias, no surgimento do movimento fascista japonês, inúmeras tentativas de golpes de Estado, associadas diretamente com a crise mundial e com a situação econômica nacional. Uma delas, que foi seguida da invasão da Manchúria, processou-se em outubro de 1931. O Incidente de Outubro do mesmo ano foi resultado de uma aliança entre duas facções fascistas (Via Imperial e Controle) e fracassou, pois seus participantes foram denunciados anonimamente, e o próprio imperador ordenou a prisão e o aniquilamento deles.

A política japonesa era de caráter emergencial, como ocorria em todo o globo, uma política voltada a um modelo que superasse aquele estado de calamidade econômica, mesmo que, para tanto, fosse necessário um estágio autoritário que mantivesse a velha ordem social.

A ideia liberal era a de que não era necessário governar, e sim controlar o poder. O quadro de prioridades começa a mudar com o novo contexto: se antes era necessário manter relações amistosas com o Ocidente, agora se tornava prioritário que o Japão fosse centro do Oriente. O nacionalismo surge antes como uma reação às políticas que submetiam o país ao mercado ocidental do que como política nacional (BEASLEY, 1987, p. 177). Pela esquerda, o nacionalismo era lido como forma de afastar o grande capital internacional da China (BEASLEY, 1987, p. 179).

Em Matsuzawa (1984, p. 7), encontra-se uma caracterização do movimento fascista como sendo um crente que ignora o sistema presente, suas estruturas e procedimentos, desconsidera as representações, líderes políticos e julgamentos e tenta realizar seu idealismo acreditando em suas metas subjetivas tão fortemente que não aceita a existência de outras visões.

Na análise de Hobsbawm, o mundo vivia um momento em que era essencial que os governos governassem:

O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o “Estado-guarda-noturno” das piadas políticas tornou-se tão obsoleto quanto o “guarda-noturno” que inspirou a metáfora [...] As democracias da década de 1920 desmoronaram sob a tensão da revolução e contrarrevolução (Hungria, Itália, Portugal) ou do conflito nacional (Polônia, Iugoslávia); as da década de 1930, sob as tensões da Depressão [...] Nessas circunstâncias, a democracia tornava-se mais um mecanismo para formalizar divisões entre grupos inconciliáveis que qualquer outra coisa. Muitas vezes, mesmo nas melhores circunstâncias, não produzia nenhuma base estável para um governo democrático, sobretudo quando a teoria de representação se aplicava em rigorosas versões de representação proporcional [...] Mesmo em democracias estáveis, as divisões políticas que o sistema implica são vistas por muitos cidadãos mais como custos do que como benefícios do sistema. A própria retórica da política anuncia candidatos e partidos mais como representativos do nacional do que do estreito interesse partidário. Em tempos de crise, os custos do sistema pareciam insustentáveis, e seus benefícios incertos. (HOBSBAWM, 1995, pp. 142-143).

Matsuzawa afirma que os principais beneficiários da lógica capitalista foram partidos políticos e burocratas que se formaram nos anos Meiji e que vinham se dissimulando pelas décadas (MATSUZAWA, 1984, p. 4). De fato, ele afirma que a elaboração da constituição não foi consensual; contudo, a última palavra era ditada pelo imperador e, portanto, Ito Hirobumi, Inoue Kaoru e outros se acomodavam à retórica e tentavam se aproximar da instância imperial a fim de manter o status quo. Uma combinação entre uma economia

capitalista, um sistema de opressão e guerra interna e externa permeou a ascensão dos movimentos fascistas no Japão Showa no início dos anos de 1930.

Referências Bibliográficas

- BEASLEY, W. G. *Japanese Imperialism, 1894-1945*. Oxford, Nova Iorque: Claredon Press, Oxford University Press, 1987.
- BERNARDO, João. *Labirintos do Fascismo*. Portugal: Edições Afrontamento, 2003.
- BIX, Herbert. *Hiroito and the making of modern Japan*. New York: Harper Collins, 2000.
- DEL BENE, M. *Il problema del consenso nel fascismo giapponese*. In: *Storia e Futuro*, n.4, 2004.
- GATTI, Francesco. *Il fascismo giapponese*. Milano: Angeli, 1983.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANSEN, M. B. *The making of modern Japan*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2000.
- KANJI, K. *El origen del poder: historia de una nación llamada Japón*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.
- LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MACPHERSON, W. J. *The economic development of Japan, 1868-1941*. Londres: Cambridge University Press, 1995.
- MARUYAMA, Masao. *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*. London: Oxford University Press, 1963.
- MATSUZAWA, Tetsunari. *Japanese Fascism and the Tenno Imperial State*. Australia-Japan: Papers of the Japanese Studies Centre, 1984.
- MIKISO, H. *Modern Japan: a historical survey*. Estados Unidos: Westview Press, 2001.
- NISH, Ian. *An Overview of Relations between China and Japan, 1895-1945*. In: *The China Quarterly*, No. 124, China and Japan: History, Trends and Prospects (Dec., 1990).
- SAITO, N. *Buraku(ju)min*. Trabalho de Conclusão de Curso. UNESP, 2002.
- SAMUELS, R. J. *Reinventing Security: Japan since Meiji*. In: *Daedalus*, Vol. 120, No. 4, Searching for Security in a Global Economy (Fall, 1991).
- SHILLONY, Ben-Ami. *Myth and reality in Japan of the 1930*. In: BEASLEY, W. G. *Modern Japan: aspects of history, literature and society*. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1975.
- TOWNSON, Duncan. *The New Dictionary of Modern History: 1789-1945*. Londres: Penguin Books, 1994.
- YASUBA, Y. *Did Japan Ever Suffer from a Shortage of Natural Resources Before World War II?* In: *The Journal of Economic History*, Vol. 56, No. 3 (Sep., 1996).

Legados do colonialismo: desdobramentos do Fascismo em África

Alexsandro de Sousa e Silva

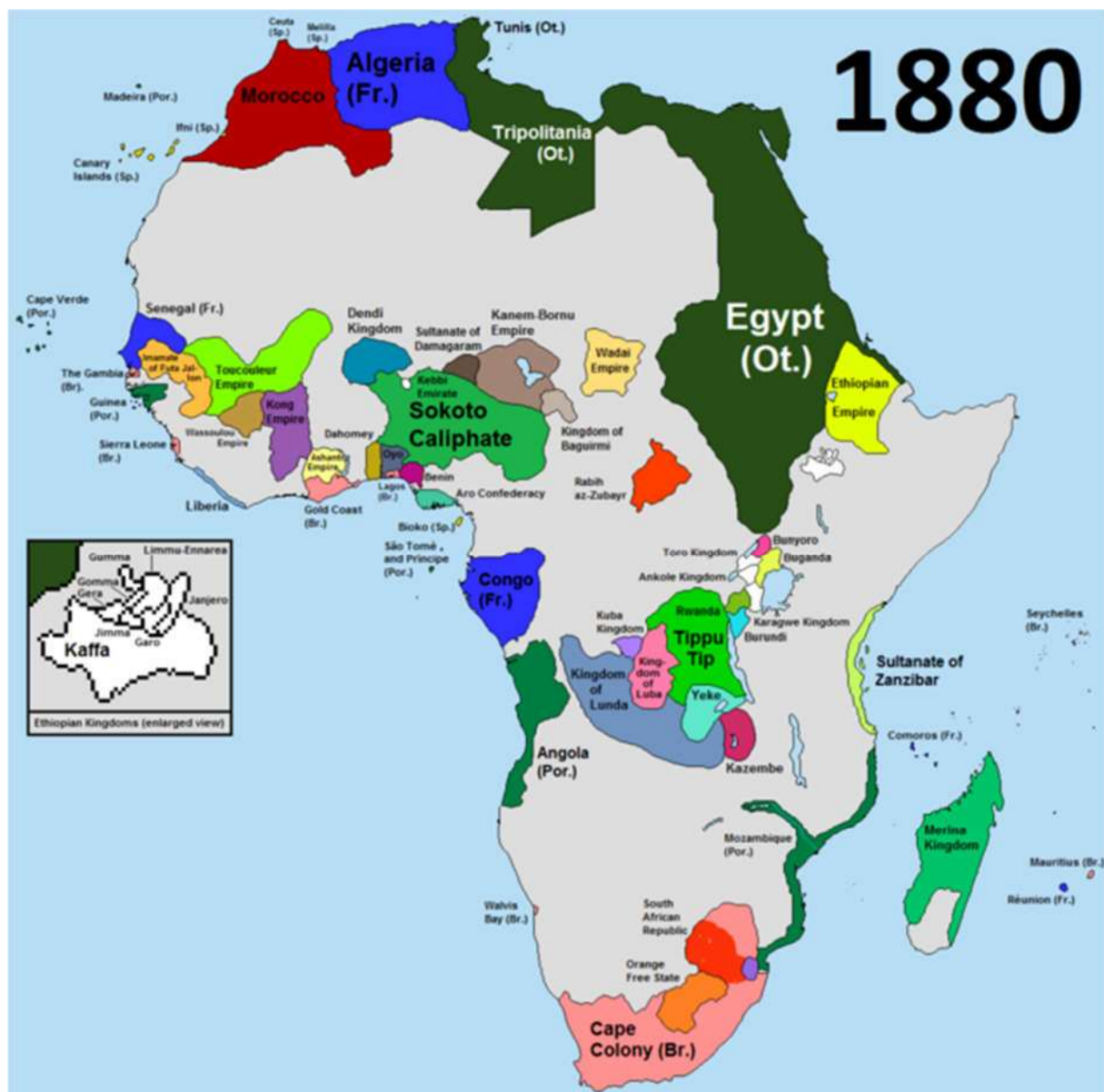
Em 2008, o Obelisco de Axum, monumento de origem etíope levado à Itália em 1937, foi devolvido ao país africano. A construção tem 24 metros de altura, e possuiu diferentes significados nos dois lados do Mar Mediterrâneo no contexto dos anos 1930. Segundo o regime político e religioso de Haile Selassié, representou o poder milenar do império de Axum (c.+100 - c.940) que o próprio governo pretendia igualmente perdurar. Para o fascismo italiano, representou uma dimensão imperial que estaria acima das capacidades das regiões africanas ocupadas militarmente. Os governos pós-fascistas na Itália, ditos “democráticos”, negavam-se a devolver o gigante objeto por razões diversas. As desavenças em torno do obelisco são o resultado de uma investida colonial em África, com desdobramentos políticos que afetaram os países do continente.

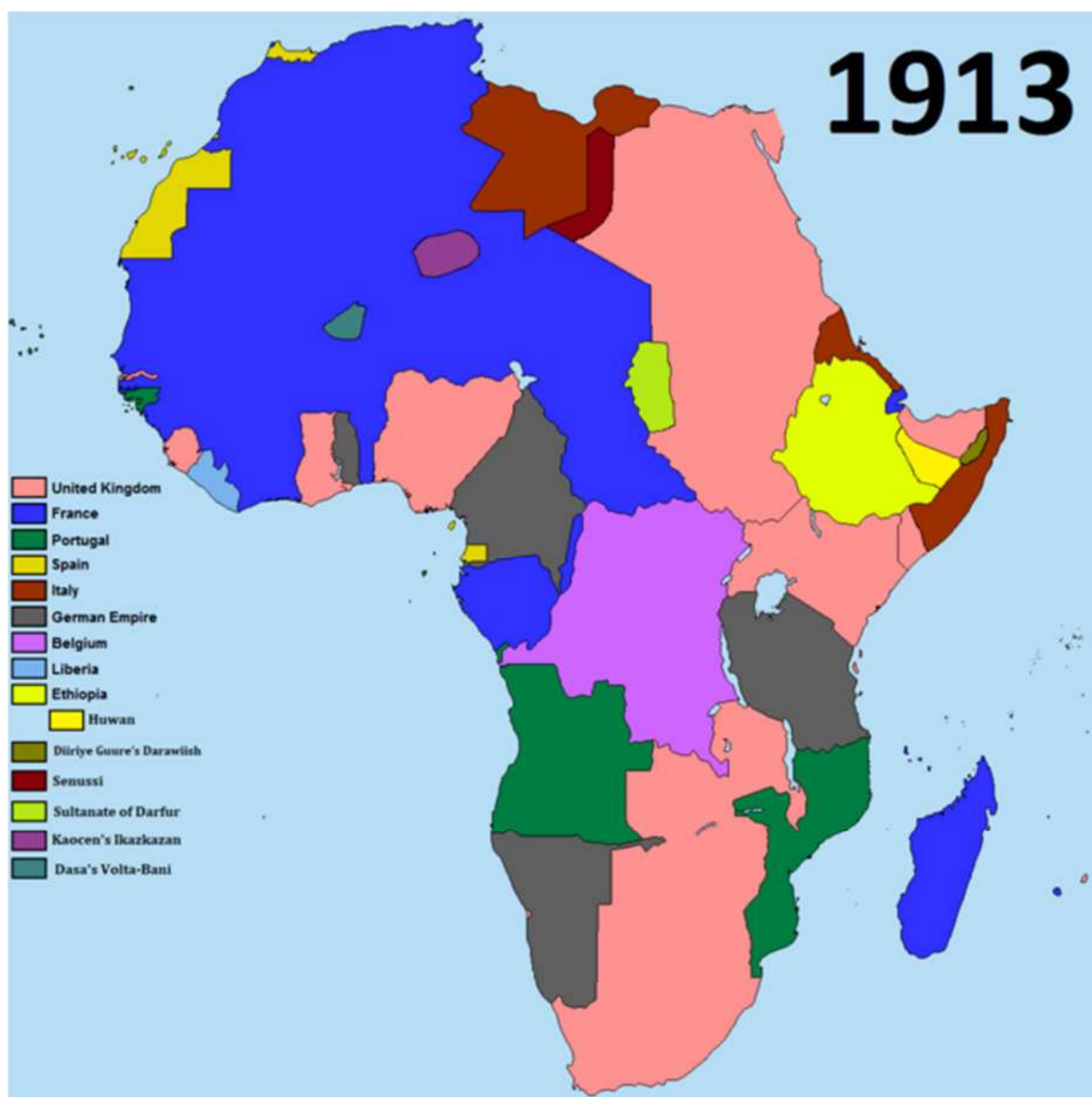
Portanto, as experiências autoritárias da primeira metade do século XX na Europa tiveram desdobramentos no continente africano. Porém, para compreender o fenômeno, esta centúria é insuficiente pois, segundo especialistas (APKAN, 2010; CHANAIWA, 2010; CHENNTOUF, 2010; IBRAHIM, 2010; LAROUI, 2010; M'BOKOLO; 2011), o XIX deixou muitas marcas sociais em distintos contextos. A fim de explanar sobre a situação, faremos alguns apontamentos gerais e apresentaremos um repertório imagético sobre o tema que consideramos pertinente. A ideia de fundo que subjaz o presente texto defende que o colonialismo europeu tenha sido o principal fator para estes desdobramentos, ontem e hoje, sendo o fascismo e o nazismo capítulos próprios do passado dentro dos planos imperialistas europeus no geral. Para isso, passamos por três aspectos de argumentação: as origens da violência europeia em África, a propaganda política nas guerras mundiais dos anos 1930-1940 e a virada autoritária no pós-independência no continente.

Origens da violência europeia contemporânea em África

Após séculos do processo de “roedura” do continente africano (Joseph Ki-Zerbo) por potências marítimas europeias, representantes de alguns países com planos imperialistas reuniram-se na Conferência de Berlim entre 1884 e 1885 para definirem áreas de influência em África. Seguiu-se uma corrida por acordos com populações locais para assinatura de tratados, além do avanço militar em algumas regiões, com o uso de armamento bélico

industrializado. Trata-se de um período no qual muitas complexidades permearam os interesses regionais ou imperiais. Dentre os governos que buscaram por territórios, além da França, Inglaterra, Bélgica e Portugal, estão a Alemanha e a Itália:





Imagens 1-A e 1-B: O avanço imperial sobre a África na virada do século XIX para o XX.⁶⁶

Muitos dos espaços em disputa lidaram com militares e autoridades das duas nações desde então. No caso alemão, citamos as colônias Togo Alemã (Togo), Camarões Alemã, África Alemã Oriental (Zanzibar e Tanzânia), Ruanda, Burundi, Sudoeste Africano Alemão (Namíbia) e até Nova Guiné (na Oceania) a finais do XIX foram ocupadas pelas forças europeias. No que se refere à Itália, mencionamos as duas tentativas de invasão na Etiópia (no XIX e no XX, quando passou a ser chamada *Lestres Africano Italiano*) e, até o final da 2ª

⁶⁶ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Partilha_de_%C3%81frica#/media/Ficheiro:Scramble-for-Africa-1880-1913.png. Acesso em: 09 mar. 2023.

Guerra Mundial de modo contínuo, Eritreia, Somália e *Africa Settentrionale Italiana* (Tripolitânia, Fezzan e Cirenaica, atual Líbia).

Por limites próprios do texto, falaremos um pouco mais das colônias italianas, foco de alguns escassos estudos se comparadas aos demais imperialismos, amplamente estudados. Ao final desta parte, indicaremos algumas das barbaridades causadas por alemães no continente.

Uma frente de invasão europeia no continente africano esboçou-se na Tunísia, a finais do século XIX. O regime monárquico italiano esteve no radar diplomático do *bei*, autoridade política, como forma de conter iniciativas da França na Argélia, mas se viu só e a população esperava intervenção turco-otomana.

A ocupação do território atual da Líbia veio em processo posterior à Conferência de Berlim, e às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A Tripolitânia, entre 1911-1912, presenciou a vinda de forças italianas na guerra contra os turcos-otomanos e na ocupação da Tripolitânia e Cirenaica, depois Fezzan, reunidas posteriormente sob o nome Líbia. A diplomacia europeia forçou a Turquia a assinar o acordo de Lausanne em outubro de 1912, quando houve cessão de independência ao povo líbio e retirada de tropas italianas das águas territoriais. A classe política da Cirenaica estava predisposta à negociação com o regime italiano que, por sua vez, atacou Derna, Yawn al-Djuma e Tripolitânia em 1913. O regime italiano, ao final deste processo de concentração de poder, constituiu um protetorado na região. Ao final de 1922, houve o exílio voluntário de Amir Adris al-Sunasi, o que enfraqueceu posições de combate naquela região. Tripolitânia e Fezzan caíram, respectivamente, nos anos de 1924 e 1930.

No entanto, a principal área cobiçada pelo governo italiano, ainda no século XIX, foi a Etiópia, Eritreia e Somália, na região conhecida como o Chifre da África. O governo do primeiro-ministro da Itália, Francesco Crispi, organizou o avanço sobre a Eritreia e o regime etíope. A Eritreia teve sua ocupação iniciada em 1882, antes da Conferência de Berlim. Em 1889, houve a definição de fronteiras com a Etiópia. O interesse maior foi no acesso ao Canal de Suez via Mar Vermelho, que já fora chamado no período de apogeu antigo de Roma como Mar Eritreu. A administração italiana sobre o território durou até 1947, no contexto da pós-derrota fascista e reordenamentos políticos.

Por sua vez, o reino cristão etíope esteve sob a égide de Yohannes IV entre 1871 e 1889, seguido por Menelick II até 1913. Com a intervenção italiana ao final do XIX, foi este soberano quem logrou celebrar vitórias após a derrota das forças da Itália na guerra de Adowa em março de 1896, com cerca de 10 mil pessoas mortas. Essa derrota militar reverberou até a

chegada de Benito Mussolini ao poder político na Itália, quem “jurou vingar” a derrota sofrida. Menelick promoveu uma cristianização forçada, com imposição do idioma e cultura amárico-tigrino a outros povos culturalmente inferiorizados (Oromo, Sidamo, Gurage, etc):



Imagem 2: Uma das raras fotografias de soldados etíopes no contexto da guerra de Adowa, 1896.⁶⁷

Neste contexto, portanto, houve certo esforço de modernização, que continuou décadas depois; a presença da fotografia em campo de batalha, como observado na Imagem 2, é um exemplo disso. Ainda assim, seguiu-se uma série de problemas sucessórios nas primeiras décadas do século XX, o que enfraqueceu o governo e possibilitou a convenção tripartite para controle da região entre os governos imperialistas da França, Inglaterra e Itália, os quais, após os acordos do final da Primeira Guerra, guardaram planos de nova intervenção.

⁶⁷ Disponível em: <https://face2faceafrica.com/article/ethiopians-mark-africas-first-victory-colonial-power-1896>. Acesso em: 11 mar. 2023. A fotografia foi criada nos anos 1840, e passaram a ser mais acessíveis ao longo do século XIX.

Com a ascensão de Tafari Makonnen, coroado *negus* na Etiópia em 1928, e Haile Selassié I, em 1930, impulsionou-se a vontade modernizadora, com adesão do país na Sociedade das Nações em 1923 e a punição com morte a quem praticava escravidão, além da centralização do poder.

Mais complexa foi a situação da Somália. Ao longo do atual território soberano, houve intensas disputas entre forças inglesas, francesas e, tardiamente, italianas, que fragmentaram o espaço. Com a dissolução do controle do império otomano na região, cada potência europeia estabeleceu seu próprio protetorado. Antes, a Etiópia expandiu o controle em parte do território e o conformou após a chegada de forças da Europa, processo que se encerrou em 1897. No contexto do avanço militar na região, a diplomacia somaliana fez diversos tratados contra os etíopes e os países europeus, até com mais de um, sem resultado o esperado. Ingleses e italianos enviaram diferentes expedições, mas não ocuparam totalmente o Ogadén. A fragmentação política da Somália facilitou o controle europeu.

A oposição, ciente da situação, teve na figura de Sayyid Muhammad Abdullah, na virada dos séculos XIX e XX, um considerável movimento de insubordinação. A inspiração da liderança veio dos levantes no Sudão. As forças de Sayyid organizaram as lutas pela terra e pela religião muçulmana; houve algum avanço com exército composto por distintos grupos sobre colônias inglesas com resultados positivos entre 1897 e 1904. Posteriormente, houve novos progressos e recuos até a morte do líder em 1920. O movimento de Sayyid Muhammad é considerado o primeiro esforço de protonacionalismo na Somália.

Por parte dos interesses alemães, destacamos algumas ocupações provisórias em África, visto que perderam o controle sobre os territórios com o final da Primeira Guerra. Entre finais do XIX e décadas iniciais do XX, houve intervenções no Togo entre 1884 e 1922 e no Camarões desde o mesmo ano até o final do conflito europeu, quando a Inglaterra e a França passaram a administrar ambas colônias. As respectivas emancipações políticas ocorreram apenas em 1960, com reunificação problemática e tardia no Camarões em 1972. Outro território outrora administrado pela Alemanha foi a Tanganica até 1919; com a independência desta parte e do Zanzibar, colônia inglesa, em 1963, ambos foram unificados e renomeados Tanzânia em 1964.

No entanto, o caso mais extremo e de difícil resolução em termos de reparação histórica é o da Namíbia. Chamado de Sudoeste Africano, a colônia explorou o povo herero; com a saída das primeiras tropas, esta população promoveu ataques que deixaram 100 alemães mortos. A nova liderança militar enviada à região respondeu com massacres que

chegaram entre 60 mil e 80 mil mortos, 14 mil em campos de concentração e fugas para a África do Sul. Após a derrota no primeiro grande conflito europeu, a colônia ficou a cargo de oficiais da Inglaterra entre 1915 e 1921, quando houve êxodo de sul-africanos e a administração do país vizinho. Vale recordar que o território foi usado pelo regime do Apartheid na segunda metade do século XX para perseguir movimentos que reivindicavam independência, como a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), e países recém-independentes de orientação marxista, como a Angola do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A Namíbia só obteve sua emancipação política após encarniçadas batalhas com forças angolanas, e estas com algum apoio de Cuba na Batalha de Cuito Cuanavale (1988), em 1990.

O painel traçado, e alguns de seus desdobramentos, evidenciam o papel que o colonialismo europeu construiu para um arcabouço de projeção imperial em África, sobre o qual os regimes ditatoriais da Itália e da Alemanha construíram suas aspirações de poder. Não à toa que o regime de Mussolini promoveu a ocupação italiana da Etiópia para “vingar Adowa” na virada das décadas 1930-1940, e Adolph Hitler tinha planos de recuperar as colônias alemãs perdidas após a derrota na Primeira Guerra. Foi através dos dois traumas imperiais, entre tantas outras razões, que ambos regimes buscavam um espaço no cenário internacional.

A propaganda política nas guerras mundiais dos anos 1930-1940

Com o advento do fascismo na Itália em 1922, a partir da “marcha sobre Roma”, os planos para a colonização do norte da África ganharam novo impulso. Tratou-se da tentativa de realização dos planos imperiais que não foram possíveis desde o século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial. As ideias de superioridade racial davam justificativa teórica para embasar o lugar dos italianos no rol das potências colonizadoras, como o fizeram a Bélgica, a França e a Inglaterra. Ao lado dos argumentos autolegitimadores, o fascismo valeu-se de ampla propaganda política através dos meios de comunicação de massa. Novamente, as atenções voltaram-se para o norte da África e para a região do Chifre, próximo ao Mar Vermelho.

Com a administração italiana desde os anos 1910 e sua ampliação em colônia nos anos 1930, houve estímulos à imigração à Líbia, unificada (Tripolitânia, Cirenaica e, por último, Fezzan), uma vez que as províncias mediterrâneas eram consideradas “território nacional

italiano”, enquanto o Saara líbio é considerado colônia. Houve uma ampla articulação da comunidade líbia no Egito, de oposição ao colonialismo, onde se organizou uma propaganda anti-italiana. Na Cirenaica, com os fascistas no poder, as autoridades instalaram cercas de arame por 300 km na fronteira entre Trípoli e Egito, ocuparam diferentes cidades, evacuaram as áreas rurais e as colocaram em campos de concentração no deserto de Sirt, al Makrun, Suluk, al Aghayla e al Barayka.

As medidas visavam conter ações de Omar al-Mukhtar. As más condições nesses espaços levaram a mais de 100 mil mortos. Após várias rebeliões, o dirigente e religioso líder al-Mukhtar foi preso, julgado e, por fim, morto em público em 1931, pelas forças de Cirenaica. Como ocorreu com as colônias alemãs no final da Primeira Guerra, depois da Segunda houve divisão das colônias entre oficiais e tropas inglesas, no caso da Tripolitânia, e francesas, no caso de Fezzan. A emancipação política da Líbia só se concretizou em 1951.

Após a derrota na batalha de Adowa em 1896, a Etiópia virou a obsessão do governo fascista nos anos 1930. Tayeb Chenntouf (2010) sintetiza os principais movimentos militares da invasão italiana dos anos 1930:

A conquista italiana da Etiópia, em 1935, faz desaparecer o último Estado africano independente. Ela tem profundos efeitos junto aos nacionalistas africanos e na comunidade negra americana. No chifre da África, as consequências são diretas e imediatas. (...) As tropas de Mussolini avançam em estradas já preparadas, a partir de Adowa, ao norte, e de Mogadíscio, no sudeste. O exército fascista, composto por 400.000 homens e graças à superioridade do seu armamento, se apodera facilmente do Tigré, região comprada pelo rás Gugsá. Após intensos bombardeios que destroem cidades, pequenas localidades e rebanhos, Adis- Abeba sucumbe, em 1936. (...) A Etiópia unida à Eritreia e à Somália forma a Africa Orientale Italiana; o rei da Itália assume o título de imperador da Etiópia. A Africa Orientale Italiana compreende os desertos costeiros e os platôs etíopes, totalizando 12 milhões de habitantes. Ela está subdividida em cinco grandes províncias, cada qual com seu governador, o conjunto é dirigido por um vice- rei. Numerosas divisões fascistas mantêm um regime policialesco; operações militares são necessárias no sudoeste onde ocorrem resistências (p. 49-50).

O plano era construir um império nos mesmos moldes dos demais regimes europeus. As mensagens e representações visuais reiteravam o mapa sonhado pelo fascismo:



Imagem 3: Propaganda colonialista em publicação. “Quaderno ‘Il nuovo impero italiano’”.⁶⁸

A Imagem 3 reproduz o mapa do continente africano com o da Itália, destacando com a cor vermelha, uma alusão ao Mar Vermelho, onde a Eritreia possuía posição estratégica rumo ao Canal de Suez, e algumas figurações de uniformizados em posição de combate. As colônias estão identificadas, para que a propaganda reitere quais territórios estaria reivindicando. Os personagens posicionados na imagem sugerem posição protetora dos territórios, incluindo um soldado negro, o único a posicionar a arma de fogo ao chão; tal figura seria uma referência ao “apoio” que soldados africanos ofereciam para a concretização do projeto de poder imperial.

⁶⁸ Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/294071050659982075>. Acesso em: 10 mar. 2023.

As relações diplomáticas entre Itália e Etiópia oscilaram de humores no século XX até a entrada dos militares nas negociações. O segredo público caiu em 14 de março de 1934, quando Mussolini exigiu que as demais potências colonialistas se abstivessem de impedir os planos italianos. Houve um incidente em Walwal na fronteira com a Somália, ainda em 1934, envolvendo oficiais da Etiópia, ingleses da Somália e destacamento italiano nos poços, o que foi utilizado como pretexto para a nova invasão. Haile Selassié levou a denúncia para os tribunais da Sociedade das Nações, que pouco se moveu antes e depois dos ataques.

Em 02 de outubro de 1935, deu-se início à invasão, sem declaração de guerra, com bombardeios em Adowa, ataque de tropas italianas vindas da Eritreia e da Somália e o uso de gases tóxicos autorizado por Mussolini. Além disso, o fascista atuou por outra frente: difamava a monarquia etíope. Afirmava, por exemplo, em agosto de 1935: “Não quero acordos que não me cedam tudo, inclusive a cabeça do imperador [Haile Selassié] [...]. Mas, ainda que obtenha tudo, prefiro vingar Adowa. Estou decidido” (apud AKPAN, 2010, p. 833). Diplomatas da França e da Inglaterra atuaram nos bastidores para não prejudicar o regime fascista. Em maio de 1936, ocorreu a ocupação da capital, Adis Abeba; e durante quatro anos os etíopes ficaram sem apoio de potências:



Imagem 4: Imprensa italiana, modernizada, destacou em tom celebrativo os avanços fascistas no norte da África.

A tomada da Etiópia foi um dos momentos de catarse nacional e imperial.⁶⁹

Ocorreram protestos e reações na diáspora africana, como no caso do jornal *A Alvorada*, de Pelotas (RS), e entre intelectuais do continente (MARQUES, 2008). Dentro dos limites territoriais, no entanto, poucas forças organizadas estavam em combate pelo governo da Etiópia. Com a ocupação fascista do país e o bombardeio a Adis-Abeba, Haile Selassié se refugia na Inglaterra em 1936, e o rei da Itália assume como imperador da Etiópia.

Com o predomínio europeu no levante sobre a Etiópia, o regime fascista divulgou uma série de cartazes, celebrando o feito imperial. Os estereótipos racistas preponderaram nas imagens construídas. A Imagem 5 exibe mulheres negras sorridentes transportando jarras, caminhando por cima de uma ponte metálica, como uma conjugação entre felicidade e modernidade, passando a impressão de que elas estavam felizes com a tecnologia trazida pelo colonialismo e mantinham seu modo de vida. Outras ilustrações têm conotação jocosa em relação aos combatentes negros, como na charge de um soldado italiano utilizando um detetizador contra corpos negros amontoados:

⁶⁹ Disponível em: <https://pt.quora.com/Sendo-que-em-situa%C3%A7%C3%B5es-desesperadoras-os-japoneses-usaram-espadas-e-lan%C3%A7as-na-segunda-guerra-por-que-n%C3%A3o-usaram-arcos-e-bestas-que-seriam-mais-eficientes-em-uma-luta-%C3%A0-dist%C3%A2ncia>. Acesso em: 11 mar. 2023.



Imagem 5: Lloyd Triestino, AOI Africa Orientale Italiana, Gino Boccasile.⁷⁰
O ilustrador estampou diversos cartazes de apoio ao imperialismo fascista.

Com a chegada dos anos 1940, o norte africano continuou em guerra. Tropas italianas na Líbia atacaram forças inglesas no Egito e, em 1941, a Alemanha criou as forças expedicionárias Afrika Korps para atuar contra tropas leais à Inglaterra, que permaneceram nos mesmos territórios até 1943. O avanço anglófono chegou a Trípoli juntamente com a outra coluna, a Leclerc, que vinha desde as colônias francesas. Houve recrutamento massivo de africanos do norte do continente para fortalecer as bases militares europeias em conflito:

⁷⁰ Disponível em: https://storicamente.org/gagliardi_colonie_italiane_africa_fascismo. Acesso em: 11 mar. 2023.



Imagem 6: *Afrika Korps*, Responsável pela Campanha do deserto ocidental (Egito-Líbia), pela reação à Operação Tocha (Argel) e pela Campanha da Tunísia, 1940-1943

Na Tunísia, forças alemãs aterrissaram em novembro de 1942, onde foram combatidas até o ano seguinte por forças inglesas e dos Estados Unidos da América que se encontravam no Marrocos e na Argélia.⁷¹ Os comandos ingleses também tomaram a iniciativa contra os italianos na Somália em 1940 e, ao lado de soldados etíopes, combateram os invasores na Etiópia, possibilitando o retorno de Haile Selassié ao país em 1941. É a segunda vez que os etíopes expulsam italianos de seus territórios. Por seu turno, a Eritreia e a parte francesa da Somália ficaram sob administração da Inglaterra; povos colonizados reclamam independência com o novo arranjo colonial. A Eritreia ficou sob controle etíope até a independência, em 1993.

Os bastiões brancos em regimes segregacionistas africanos simpatizavam com a Alemanha nazista. Antes deles, na Argélia de colonização francesa, existiu a Liga Antissemita desde o século XIX. Durante a Segunda Guerra, movimentos nacionalistas, como Partido do Jovem Egito, (1933-1953), e fascistas, movimentos criados pelos imigrantes da Itália, como a Gioventù Araba del Littorio, Líbia (1935-1943?), Associazione Musulmana del Littorio, Líbia (1939-1943), e a Gioventù Etiopica del Littorio, Etiópia (1937), os quais surgiram em consonância com os preceitos do movimento italiano.

⁷¹ Durante a Segunda Guerra Mundial, a Argélia estava sob colonização francesa desde o início das ações militares em 1830. Marrocos, após um período de domínio inglês, estava sob controle francês desde o início do século XX.

Na África do Sul, apesar das identificações com o hitlerismo, não houve soldados enviados para apoiar o movimento alemão nas batalhas na Europa. No entanto, foram atuantes politicamente no país africano.. Os dois principais coletivos foram o The South African Gentile National Socialist Movement (SANP), conhecido como Greyshirts (1930's – 1940's) e o Ossewabrandwag, “Sentinela de carro de boi”, 1939-1941. Devido a contextos próprios, os grupos não receberam apoio do Partido Nacional e foram contidos em suas ambições de poder. A simbologia mobilizada pelos agrupamentos evocou a origem da exploração africânder remetendo à colonização do interior e expulsão do povo Zulu de suas terras (Imagem 7):



Imagem 7: Ossewabrandwag.

Símbolos nazistas foram apropriados para finalidades locais, mas igualmente supremacistas.

Os crimes cometidos pelos regimes nazistas e fascistas no território africano ficaram de fora das políticas de reparação histórica. Analistas mais argutos à época não se silenciaram diante das atrocidades ocorridas no continente. Mencionamos Aimé Césaire, célebre poeta do movimento *négritude* em seu livro *Discurso sobre o colonialismo* (1950), no qual faz diversas considerações, dentre as quais destacamos:

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demônio, que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não se perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime

contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só árabes da Argélia, os "coolies" da Índia e os negros da África estavam subordinados (p. 18).

O mesmo pode-se dizer sobre a opressão alemã na região da atual Namíbia antes da Primeira Guerra Mundial. Apenas recentemente, nos anos 2000, houve conversas no sentido de buscar reparações históricas aos povos herero e namaqua, submetidos a campos de concentração antes que ocorressem em solo europeu.

A “virada autoritária” (M’Bokolo) do pós-independência africano

As presenças do fascismo e do nazismo em terras africanas não deixaram, imediatamente, legados políticos e ideológicos em África. Conforme havíamos apontado, as heranças mais significativas foram as dos colonialismos europeus, sendo ambas as ditaduras um capítulo próprio que mantinham os mesmos interesses imperiais que os demais regimes políticos “democráticos”. Com o colonialismo, a lógica repressora do Estado marcou as relações políticas no continente africano após as independências.

Os processos nacionais de consolidação do poder e as relações sociais são objeto de diversos estudos. Pesquisadores como Elikia M’Bokolo (2011) afirmam que a lógica do Estado repressivo foi uma herança colonial, além das estruturas sociais e econômicas. Nos anos 1960, após as primeiras independências, vigoraram os discursos em favor do partido único, com as mais diversas ações para concretizar essa estratégia: intimidações, humilhações, prisões prévias. Tais atitudes caem por terra nos anos 1990, com o surgimento de distintos partidos.

São inúmeros os casos de autoritarismo nos países africanos após as emancipações. Um dos primeiros casos foi o golpe, organizado por Joseph Mobutu, contra Patricio Lumumba e alguns nomes próximos ao primeiro-ministro do então Congo-Léopoldville. A violência da ação teve repercussão internacional. Mobutu assumiu o poder entre 1965 e 1997, e em muitos momentos de horror atendeu a interesses de investidores europeus e reprimiu movimentos revolucionários no rebatizado Zaïre que, nos anos 1990, passou a chamar-se República Democrática do Congo, ou Congo-Kinshasa em alusão à capital. A lógica da violência favorecia as empresas europeias, demonstrando a continuidade dos interesses oriundos da exploração colonial. As forças de ordem, treinadas já durante o colonialismo belga, viram-se livres para assumir o poder central.

Além do Congo-Kinshasa, outro movimento golpista surgiu na Argélia, independente em 1962 após quase uma década de lutas armadas contra forças francesas; em 1965, o então chefe do Estado-Maior Houari Boumédiène organizou um levante contra Ahmed Ben Bella, prendendo a liderança e alguns de seus ministros. Ainda assim, o novo mandatário assumiu o protagonismo entre organizações terceiro-mundistas nos anos 1970. Ben Bella, político que buscou a iniciativa entre países socialistas, permaneceu em prisão domiciliar até 1980. O golpe de Boumédiène foi considerado “exemplar e eficiente”, inaugurando um ciclo de golpes no Oeste africano que chegou à Gana de Kwame Nkrumah, em 1966.

Existiram ainda países que, embora não tenham passado por golpes de Estado, vivenciaram períodos de intensa violência sistemática. Um desses exemplos é a Guiné Conacri, um dos primeiros países a conseguir a independência da França em 1958 por dinâmicas políticas e sociais próprias. O Camp Boiro foi considerado um campo de concentração pelos rivais do regime de Sékou Touré, nome importante do pan-africanismo. Neste território e ao longo das décadas, milhares de pessoas foram presas, torturadas e assassinadas (ou abandonadas à morte pelas “dietas negras”) com números de difícil comprovação. Eram comuns anúncios de “complôs” que justificassem as arbitrariedades. O mesmo ocorreu em países considerados de estabilidade política, como Senegal e Costa do Marfim.

Outro país que não lidou com golpes militares, mas que vivenciou experiências autoritárias, foi Angola. Ao lado das demais colônias portuguesas, sua emancipação ocorreu apenas em meados dos anos 1970 e feita em meio a uma guerra civil entre diferentes grupos político-militares. O ambiente belicoso levou a uma tentativa de insurreição, organizada por Nito Alves, em 27 de maio de 1977. O levante foi conhecido como “Fraccionismo”, abertamente condenado pelas autoridades militares angolanas. Em reação, as forças do MPLA responderam com uma repressão cujos números de vítimas chegaram a 80 mil assassinados e desaparecidos, em sua maioria jovens. Os mencionados ciclos de violência social e política foram uma das heranças deixadas pelo colonialismo, como afirma M’Bokolo (2011):

A questão das heranças coloniais não dizia apenas respeito às estruturas e às políticas econômicas, nem à configuração territorial dos novos países independentes: incidia também sobre a natureza do Estado e a organização dos poderes. De fato, apesar das concessões feitas aos africanos a partir da Segunda Guerra Mundial, os aparelhos de Estado dos diferentes territórios tinham conservado, além dos traços ligados à sua origem estrangeira e colonial, o seu caráter essencialmente repressivo: as relações entre o Estado e a sociedade estavam associadas a um autoritarismo persistente, apenas temperado aqui e ali por uma dose de paternalismo carregado de condescendência; a onipotência administrativa e política do Estado, que não

era contrabalanceada por coisa alguma, tinha sido ainda mais agravada pelas funções econômicas e sociais que ele passara a assumir no quadro dos “planos de desenvolvimento” do pós-guerra (p. 655).

À guisa de conclusão

A presença colonial europeia em África possui muitas fases. A corrida por acordos entre as potências e a ocupação militar efetiva, no pós-Conferência de Berlim, definiram as fronteiras entre os territórios e os idiomas oficiais. Em meio ao avanço sobre o continente, Itália e Alemanha, que vinham de processos de unificação nacional no XIX, ficaram com poucas colônias. A insatisfação de ambos governos pela condição de “subalternos imperiais” permeou a primeira metade do século XX.

As primeiras agressões militares a territórios africanos e a assinatura de documentos pautaram as ações iniciais. Trata-se de um período complexo, no qual a oposição militar não era uma alternativa acessível e possível nos espaços tomados. Nesse ponto, a Etiópia, tendo à frente na monarquia Menelik II, configurou-se como um exemplo de êxito militar contra as iniciativas italianas. A derrota na batalha de Adowa em 1896 ficou no imaginário italiano como uma vergonha nacional e imperial. Tal sentimento se cristalizou no imaginário social contribuindo para que, somado a outras condições políticas e descontentamento, ganhasse corpo o regime fascista. Em seus discursos públicos, nos anos 1930, Benito Mussolini repetia a “necessidade” em “vingar” Adowa.

Por sua vez, a Alemanha fora derrotada na Grande Guerra dos anos 1914-1918. As colônias foram redistribuídas entre os impérios da França e da Inglaterra, situação na qual o Sudoeste Africano (atual Namíbia) ficou a cargo da África do Sul em 1921. Este território foi palco de grandes atrocidades no começo do século XX em retaliação aos povos que se levantaram contra a invasão alemã. Informações recentes (SANDNER; SILVA, 2014) apontam que o III Reich, nos anos 1930-1940, tinha planos de recuperar as colônias, porém não houve maiores iniciativas nesse ponto.

A monarquia italiana e o regime fascista de Mussolini tomaram a frente e ocuparam regiões da Líbia. Da mesma maneira, ocorreu novo cerco à Etiópia a partir de um incidente fronteiriço, colocado como motivo para o ataque em 1935. A partir de então, houve uma profusão de imagens da propaganda política fascista para legitimar a criação de um império. Por um lado, as figuras representam os povos africanos como sub-humanizados, inferiorizados e submissos ao poder europeu. Por outro lado, a imagem do *Duce* era colocada

como figura superior, quase divinizado, pleno de poder. A imprensa nacional compartilhou a euforia do feito bélico em África, assim como destacou os instrumentos de poder do regime.

Por dinâmicas imperiais próprias, a queda do fascismo e do nazismo em terras africanas contou com a união das forças “democráticas”, da França e da Inglaterra, que possuíam colônias no continente e recrutaram muitos soldados. Foi um momento de reflexo da presença de ambos regimes fora da Europa, onde houve um rigoroso esforço bélico para manutenção da colonização italiana. Os batalhões *Afrika Korps* usaram os espaços da Líbia e da Tunísia, colônia francesa, para repelir tropas inglesas em territórios próximos. Com o apoio da Inglaterra, a Etiópia expulsou as forças italianas pela segunda vez do território. Na diáspora africana, houve grande interesse na reação etíope à invasão italiana por meio de publicação de artigos nas imprensas locais e debates políticos .

Difícilmente podemos falar em legado dos regimes fascista e nazista no continente africano. Alguns bastiões ocupados por brancos, como a África do Sul, viram surgir coletivos nazistas, porém foram desestimulados pelos poderes nos anos 1930 em virtude das intenções golpistas desses coletivos. A simbologia evocada por estes grupos são derivações das reiteradas pelo hitlerismo. A presença de ambos os regimes ditatoriais ficou restrita a imigrantes, como nos agrupamentos de juventude no norte africano, e nos mencionados coletivos sul-africanos.

Com a virada autoritária dos governos africanos, o que podemos conferir em África é uma herança das relações autoritárias entre poder e sociedade. Diversos golpes militares, depurações e repressões no período posterior às independências estão mais próximos das experiências colonialistas, como se os novos poderes quisessem ocupar o lugar deixado pelos colonos, como havia denunciado Frantz Fanon em seus últimos escritos.

Diante do exposto, podemos afirmar que o fascismo e o nazismo são episódios imperiais, que remetem a um legado dos Oitocentos, possibilitando, nos séculos posteriores, o fomento de anseios colonialistas por meio das mencionadas experiências autoritárias. É preciso desenvolver novas pesquisas e promover iniciativas de difusão histórica e cultural para compreender os fenômenos para além da Europa.

Referências

AKPAN, Monday B. *A Etiópia e a Libéria, 1880-1914; a sobrevivência de dois Estados africanos. Etiópia e a Libéria, 1914-1935; dois Estados africanos independentes na era*

colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010 (1985), p. 281-318; 833-873.

CHANAIWA, David. *Iniciativas e resistências africanas na África meridional*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010 (1985), p. 219-249.

CHENNTOUF, Tayeb. *O chifre da África e a África setentrional*. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI (ed.), Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010 (1993), p. 33-66.

IBRAHIM, Hassan Ahmed. *Iniciativas e resistências africanas no nordeste da África*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010 (1985), p. 74-98.

LAROUÏ, Abdallah. *Iniciativas e resistências africanas no norte da África e no Saara*. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010 (1985), p. 99-127.

M'BOKOLO, Elikia. *Ordem e desordem políticas*. In: *África negra: história e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução: Manuel Resende. Salvador, São Paulo: EDUFBA, Casa das Áfricas, 2011 [2008], p. 655-675.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. “*A questão italo-abissínia*”: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. 263 f. 2008. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANDNER, Philipp; SILVA, Guilher Correia da. *Os planos de Hitler para África*. Deutsche Welle Brasil, 02 set. 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/os-planos-de-hitler-para-%C3%A1frica/a-17895892>. Acesso em: 10 mar. 2023.

A História do Tempo Presente e o Bolsonarismo: interlocuções e reflexões

Thiago Fidelis

“Papai, então me explica para que serve a história”. Segundo o historiador Marc Bloch, na introdução da obra *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* (2002), a pergunta feita pelo seu filho traz em seu mote um elemento fundamental para a prática profissional, sendo que várias reflexões a partir de tal aspecto originaram sua obra, escrita dentro da prisão de Montluc, em Lyon, onde o intelectual francês foi fuzilado pelas tropas alemãs presentes na região, em 16 de junho de 1944 (BLOCH, 2013).

Partindo das reflexões indicadas por Bloch (2002) e pensando sobre inúmeras questões que permeiam o mundo contemporâneo, a ideia de *História do Tempo Presente* é um dos elementos fundamentais da análise historiográfica atual. A discussão traz, em seu bojo, uma imensa reflexão teórica e metodológica sobre os limites e, de certa forma, a própria organização do campo da disciplina.

Afinal, se os fatos pretéritos são a “matéria-prima” da História, então essa é uma ciência do passado?

E, se ela tem ligação com o presente, qual é o limite no qual o historiador ou historiadora poderia chegar para a organização de uma análise histórica ou historiográfica?

Se há, de fato, esse limite, o que é o presente?

Há limites, de temporalidade, para a História?

São esses questionamentos que perpassam toda a produção e prática historiográfica, aspectos nos quais desdobraremos os pontos centrais do texto.

A História é uma ciência do passado?

Embora as ações humanas que já ocorreram constituam a matéria-prima do trabalho do historiador, elas não são, necessariamente, sua finalidade. Ainda como coloca o próprio Bloch, a História terá sempre seus olhos voltados para o presente (2002, p. 60-68), sendo que o olhar ao passado será sempre condicionado pelas perspectivas do tempo vivido pelo pesquisador ou, como coloca o historiador John Lewis Gaddis, “expressar o que somos é refletir sobre o que nos tornamos” (2003, p. 45).

Levando em conta a própria origem do termo (*istoriá*, um termo grego ligado à ideia

de pesquisa), a História busca explicar ou, pelo menos, refletir sobre o seu próprio tempo, embora sempre em retrospectiva. Sendo assim, costumeiramente o passado está presente mas ele não é, por si só, o objeto central da pesquisa histórica; no caso de um pintor, embora o artista tenha que conhecer muito sobre as técnicas e todo o material que utiliza (qualidade da tinta, as superfícies utilizadas para a pintura, etc.) ou no caso de um músico, que precisa conhecer bem sobre os instrumentos utilizados (já que o material, tom de afinação e formatos interferem diretamente no trabalho), para ambos o produto final não se trata de guaches ou das cordas em si: o resultado, seja o quadro ou a música, transcendem os materiais utilizados. Dessa mesma maneira, para um historiador, embora o conhecimento sobre o passado seja condição *sine qua non*, o resultado de seu trabalho não é, necessariamente, somente sobre isso.

No entanto, havia (ou ainda há) uma grande resistência em relação à chamada *História do Tempo Presente*, mesmo sendo um campo já consolidado na historiografia (DELGADO; FERREIRA, 2013). Como enfatiza a historiadora Ângela de Castro Gomes, na perspectiva de buscar o passado a partir dos referenciais do presente, os cientistas sociais teriam “saído na frente”, uma vez que: “Os historiadores - e não só os brasileiros, é óbvio - foram muito mais resistentes, insistindo na desconfiança quanto a estudos que não oferecessem o recuo imprescindível à objetividade e impedissem o acesso prioritário a fontes arquivísticas escritas (...)” (GOMES, 1996, p. 65).

Carlos Fico também argumenta, em vários de seus textos e livros, à favor da *História do Tempo Presente*, indicando que uma das principais problemáticas elencadas pelos críticos dessa prática é, também, algo bastante comum na análise de temporalidades “passadas”: “o recuo temporal não conduz necessariamente a uma análise isenta de perspectiva, já que se pode analisar um objeto muito recuado no tempo a partir de diversos enfoques (...)” (2012, p. 46). Ainda dentro da perspectiva de que, de fato, o historiador é “filho de seu tempo”, René Rémond indica que:

o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. Existem portanto modas intelectuais ou descobertas cuja sucessão desenha a história da disciplina e a configuração de suas orientações [...] (RÉMOND, 2003, p.13).

A partir da discussão elencada, é importante levar em conta que todos os períodos possuem sua historicidade, incluindo o presente. Inúmeros textos problematizam tal

perspectiva, uma vez que, mesmo no presente, é possível identificar as “permanências” do passado (na perspectiva elencada por Fernand Braudel) e a própria perspectiva do presente enquanto uma construção, como indica o historiador Júlio Aróstegui:

a ideia mesma de presente é (...) muito polivalente e responde em boa medida a uma construção (socio)cultural, é certo assim mesmo que, como construção humana, há de ter necessariamente, como acredita uma boa parte da historiografia atualmente, uma dimensão *histórica*. Não obstante, para mostrar inequivocamente que o presente tem sua historicidade própria, que a percepção de um presente histórico é uma das características mais patentes da própria historicidade, é preciso mostrar que objetivamente existe tal percepção, para passar logo a algo mais pragmático como é a reconsideração de um presente *reflexivo* (...) (2004, p. 107).

Essa imersão no presente e as teias com outras perspectivas não são somente reflexões no campo historiográfico como indica, por exemplo, a filósofa Agnes Heller que, dialogando com seu professor e orientador Gyorgy Lukács, afirmou que “Ninguém consegue identificar-se (...) a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E (...) não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente” (2016, p. 35).

Breve caracterização da ascensão de Bolsonaro ao poder

No dia 28 de outubro de 2018, confirmando o prognóstico já indicado no pleito que ocorrera três semanas antes, no segundo turno das eleições presidenciais foi confirmada a vitória da candidatura de Jair Messias Bolsonaro, deputado federal então recém-filiado ao *Partido Social Liberal* (PSL) contra o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do *Partido dos Trabalhadores* (PT). O resultado simbolizava o final da alternância das disputas pelo Executivo nacional entre o PT e o *Partido Social Democrata Brasileiro* (PSDB), que já perdurava desde 1994.

Aparentemente sem apoio de grandes partidos e conglomerados, bem como sem tempo de propaganda na TV, Bolsonaro conseguiu atingir mais de 49 milhões de votos (46%) em 1º turno e, posteriormente, consolidou sua vitória com quase 58 milhões de votos, chegando a 55% dos votos válidos, sendo que tal acontecimento repercutiu imensamente no país e também em outras partes do mundo. Minutos após a confirmação da vitória do então deputado federal, o portal de notícias G1 (vinculado à Globo, maior rede de comunicação do Brasil) noticiou um texto protocolar, que seria seguido basicamente por praticamente todos os meios de comunicação no país, indicando o sucesso do candidato do PSL ocorrera por “promessas de reformas liberais na economia e um discurso conservador, contrário à corrupção, ao PT e

ao próprio sistema político”⁷².

Na imprensa internacional, a repercussão foi bastante intensa. De maneira geral, os principais meios de notícia no mundo repercutiram a vitória, indicando que a chegada de Bolsonaro ao poder consolidava a ascensão do “populismo de extrema-direita” no país, indicando que a intensa radicalização da sociedade brasileira levara a maioria dos eleitores a recusar a manutenção do PT e promover a ascensão do candidato “radical de direita”.

Em seu discurso de posse, no dia 01 de janeiro de 2019, Bolsonaro salientou, entre outras coisas, que tinha como missão “restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”, ainda enfatizando que o governo iria respeitar “nossa tradição judaico-cristã”, além de “combater a ideologia de gênero”, indicando que o Brasil “voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”. Enfatizou que sua campanha “atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” e, entre outras pautas, defendeu que as escolas deveriam ter formação técnica e não ideológica, a espontaneidade da sua campanha (sobretudo após o atentado em Juiz de Fora, no qual foi esfaqueado durante sua campanha), à defesa para uma maior expansão do porte de armas, elogios aos militares e à bancada ruralista e críticas contundentes ao PT, seu principal alvo político, indicando que “a irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história” (BOLSONARO, 2019).

Empossando para administrar o Executivo nacional até dia 01 de janeiro de 2023, o atual presidente começou o governo com apoio de grande parte do Congresso, embora sua campanha não fora pautada, necessariamente, em partidos políticos, mas sim em determinados grupos ou setores não conectados diretamente com essas agremiações – na mídia, tal grupo ficou conhecido como BBB (Boi, Bíblia e Bala), que seria as principais bancadas que apoiaram sua campanha – sendo que a sua própria estadia no PSL denotava isso, uma vez que sua entrada no partido ocorreu às vésperas da eleição, assim como do séquito que o apoiou e que conseguiu resultado expressivo, já que o partido teve 52 deputados e deputadas eleitos e eleitas, ficando apenas da bancada do PT, que conseguiu 56 cadeiras.

Uma das reflexões mais interessantes sobre a ascensão de Bolsonaro foi feita pelo historiador inglês Perry Anderson, que teve alguns de seus artigos escritos sobre o Brasil para o *London Review of Books*, nas últimas três décadas, estruturadas na obra *Brasil à parte*

⁷² Texto retirado da notícia “Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT”. Link da notícia: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 14.dez.2021.

(1964-2019), na qual uma das seções é dedicada à compreensão do atual governo brasileiro. No capítulo dedicado ao mandatário brasileiro, escrito em 2019, Anderson descreve-o comparando com outras personalidades que também tem tido destaque na política, nesses últimos anos, por práticas parecidas em outras partes do mundo:

A teratologia da imaginação política contemporânea – já bastante pródiga: Trump, Le Pen, Salvini, Orbán, Kaczynski, ogros vários e variados – acaba de ganhar um novo monstro. Destacando-se em meio à lama, o presidente eleito do Brasil enalteceu o mais notório torturador na história de seu país; afirmou que a ditadura militar deveria ter eliminado 30 mil adversários; disse a uma deputada que ela não merecia ser estuprada por ser feia demais; anunciou que preferia perder um filho em um acidente de carro a descobri-lo homossexual; declarou aberta a temporada de exploração na Floresta Amazônica; e, no dia seguinte à eleição, prometeu a seus seguidores banir a escumalha vermelha (...) (ANDERSON, 2020, p. 121).

A primeiro momento, a perspectiva do artigo não é, necessariamente, fazer um levantamento descritivo, passo-a-passo, de todo o governo Bolsonaro. Levando em conta as reflexões sobre *História do Tempo Presente* e tal temática, a questão a ser refletida é se as práticas políticas ligadas ao ex-presidente, batizada como *Bolsonarismo*, podem ser analisadas a partir da perspectiva historiográfica, relacionando à possíveis temáticas recorrentes na sociedade brasileira.

O bolsonarismo enquanto conceito

Mesmo antes da consolidação da vitória eleitoral, o termo bolsonarismo já era utilizado em textos e análises acadêmicas para especificar o conjunto de práticas relacionadas ao político. Uma das características em comum é pensar que, embora o atual presidente sirva como um “catalisador” dessas práticas, elas não são, necessariamente, específicas dele, mas sim dialogam com outras redes e acontecimentos não somente do Brasil, mas também do mundo, indicando uma espécie de “onda reacionária” em várias partes (REIS FILHO, 2020).

Inúmeros historiadores, historiadoras e vários outros pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas debruçaram-se sobre o tempo presente para melhor mapear e identificar o fenômeno, sendo que para muitos tal perspectiva seria também uma forma de combate, uma vez que o então candidato sempre declarou ser contrário às visões acadêmicas sobre a História, principalmente sobre o período de Ditadura Militar (1964-1985).

Embora exista outros elementos para analisar fora da conjuntura brasileira, os principais aspectos das ideias ligadas a esse grupo são perspectivas do país. Quais seriam os elementos ligados a esse conceito? E o que o caracteriza, de fato, como tal?

O historiador Daniel Aarão Reis Filho indica que o bolsonarismo, para além das características nacionais, vem do bojo de uma conjuntura internacional, daquilo que ele denomina como uma “grande revolução científico-tecnológica”, advinda dos anos 1960, que teria mudado drasticamente as relações econômicas, bem como aspectos sociais e culturais da sociedade ocidental, além do imenso avanço da tecnologia e informática no cotidiano humano (REIS FILHO, 2020, p. 2).

O crescente descrédito com a política institucional e às formas “tradicionais” de inserção nesse campo (como partidos políticos e sindicatos, por exemplo) teriam levado, ao mesmo tempo, à irrupção de movimentos sociais e de contestação contra os abusos governamentais e, por um outro lado, daquilo que ele denomina de movimento “nacionalista” ou o “nacionalismo de direita”, que seria comum em vários países da Europa, América Latina e nos EUA (cujo principal exemplo teria sido a ascensão de Donald Trump), tendo como principais características: “uma extrema-direita (...) ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém (...)”, além de usarem “intensamente os mecanismos próprios da revolução digital” (REIS FILHO, 2020, p. 3).

Além disso, haveria ainda mais seis outros aspectos para a compreensão desse fenômeno a nível mundial:

o nacionalismo extremado de suas propostas; sua visada internacional, evidenciada em tentativas e práticas de articulação orgânica; seu viés visceralmente antidemocrático (...); o conservadorismo social e religioso; a conquista, obtida através de uma ascensão fulminante, da condição de ator relevante e incontornável da luta política; e, finalmente, a capacidade de integrar e ser confluência de um conjunto de tendências de direita, cuja força se potencializa no quadro da reação nacionalista (REIS FILHO, 2020, p. 3-4).

No caso do Brasil em específico, três outros aspectos teriam contribuído para tal, segundo o historiador: as consequências da crise econômica de 2008, sentidas a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2015), principalmente pela queda do preço das *commodities*; a falta de políticas públicas que realmente mudassem a sociedade, não tendo apenas caráter reformista ou conciliador, sendo que as reformas sociais teriam ficado centralizadas no Estado que, quando não conseguiu mais praticá-las, passou a prejudicar a vida de milhares de pessoas que dependiam de algum tipo de auxílio ou benefício; e, por fim, o uso dessas falhas para a retomada do fantasma do comunismo, sendo a recorrente associação entre os governos de caráter mais social e a “onda comunista” dos anos 1960

(REIS FILHO, 2020, p. 4).

Dentro dessa perspectiva, o bolsonarismo seria fruto da tradição autoritária na sociedade brasileira, muito consolidada no período republicano, desde fins do século XIX; das crises de conjuntura da chamada “Nova República”, sobretudo da polarização eleitoral entre PT e PSDB e, por fim, a conjuntura presente, sobretudo após a crise econômica e os protestos de 2013, que teriam gerado a intensa oposição contra a forma de política “tradicional” e cujos principais tópicos de agenda teriam sido encapados por esse “nacionalismo de direita”. (REIS FILHO, 2020, p. 7-8).

Os principais grupos de sustentação estariam presentes nos “aparelhos de segurança formais” (principalmente entre membros das Forças Armadas e das polícias estaduais), as igrejas evangélicas (que já possuíam forte bancada e movimentação política anterior ao bolsonarismo) e grupos financeiros (o agronegócio em peso e vários setores empresariais), sendo uma aliança “instável” e “heterogênea”, mas nem por isso fraca (REIS FILHO, 2020, p. 8-9)⁷³. Por fim, o autor completa indicando que:

Seja como for, não é de se imaginar que o bolsonarismo vá ser um fenômeno passageiro ou acidental. Trata-se de uma força política e social relevante. E permanente. E mais: em caso de fracasso, já tem um discurso pronto – “não nos deixaram governar”. E, certamente, o que é mais sombrio, não se conformará em ser apeado do governo por métodos pacíficos e democráticos. Reagirá usando a força. De que modo e com que procedimentos concretos, o tempo dirá (REIS FILHO, 2020, p. 9).

Dentro dessa perspectiva, o sociólogo Adalberto Cardoso situa o bolsonarismo em características parecidas, indicando que o fenômeno é “assentado no neoliberalismo radical, no fundamentalismo religioso, na intolerância com a divergência, no autoritarismo político e social”, calcado “numa agenda anticivilizatória contra os direitos humanos, ambientais, sociais, civis e políticos, e num nacionalismo de má fé, pois subserviente aos Estados Unidos e aos interesses financeiros internacionais (...)” (CARDOSO, 2020, p. 31).

Voltando à questão historiográfica, o historiador Clayton Cardoso Romano estrutura o bolsonarismo em perspectiva cronológica, indicando que esse fenômeno, na verdade, encampou toda uma estruturação já presente desde a Ditadura Militar. Trabalhando com o conceito de cultura política, Romano indica que essa forma de pensamento foi gestada desde os anos 1960, tendo como principal berço a *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), uma

⁷³ Divisão parecida, porém mais ampla, foi apresentada por João dos Reis da Silva Júnior e Everton Henrique Eleutério Fargoni (2020, p. 11-16): idolatria às tradições, Reacionarismo, Anti-intelectualismo, Autoritarismo e prepotência, Aversão à pluralidade, Pacto com as elites, Nacionalismo servil, Necropolítica e necro-estado, Belicosidade, Militarismo e “milicianismo”, Meritocracia, Intolerância e Preconceitos, Propaganda.

vez que todos os partidos políticos que desdobraram de suas bases, a partir de fins de 1970, abrigaram (e abrigam) os principais defensores de suas práticas (incluindo o próprio Bolsonaro), sendo eles os *Progressistas* (antigo PP, que passou por várias nomenclaturas e seria o “núcleo duro” da ARENA), os *Democratas* (antigo Partido da Frente Liberal e que encaminhou sua fusão com o Partido Social Liberal, formando a *União Brasil*), o *Partido Liberal* (que, atualmente, abriga Jair Bolsonaro e deverá lançá-lo à reeleição nas eleições de 2022), o *Partido da Reedificação da Ordem Nacional* (PRONA, que se fundiu com o Partido Liberal) e o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB que, segundo o autor, foi “sequestrado” pelos militares após o retorno do pluripartidarismo, para não dar espaço à Brizola e ao trabalhismo “histórico”, encampando o controle de parte desse grupo por membros conservadores, tendo hoje como representante máximo da legenda seu ex-presidente e um dos principais defensores de Bolsonaro, Roberto Jefferson), indicando que há uma forte base partidária que legitima as perspectivas elencadas no bolsonarismo (ROMANO, 2021, p. 144-146).

Além disso, o autor associa também as perspectivas ligadas ao bolsonarismo com outras práticas políticas, sendo a principal o “malufismo”, paradigma ligado ao político paulista Paulo Maluf, engenheiro que emergira na política durante a Ditadura Militar como presidente da Caixa Econômica Federal e que construíra sua carreira a partir daí, tendo sobrevida após o período autoritário e exercendo cargos políticos até 2018, quando foi condenado por desvio de dinheiro na sua segunda passagem como prefeito de São Paulo, na década de 1990 (ROMANO, 2021, p. 146-148).

Romano destaca também que, para além dos sujeitos políticos ligados aos partidos e práticas institucionais desde os anos da Ditadura Militar, há também um outro grupo de extrema importância para a compreensão do bolsonarismo, que seria as pessoas “apolíticas”, aquelas que não se identificam com nenhum elemento da política tradicional, repudiando todos os partidos e membros do jogo institucional (2021, p. 150). Essa visão apolítica e, muitas vezes, antipolítica, seria uma das heranças da Ditadura, uma vez que nesse período esse comportamento foi estimulado, indicando que a vida comum não precisa depender dos acontecimentos e perspectivas políticas, uma vez que essas nunca seriam favoráveis para a população. Esse tipo de discurso, sem senso crítico ou com uma criticidade radical, legitimou o bolsonarismo, de forma a enxergar em Bolsonaro o “outsider”, àquele que faria algo diferente dos outros que já compunham a política institucional (ROMANO, 2021, p. 149-151).

Comparando a ascensão de Bolsonaro com as de Jânio Quadros e Fernando Collor (que teriam sido eleitos em perspectivas parecidas, embora com as peculiaridades de seus tempos históricos e conjunturas), bem como analisando a ação da *União Democrática Nacional* (UDN), principal partido que daria base para essa cultura política na Ditadura Militar, Romano conclui indicando que o bolsonarismo “na prática, dá vazão contemporânea a uma cultura política largamente difundida pela e durante a ditadura militar, que, após a saída dos ditadores, acompanhou todo o período de democracia civil vigente, formando sucessivas gerações desde então”, tratando-se de “um fenômeno histórico, com caracteres desenvolvidos no tempo, por mais que apresente uma série de inovações se comparado aos seus antecessores”, que “atualiza as bases do arenismo, malufismo, enfim, de uma orientação ético-política emanada a partir dos militares e em pleno vigor, expondo um processo próprio de transformações moleculares, operadas conforme as exigências de cada contexto” (ROMANO, 2021, p. 150).

A associação do bolsonarismo com o fascismo também é algo bastante comum nessas análises, como colocada pelos pedagogos João dos Reis Silva Júnior e Everton Henrique Eleutério Fargoni, que indicaram que as formas utilizadas para Bolsonaro consolidar suas ideias seria bem próxima das utilizadas nos governos fascistas, pois essa forma de se pensar a política “permeou a mente das massas não organizadas (...) com o objetivo de sedimentar uma narrativa cujos valores são argumentos clássicos: disciplina, valores familiares e religiosos enquanto age com base no negacionismo (...) militarismo e anti-intelectualismo (...)” (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020, p. 4-5). Além disso, esses autores elencam que as características dos anos de crise do governo Dilma, como já elencados por Daniel Aarão Reis Filho, seriam perspectivas similares ao contexto dos regimes nazifascistas, indicando mais uma semelhança ou aproximação entre ambos (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020, p. 10-11).

Os autores acima citados ainda concluem, em relação ao bolsonarismo, que:

Concluimos que o Bolsonarismo é mais uma forma de autoritarismo num país periférico e sempre caudatário ao centro econômico mundial. Trouxe à nação e à população a linha tênue entre ódio e o medo transfigurando os Direitos Humanos na função de zelar pela integridade humana como rival da sociedade. Transformou docentes em vilões da história recente do Brasil e deixou o país ainda mais à deriva do capital financeiro mundializado. O conceito de família, religião, disciplina, autoridade e ética agora são confundidos com o padrão de ser numa sociedade multifacetada e diversificada. Os flertes do Bolsonarismo com o fascismo e o nazismo não são mais princípios, são uma concreta simbiose em tempos diferentes (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020, p. 24).

A associação com o fascismo, que é um dos pontos principais em análises sobre o assunto, não é algo consensual, sendo contestados por autores como CATALANI (2018) e CUNHA (2019), uma vez que conteria relações com o capitalismo e com a própria sociedade distintas, procurando contestar a ordem vigente mas sem, no entanto, propor um novo projeto no lugar.

No entanto, há autores que associam o bolsonarismo com o neofascismo, sendo o principal defensor dessa perspectiva o sociólogo Armando Boito Júnior, que indica que o fascismo não é, como correntemente se coloca na historiografia, um fenômeno exclusivo de uma determinada época, mas pode sim ser associado a outros períodos, desde que alguns governos ou correntes possuam características parecidas (BOITO JR, 2020, p. 113-114). Em sua argumentação, o sociólogo indica que o fascismo é um movimento de massa que não surge da burguesia em si, mas de determinados setores da sociedade capitalista (em especial a classe média) e acaba sendo cooptado pela classe dominante, tendo movimentos que surgem a partir dessa perspectiva. No caso brasileiro, tal movimentação teria advindo a partir das movimentações de 2015 para o impeachment de Dilma Rousseff (é um dos poucos autores que não situam tal movimentação em 2013) e o bolsonarismo seria uma variante neofascista desse processo, calcado em processos e perspectivas já apontadas pelos outros autores aqui elencados (BOITO JR, 2020, p. 115-118).

O escopo desse texto não é, necessariamente, trabalhar com essa perspectiva, mas sim indicar que a associação com o tema é algo bastante comum tanto nas análises como em artigos no cotidiano, como pode-se notar em declarações do atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (e principal adversário de Bolsonaro), que em uma entrevista para o jornal argentino Página 12, em dezembro de 2021, confirmou a alcunha de fascista tanto a Bolsonaro quanto ao seu ex-ministro e também pré-candidato à Presidência da República, Sérgio Moro, indicando que ambos são “muito comprometidos com a extrema-direita” no Brasil⁷⁴.

Por fim, é importante salientar que, dos vários autores explorados nesse tópico, houve apenas dois historiadores. Da produção sobre artigos, livros e reflexões sobre o bolsonarismo ou em relação às ações de Bolsonaro, em geral, há apenas uma pequena parcela produzida por historiadores. Esse é um dos pontos interessantes a serem abordadas em relação à História do Tempo Presente, indicando que, por mais que essa esteja no horizonte historiográfico e seja

⁷⁴ As declarações podem ser lidas em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/10/lula-entrevista-jornal-argentino-pagina-12.htm>. Acesso em: 31.dez.2021.

discutida nesse meio, ainda há um engajamento bastante reduzido da área sobre as temáticas presentes.

Os ecos da ditadura militar e um passado para “moldar” o futuro

Em entrevista ao programa *20 MINUTOS ENTREVISTA*, realizada pelo jornalista Breno Altman, a historiadora Janaína Teles, professora da *Universidade do Estado de Minas Gerais* (UEMG) e filha de Amelinha Teles, ativista política que foi torturada nos anos 1970 pelos militares, afirmou que a “leniência com crimes da ditadura fabricou Bolsonaro”, indicando ainda que “subestimamos o legado da ditadura” e que a “vitória de Bolsonaro pôs em cheque a capacidade da esquerda de interpretar a ditadura e seu legado”⁷⁵.

A transição do período militar para a redemocratização com base em governos civis é um dos temas de maior reflexão entre os pesquisadores sobre a temática, uma vez que suas consequências ainda são bastante visíveis atualmente. Após a crise mundial do Petróleo em 1973 e o fim do chamado “Milagre Econômico” no Brasil, o mandato de Ernesto Geisel teve como principal demanda à volta ao período democrático, embora tal abertura seria feita de maneira “lenta, gradual e segura” nos dizeres do governo, o que implicava que o processo ocorreria desde que seguidas as diretrizes do governo. Enquanto o mandatário nacional sustentava tal perspectiva na fala, inúmeros processos extremamente autoritários consolidavam-se em seu governo, principalmente após o crescimento da oposição nas eleições de 1976 (NAPOLITANO, 2014).

Sendo assim, era bastante evidente que a principal preocupação militar seria evitar o temido “acerto de contas”, em que os civis que assumissem pudessem buscar “revanches” contra possíveis “abusos” cometidos nos governos ditatoriais. A intensa negociação para que a redemocratização pudesse ser concretizada passou por inúmeras concessões para os setores militares envolvidos no governo, sendo a Lei de Anistia o principal ponto dentro desse aspecto.

Se, a primeiro momento, a Anistia foi celebrada e colocada como um aspecto fundamental para o final do período ditatorial, com a consolidação da chamada “Nova República”, a lei passou a ser alvo de inúmeros questionamentos e colocada como um entrave para a investigação de inúmeros crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Entre as

⁷⁵ A entrevista completa (incluindo o vídeo) está disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/71320/leniencia-com-crimes-da-ditadura-fabricou-bolsonaro-diz-janaina-teles>. Acesso em: 15.dez.2021.

inúmeras discussões, em 2008 a OAB ingressou com uma arguição pedindo uma revisão da lei 6.683 de 1979 ao *Supremo Tribunal Federal* (STF), sob a perspectiva de que “a interpretação, segundo a qual norma questionada concedeu anistia a vários agentes públicos responsáveis, entre outras violências (...) contra opositores políticos viola frontalmente diversos preceitos fundamentais da Constituição (...)”.⁷⁶

Dois anos após, a arguição foi julgada e rejeitada pelo STF, por sete votos a dois. O relator do caso, Eros Grau (ele próprio fora preso e torturado durante o período ditatorial), teve seu parecer seguido por seis outros juristas, indicando que tal proposta da OAB iria contra o “acordo histórico que permeou a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita” e que o Judiciário não tinha “autorização para reescrever a história da Lei de Anistia”. Entre outras questões, a ministra Carmem Lúcia endossou o parecer feito por Sepúlveda Pertence, que dizia que “Nem a repulsa que nos merece a tortura impede reconhecer que toda a amplitude que for emprestada ao esquecimento penal desse período negro da nossa história poderá contribuir para o desarmamento geral, desejável com o passo adiante no caminho da democracia”. Outra ministra favorável à manutenção da Anistia, Ellen Gracie, indicou que “não é possível viver retroativamente a história”. Apenas os ministros Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto posicionaram-se a favor do questionamento da OAB⁷⁷.

Ainda assim, alguns processos foram movidos pelo Ministério Público contra alguns militares que participaram do governo, sendo que o principal alvo foi Carlos Brilhante Ustra, indicado como um dos principais nomes da tortura durante o período. Em 2008, o militar foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo pelas torturas cometidas contra a família Teles, sendo que Ustra foi reconhecido, oficialmente, como torturador pela Justiça e, embora tenha evocado a Lei de Anistia em sua defesa, a condenação foi mantida, uma vez que o juiz do caso, Gustavo Santini Teodoro, entendeu que esse crime era de natureza civil e não política (TELES, 2010, p. 295).

Embora também julgado e condenado por outros casos, tais práticas não tornaram-se comuns no país e, de maneira geral, inúmeros crimes cometidos na ditadura continuaram sem conclusões. Os trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), instituídos em 2011 e finalizados em 2014, trouxeram à tona inúmeros casos de tortura e delitos cometidos pelos

⁷⁶ A parte grifada está em destaque no documento original, que pode ser acessado em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=330654>. Acesso em: 16.dezembro.2021.

⁷⁷ A base do documento pode ser acessada em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/stf-rejeita-acao-da-oab-e-decide-que-lei-da-anistia-vale-para-todos.html>. Acesso em: 16.dez.2021.

governos militares, sendo que poucas resoluções foram levadas à frente, de fato⁷⁸.

Em relação ao caso e à outras resoluções indicadas nas histórias de vários países, o historiador francês Cristian Delacroix indica as imbricações entre essas perspectivas e a *História do Tempo Presente*, analisando que:

história do tempo presente aqui no Brasil, história do passado recente (historia del pasado reciente), história atual (historia actual), história viva, história do passado vivo (historia vivida, historia del pasado vivo), história do presente, (historia del presente), em outros países. Esses desenvolvimentos devem ser relacionados ao que Henry Rousso diagnosticou como uma ‘mundialização da memória’ e à multiplicação das demandas memoriais e sociais de reconhecimento e de verdade sobre ‘os passados que não querem passar; foi assim que desde os anos 1970 ‘comissões de verdade e de reconciliação’, com diferentes designações, foram instituídas em cerca de trinta países, na África, na América Latina, no Canadá... (DELACROIX, 2018, p. 06).

Por fim, na votação que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, em abril de 2016, o então deputado federal Jair Bolsonaro dedicou seu voto exatamente à Ustra, que havia torturado a então presidenta. O político denominou o militar como o “pavor da Dilma” e entou também o que seria o slogan de sua campanha dois anos depois, o “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, evocando o Exército como protagonista da história política do país. O militar “homenageado” havia falecido no ano anterior, em Brasília, recorrendo das condenações recentes que tivera e sem ter, de fato, pagado por nenhum dos crimes sentenciados até então. Recorrendo à reflexão proposta pelo historiador Carlos Fico: “a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos” (2012, p. 48).

Conclusão

Em seu recém-lançado livro *Passados presentes*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta indica que “um olhar mais atento – e crítico – sobre a história da ditadura pode ajudar a exorcizar certos fantasmas (...) e ensinar o valor positivo das instituições e da convivência democráticas, o que implica (...) o respeito ao pluralismo político e à diversidade de ideias” (MOTTA, 2021, p. 309). Tais questões são ligadas aos desdobramentos dos últimos meses de 2021, talvez o ano mais complicado para o presidente, uma vez que sua popularidade, segundo o instituto Datafolha, atingiu em dezembro o menor índice de todo o mandato, chegando a 22% de avaliação como ótimo ou bom, em contraste com 31% do início do ano

⁷⁸ O relatório final pode ser encontrado em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 31.dez.2021.

(queda de um quarto). Em compensação, a porcentagem das pessoas que avaliam o mandato como ruim ou péssimo aumentou de 40% para 53% (um terço)⁷⁹, indicando que sua condução frente aos casos da pandemia não agradou a maioria, uma vez que em meados do ano o país chegou a ter uma média de mais de 3.000 mortes confirmadas por dia, totalizando mais de 700.000 óbitos durante todo o processo.

Com o “derretimento” da economia e a piora da qualidade de vida das pessoas, o bolsonarismo parece estar em queda, sobretudo após a mobilização do dia 07 de setembro de 2021 (reeditada em 2022, mas com menor adesão), na qual enfaticamente o presidente e seus principais aliados procuraram criar clima e condições para um possível golpe de Estado, uma vez que havia (e ainda há) vários pedidos de *impeachment* por conta da ação do governo (ou a falta de) durante a pandemia da COVID-19 (todos os pedidos, até agora, estão sob o julgo da Câmara dos Deputados, que não demonstra qualquer interesse em levá-los à frente) (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020, p. 18) e também pela ação da oposição, em especial de Lula, que nas pesquisas eleitorais feitas por diversos institutos, ao longo do ano, aparece como potencial vencedor em todos os cenários⁸⁰.

Ainda em relação ao 07 de setembro, tendo como principal bandeira no momento a adoção da comprovação impressa do voto (que havia sido rejeitada, no Legislativo, pouco antes), Bolsonaro indicou em discursos nesse dia, aos seus seguidores, que “só Deus” o tiraria de Brasília, pois só sairia de lá “preso, morto ou com vitória”, acrescentando aos “canalhas que eu nunca serei preso”, elevando o tom contra várias figuras e, em especial, contra o ministro do STF Alexandre Moraes, que havia ordenado a prisão de vários nomes ligados ao bolsonarismo dias antes e que tornou-se alvo de um pedido de impeachment feito pelo próprio presidente. Ainda em suas palavras, o mandatário nacional indicou que “não queremos ruptura, não queremos brigar com Poder algum, mas não podemos admitir que uma pessoa coloque em risco a nossa liberdade” e finalizou indicando que “A partir de hoje uma nova história começa a ser escrita aqui no Brasil. Peço a Deus mais que sabedoria, força e coragem para bem presidir”, indicando que essas manifestações seriam um marco em seu governo (até agora, efetivamente, não o foram).

É importante salientar, na dimensão temporal em debate, que essa série de

⁷⁹ As informações da pesquisa podem ser encontradas em <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/12/1989358-reprovacao-a-governo-bolsonaro-fica-estavel-em-53.shtml>. Acesso em: 31.dez.2021.

⁸⁰ Os dados podem ser acessados em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/16/datafolha-lula-tem-48percent-no-primeiro-turno-contr-22percent-de-bolsonaro-9percent-de-moro-7percent-de-ciro-e-4percent-de-doria.ghhtml>. Acesso em: 17.dez.2021.

acontecimentos (o tempo curto, na terminologia braudeliana já citada) carrega, em si, forte historicidade que transcende os atores envolvidos atualmente e perpassam por uma série de outros fatos e perspectivas na história política brasileira. Ainda como aponta o historiador francês:

o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência ... não forma toda a realidade, toda a espessura da história sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar à vontade. A ciência social tem quase horror do evento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. Onde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo (...) (BRAUDEL, 2005, p.45-46).

Por fim, é importante indicar que a possível deterioração do Bolsonarismo não indica, necessariamente, que as questões contidas em seu bojo estarão resolvidas. As problemáticas do “passado que não passa” ainda são bastante presentes e palpáveis para serem resolvidas, sendo a história cada vez mais comentada e palpáveis para serem resolvidas, sendo a história cada vez mais comentada e os historiadores referenciados, indicando inclusive o desafio para esses profissionais de “transpor e adequar seus conhecimentos para se comunicar com o público não especializado (...) Nesse quadro é preciso estar atento à instrumentalização da história pela demanda social (...)” (FERREIRA, 2012, p. 110).

A derrota de Bolsonaro para Lula, consumada no segundo turno presidencial em 30 de outubro de 2022, comprova tal derrocada indicada pelos pesquisadores indicados no texto. No entanto, o cenário para os anos seguintes, dentro do terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, tem sido pautado pelas problemáticas levantadas ao longo dessas páginas, acrescidas de uma enorme crise econômica e de um país sob os escombros da COVID-19, já que o Brasil ainda ostenta a terceira posição em números de casos e a segunda em relação ao número de mortes, tendo números bem acima da média mundial *per capita*.

Além disso, no dia 08 de janeiro de 2023, os principais prédios em Brasília da administração pública foram invadidos e vandalizados por cerca de 4 mil seguidores do ex-presidente, indicando a não aceitação do resultado eleitoral e o pedido de manutenção de Bolsonaro no poder, influenciados por vários acontecimentos, dentre eles a invasão, um ano antes, do Capitólio nos EUA, quando apoiadores de Donald Trump tentaram impedir a diplomacia de Joe Biden como novo presidente do país, que derrotara o próprio Trump no pleito de 2020. Embora não há um consenso sobre o número total de pessoas que passaram pela capital brasileira, foram presas mais de 2 mil pessoas, envolvidas diretamente ou

diretamente na invasão que, embora não conseguiram efetivamente o que queriam, indicaram que o bolsonarismo continuará presente e bastante intenso nos anos de mandato de Lula.

A maioria desses participantes estavam acampados, desde a divulgação do resultado eleitoral, em frente aos quartéis em várias cidades brasileiras, tentando mobilizar os militares para um possível golpe de Estado contra o resultado eleitoral e contra instâncias de poder como o STF, tendo como alvo central um de seus membros, Alexandre de Moraes, considerado o ministro mais ativo contra os interesses ligados à tal grupo. Embora o ataque tenha sido desmobilizado no mesmo dia, as consequências foram bastante intensas: os vandalismos praticados somatizaram um prejuízo de quase R\$ 4 milhões, além da suspensão e demissão de vários nomes ligados à Segurança Pública, tanto a nível nacional quanto do Distrito Federal. O governador Ibaneis Rocha foi afastado do cargo no mesmo dia, ficando mais de dois meses fora do cargo e, embora tenha retomado suas funções, segue sendo investigado; seu secretário de segurança, Anderson Torres, que fora ministro da Justiça de Bolsonaro, foi exonerado e preso, além de que o então comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Fábio Augusto Vieira, também foi exonerado e chegou a ficar preso durante cerca de um mês. Por fim, o comandante geral do Exército, Júlio César de Arruda, foi exonerado por Lula, tendo como principal motivo a leniência com tais grupos golpistas e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Marco Edson Gonçalves Dias, pediu demissão pelos mesmos motivos.

Desde o anúncio da derrota, várias movimentações ocorreram em todo o Brasil contra o resultado, sendo que muitas das pessoas que estavam acampadas e participaram da tentativa de golpe no dia 08 de janeiro também organizaram, durante vários dias após o resultado eleitoral, o bloqueio de rodovias federais e estaduais por todo o Brasil, causando enorme prejuízo a milhares de pessoas em todo o território nacional.

Retomando as reflexões de Cristian Delacroix, há questões valiosas referentes a como refletir e trabalhar em cima dos limites e perspectivas relacionadas à História do Tempo Presente:

A HTP [História do Tempo Presente], debatendo-se com um presente trabalhado por temporalidades múltiplas, é confrontada com a difícil gestão dessa multiplicidade, mas sem dúvida um pouco mais do que outra história; a instabilidade, o inacabamento do objeto e a coexistência/confrontação entre historiadores e atores reforçam para ela as exigências comuns a toda a história, entre as quais a de dever levar em conta o incessante vaivém cognitivo entre passado e presente (sobre o qual haviam já insistido enfaticamente Marc Bloch e Lucien Febvre). A HTP estaria então em um lugar privilegiado para colocar essas reflexões à prova de suas pesquisas

empíricas, uma posição certamente singular, mas de modo nenhum fora do ordinário do fazer da história (DELACROIX, 2018, p. 73).

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARÓSTEGUI, Julio. El presente, tiempo de la real historia. In: *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Alianza Editorial: Madrid, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOITO JR, Armando. *Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo*. Crítica Marxista, número 50, p. 111-119.
- BOLSONARO, Jair. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional, 2019*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARDOSO, Adalberto. *À beira do abismo*. Uma sociologia política do bolsonarismo. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.
- CATALANI, Felipe. *Aspectos ideológicos do bolsonarismo*. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-dobolsonarismo/>. Acessado em 31/12/2021.
- CUNHA, Daniel. *Bolsonarismo e “capitalismo de fronteira”*. Sinal de Menos, ano 10, n.13, 2019, p. 183-202.
- DELACROIX, Christian. *A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?* Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.
- DELGADO, Lucilia A. N.; FERREIRA, Marieta M. *História do tempo presente e ensino de História*. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flavia Florentino et. al. (Orgs.). *Tempo Presente & Usos do Passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 101-124.
- FICO, Carlos. *História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro*. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 28, no 47, p.43-59, jan/jun 2012.
- GADDIS, John L. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GOMES, Angela Castro. *Política: história, ciência, cultura etc*. Estudos Históricos, n. 17, pp. 59-84, 1996.
- HELLER, Agnes. *Estrutura da vida cotidiana*. In: *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MOTTA, Rodrigo P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- REIS FILHO, Daniel A. *Notas para a compreensão do bolsonarismo*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2020.
- REMOND, René. *Uma história presente*. In: REMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROMANO, Clayton C. *Bolsonarismo e bolsonaristas no Brasil contemporâneo: antecedentes históricos, percursos políticos*. Revista Desenvolvimento Social, vol. 27, n. 1, p. 141-159, jan/jun, 2021 PPGDS/Unimontes-MG.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. *Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais*. Revista Eletrônica de Educação, v. 14, 1-26, e4533133, jan/dez. 2020.

TELES, Janaína A. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010 (Estado de Sítio).

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Alberto Pena-Rodríguez

Professor da Universidade de Vigo (Espanha) e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século 20 (CEIS20) da Universidade de Coimbra (Portugal). Graduado em Jornalismo e Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha). Também é Doutor em História Contemporânea pela Universidade Nacional de Educação à Distância (Espanha). Foi professor convidado em diversos períodos nas universidades de Harvard, UC Berkeley, Brown, UMass Dartmouth, Roma, Burdeaux, Coimbra, Autónoma de Barcelona e PUCRS, entre outras. Com uma ênfase especial no mundo lusófono, entre as suas linhas de pesquisa atuais destacam o estudo do discurso da propaganda no fascismo ibérico, a história da imprensa imigrante nos Estados Unidos e os mídia na Guerra Civil de Espanha. Entre as suas últimas edições, estão *A Guerra da Propaganda. Portugal, Brasil e a Guerra Civil de Espanha* (org., ediPUCRS, 2014), *Emigración e Exilio nos Estados Unidos. Experiencias de Galicia e Azores* (com Mario Mesquista e Paula Vicente, Consello da Cultura Galega, 2015), *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários* (com Heloisa Paulo, Coimbra University Press, 2016), *Salazar y Franco. La alianza del fascismo ibérico contra la España republicana: diplomacia, prensa y propaganda* (Trea, 2017) e *News on the American Dream. A History of the Portuguese Press in the United States of America* (Tagus Press, 2020).

Alexsandro de Sousa e Silva

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador das relações entre cinema e história na América Latina e África, possui as seguintes publicações: *Cinema, política e exílio: o caso Miguel Littín* (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura, 2021) e *A câmera e o canhão: cinema, revolução e guerra em Cuba e países africanos* (Acervus, 2022).

Cícero João da Costa Filho

Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), além de ter realizado estágio de pós-doutorado nessa mesma instituição. Pesquisador na área de História

do Brasil, possui as seguintes publicações: *Padaria Espiritual: Cultura e Política em Fortaleza no final do século XIX* (LCTE Editora, 2016), *No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)* (Todas as Musas, 2017), *Visões Autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil do século XX* (Todas as Musas, 2019), *Forças do Mal: os prejuízos raciais da figura do judeu na produção integralista de Gustavo Barroso (1933-1937)* (Todas as Musas, 2019), *Integralismo e teoria política: Miguel Reale e sua análise sobre o Estado, Poder, Direito e Sociedade (1931-1960)* (Todas as Musas, 2022).

Helóisa Paulo

Investigadora integrada do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Universidade do Porto (Portugal). Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História pela Universidade de Coimbra (Portugal), com estágio de pós-doutorado pela mesma instituição. Pesquisadora do Estado Novo e do salazarismo, possui estudos no âmbito da propaganda, do cinema, emigração e da oposição. É autora de diversos trabalhos como *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP* (Minerva, 1994), *Aqui também é Portugal* (Quarteto, 2000), *O Beijo Através do Atlântico: o Lugar do Brasil no Panlusitanismo* (com Maria Bernadete Ramos e Élio Serpo, Argos, 2001), *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações* (com Luís Reis Torgal, Editora da Universidade de Coimbra, 2008), *Salazar no Brasil: A colónia portuguesa no Brasil e o salazarismo* (Amazon, 2019).

Juliana Aparecida Lavezo

Professora da Rede Municipal de Ensino de Pradópolis (São Paulo). Graduada em História e em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Especialista em Didática e Tendências Pedagógicas pela Faculdade de Educação São Luís e em Ética, Valores e Cidadania na Escola pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutora em História pela USP.

Nadia Saito

Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Especialista em Arte na Educação: Teoria e Prática pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela USP e em Bens Culturais: economia, gestão e cultura pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Doutora em Artes Cênicas pela USP.

Thiago Fidelis

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e em Ciências Sociais pela Universidade Metodista. Mestre em História e Doutor em Ciências Sociais pela UNESP. Realizou estágio de pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador de História do Brasil e Contemporânea, publicou *Tostão Contra o Milhão: a trajetória política de Jânio Quadros pelo jornal O Estado de S. Paulo (1947/1955)* (Multifoco, 2015) e *Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)* (Dialética, 2022).



editora.uespi.br



ISBN 978-65-81376-27-7